**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

GUSTAVO GIOLO VALENTIM

**Ação política em política pública: uma experiência em rede no Programa
Telecentros.BR**

**SÃO PAULO
2015**

GUSTAVO GIOLO VALENTIM

Ação política em política pública: uma experiência em rede no Programa
Telecentros.BR

Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Mestre em
Psicologia

Área de Concentração:
Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano

Orientadora: Prof. Dra.
Henriette T. P. Morato

São Paulo
2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Valentim, Gustavo Giolo.

Ação política em política pública: uma experiência em rede no programa telecentros.BR / Gustavo Giolo Valentim; orientadora Henriette Tognetti Penha Morato. -- São Paulo, 2015.

104 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Rede 2. Política 3. Fenomenologia I. Título.

JA71

Nome: **Valentim, Gustavo Giolo**

Título: **Ação política em política pública**: uma experiência em rede no Programa Telecentros.BR

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.:

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr.:

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr.:

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

À minha esposa, Carolina,
e aos meus filhos, Francisco e Caetano,
com quem vivo eternidades.

AGRADECIMENTOS

À Carolina, vida pura, força de mulher com quem tenho a honra de dividir felicidades, atribuições e cotidianidades, sempre com leveza e alegria.

Ao Francisco e ao Caetano, cujos rompimentos no mundo me proporcionaram viver os sentimentos mais intensos e cujas presenças me mostram as infinitas micro-belezas dos micro-aprendizados da vida.

Aos meus pais, Rosa e Irany, que cuidaram comigo das bases a partir das quais se constituiu este trabalho.

À Profa. Dra. Henriette Morato, por toda des-formação proporcionada com amor e confiança nestes anos de convívio.

À Dona Júlia, à comunidade (Cássia Pereira e Samara Teixeira) e à Larissa Ornelas pela dedicação, carinho e suporte em momentos cruciais da elaboração deste trabalho.

Aos queridos Daniel Polo, Lucas Antonini, Wilson Franco e André Nader, que me proporcionaram a descoberta do amor fraterno.

À Natália Noguchi a quem dedico muitos dos aprendizados postos nesta pesquisa e cuja companhia sempre me permite ver um mundo melhor.

Às queridas Isis Soares, Mariana Manfredi e Mariana Moura por todos os ineditismos e por toda a consistência que construímos juntos na vida.

Ao Dalton Martins, por me introduzir ao mundo das redes e também por todos os desafios e ensinamentos.

À Laíz Chohfi, cuja contagiante alegria de pensar me convida à produção e à reflexão.

Ao Paulo Evangelista, em quem a educação fez morada, e cuja atenção minuciosa e cuidadosa possibilitaram amplos desenvolvimentos.

Aos companheiros de co-orientação no LEFE: Ana Clara, André, Heloísa, Luciana, Pedro, Simone e Walter, por todos os questionamentos, clareamentos e aprendizados significativos proporcionados no percurso desta pesquisa.

RESUMO

VALENTIM, G. G. **Ação política em política pública**: uma experiência em rede no Programa Telecentros.BR. 2015. 104 f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

O objetivo desta pesquisa foi desvelar o modo de articulação de rede constituído na Rede de Formação para Inclusão Digital do programa Telecentros.BR e compreender sua relevância para os processos de articulação de rede entre pessoas e instituições. Atuei neste programa como um dos profissionais responsáveis pela articulação desta rede e o percurso metodológico norteou-se pela resgate e construção de nexos entre os registros e as memórias das experiências que tive neste trabalho. Por meio da costura de um relato, entremeiam-se aspectos da história, dos elementos e dos movimentos da Rede de Formação com meus princípios e valores, evidenciando aspectos do fenômeno ao mesmo tempo em que o prisma segundo o qual era interrogado. Diversos diálogos em espaços públicos de pesquisa contribuíram para o consequente processo reflexivo descortinador dos fios de sentido desta experiência e que revelaram aqui três modos de ser rede da Rede de Formação: política pública, produção para responsabilização, e rede para formação. No primeiro deles, política pública, a rede é influenciada prioritariamente pelo modo de governo burocrático da qual ela emerge e para o qual se destina. Já no segundo, o aumento da convivência tanto presencial quanto em encontros mediados pelas tecnologias da informação e comunicação trouxe as necessidades dos atores para a cena e redefiniu os objetivos e processos da rede. Já no terceiro e último modo aqui desvelado, rede para formação, a rede experimentou a assumpção de sua destinação histórica por meio de um fórum de debate aberto e horizontal, no qual todos os atores encontravam possibilidade de agir e os rumos do coletivo emergiam necessariamente do encontro entre os agentes. Considerando o âmbito de articulação de redes entre pessoas e instituições, estas transformações da Rede de Formação são relevantes em três aspectos: político, ao evidenciar a possibilidade de uma estrutura reticular assumir os rumos de uma política pública, tornando os seus atores os principais responsáveis pelas decisões e caminhos tomados; formativo, pois a formação constituída nesta rede teve sua consistência alcançada no adensamento da trama entre as pessoas envolvidas, favoreceu a compreensão e o projetar-se daqueles que a cursavam e criou condições, inclusive tecnológicas, para o compartilhamento e o aprendizado com os outros no processo; por fim, ético, ao possibilitar a experiência de uma alternativa à ética disciplinar na

busca pelo consenso, reduzindo a necessidade de obediência tanto à disciplina impostas pelo Estado quanto às disciplinas científicas, favorecendo uma ética de abertura ao inaudito e de decisão ou encargo por si mesmo.

Palavras-Chave: rede; política pública; fenomenologia existencial.

ABSTRACT

VALENTIM, G. G. **Politic Action in a public policy:** a network experience in the Telecentros.BR Program. 2015. 104 f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

The aim of this research has been to unveil how network articulations promoted through the Digital Network Process for Digital Inclusion from the Program Telecentro.BR flowed and to understand their relevance for the processes of network articulation involving peoples and institutions. By working in this program as one of the professionals responsible for the articulation of such network, it was taking into consideration the methodological strategy that has been organized around register notes and memories of experiences as a possibility of this study. A detailed account is woven bringing together aspects of the history, the shifting elements and shapes of the Network Process with the researcher's own principles and values, bringing light to phenomenal aspects and to the viewer's perspective at once. Many conversations in research environments contributed to the subsequent reflexive process shedding light to otherwise unnoticed aspects and traces of such experience, and thus three modes of being in a Network Process: public policy, pro-duction aiming co-responsabilisation and formative active network. In the first of these modes – public policy - the network is influenced primarily by the bureaucratic government from which it emerges and to which it is destined. In the second mode – production – the increase in interaction, both by real presence and by technology-bound, brought to light the various actors' needs and redefined the objectives and protocol processes, of the network. In the third mode unveiled – formative active network – the network experienced the assumption of its historical destination through an open and horizontal debate forum, in which all the actors could actively take part and in which the agents' interaction designed the collective's course and destination. Taking into consideration the building of networks involving peoples and institutions, these transformations in the such Network Process shown relevance in three main aspects: political (as it sheds light to the possibility of a reticular structure assuming strategically place in a public policy, thus making its everyday actors into decisive agents); formative (because education designed in this network assumed its consistency through tightening bonds throughout the network, which facilitated the comprehension and protagonism for those being trained, creating conditions, even technologically for learning in a collective and shared basis); and ethic (because it made

possible other experience than that based on the disciplinary ethics, searching for a consensus, regarding the discipline to the ruling State and to the scientific disciplines. Such a shift made possible a state of openness and readiness to the unexpected and to self-empowerment.

Keywords: network process; public policy; existential phenomenology.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. NASCIMENTO DA METODOLOGIA.....	15
3. MERGULHO NA HISTÓRIA	22
4. EMERSÃO.....	63
4.1 Política pública	68
4.2 Pro-dução para corresponsabilização.....	76
4.3 Rede para formar-ação.....	86
5. POLÍTICA NO PÚBLICO	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102

1. INTRODUÇÃO

Trabalhei com um mesmo grupo de pessoas em projetos que tangenciam a educação, tecnologias da informação e comunicação e articulação de pessoas e instituições de 2010 a 2013. Começamos juntos mais por afinidade pessoal do que por interesse num campo de trabalho comum propriamente dito. Com o tempo, fomos percebendo um fio condutor das nossas ações nas oportunidades que criávamos e na maneira como nos envolvíamos nos projetos. A este fio condutor temos dado o nome de articulação de rede. Um fio construído no fazer.

Na correria de produtos e prazos, constituímos afirmações cada vez mais compartilhadas entre nós sobre como costurar a programação de um encontro presencial, como mediar um grupo, como propor o uso de tecnologias, como promover e manter conversas presencialmente e mediadas por tecnologias. As afirmações, no entanto, eram bem pouco explícitas: elas se traduziam muito menos no discurso e muito mais na ação. Quando estamos trabalhando juntos, fazemos propostas de caminhos que claramente reconhecemos e validamos nos nossos entreolhares, nas nossas entrelinhas. Tudo isso sem nunca termos definido conceitualmente o que consideramos articulação ou rede, ou mesmo instituições ou pessoas. Tampouco conceituamos internet ou tecnologia.

Esta pesquisa tem como foco nossa primeira experiência: a Rede Nacional de Formação para a Inclusão Digital do Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentros.BR, do Governo Federal. Antes deste programa, alguns de nós já haviam experimentado diferentes composições em trabalhos que, de alguma forma, abordavam o tema rede. Composições essas, inclusive, que nos deram elementos para aceitar juntos esta empreitada. Mas o Telecentros.BR foi o primeiro momento em que todos decidimos juntos empreender um projeto no qual a articulação de rede entre pessoas e instituições era um objetivo mais explícito. Sob suas condições e acontecimentos, foram se constituindo traços mais firmes de um modo de trabalhar que coloca o conversar e as relações como fundamentos de atuação.

O Programa Telecentros.BR foi uma iniciativa de inclusão digital do Governo Federal que teve início em julho de 2010 com o ambicioso objetivo de oferecer infraestrutura, conexão

à internet e formação para monitores de 10 mil telecentros¹ em comunidades por todo o Brasil. Previam-se, inicialmente, formar para o trabalho nos telecentros cerca de 15 mil jovens entre 16 e 29 anos, moradores das comunidades nas quais os telecentros estariam alocados e com escolaridade variando desde o Ensino Fundamental em curso até o Ensino Médio completo. Ao formar pessoas residentes do próprio entorno dos telecentros, apostava-se no aumento da possibilidade de apropriação dos espaços e das tecnologias pela comunidade. Assim, esperava-se que os moradores locais frequentassem e fizessem uso de sua infraestrutura para benefício próprio ou de sua comunidade.

O Governo Federal abriu editais em fevereiro de 2010 e selecionou oito entidades (representantes do poder público, sociedade civil e universidades) para constituir a Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas e formar continuamente, em larga escala, jovens agentes de inclusão digital dos telecentros apoiados pelo Programa Telecentros.BR. A Rede de Formação foi concebida, portanto, com a responsabilidade de elaborar e executar o Curso de Formação do Telecentros.BR, pactuando suas diretrizes, princípios, missão, objetivos, critérios e procedimentos para a condução de processos formativos no âmbito da inclusão digital. Uma proposta ousada, que marca a aposta em inclusão digital por meio de telecentros e articula bases comuns no território nacional a partir da composição entre atores com diferentes experiências no campo – iniciantes, militantes, representantes de programas de inclusão digital com longo tempo de funcionamento.

Nos documentos orientadores – o documento propositivo do Programa Telecentros.BR (Brasil, 2010b) e o Manual Operacional da Rede de Formação para Inclusão Digital – estavam apresentadas as seguintes balizas sobre a organização do trabalho e a relação entre as instituições:

– o Polo Nacional respondia ao Colegiado de Coordenação do Programa, composto pelos Ministérios da Ciência e Tecnologia, das Comunicações e do Planejamento, Orçamento e Gestão, sendo este último o responsável pela coordenação executiva² do programa. Este Polo era, então, designado como o responsável pela coordenação pedagógica nacional e produção dos conteúdos do Curso de Formação de Monitores. Além disto, deveria fazer a articulação, integração e interlocução com os Polos Regionais, coordenando e supervisionando suas

¹ O telecentro é entendido pelo programa como um espaço que proporciona acesso público e gratuito às tecnologias da informação e comunicação.

² Esse é desenho de gestão do início do Programa (2010), principalmente no que diz respeito aos ministérios. Muitas mudanças ocorreram ao longo de sua existência.

atividades;

– aos Polos Regionais cabia a responsabilidade pela formação dos monitores de sua respectiva região. Isto implicava adaptar os conteúdos ao contexto regional, elaborar materiais pedagógicos, desenvolver atividades voltadas às especificidades locais, contratar e formar tutores para o curso e organizar encontros regionais entre os monitores.

Nessa proposta inicial, fica nítida uma visão de rede que conta com uma coordenação, feita pelo Polo Nacional, que está sob a regência do Colegiado de Coordenação do Programa. Nesta coordenação, este polo era o responsável por criar o curso, em termos pedagógicos e conteudísticos, e também articular os Polos Regionais para a implementação e execução da formação. Nota-se que os Polos Regionais são colocados como replicadores da formação em seu território de responsabilidade, com algum grau de liberdade de customização do material segundo as especificidades locais. É, portanto, para esta estrutura e estas relações que diferentes instituições de todo o Brasil concorreram ao edital para compor a Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital.

As entidades selecionadas eram responsáveis por programas de inclusão digital de governos estaduais e municipais, universidades e associações sem fins lucrativos, popularmente conhecidas como ONGs, representantes das mais diversas concepções e práticas no terreno da inclusão digital. Para atuar como Polo Nacional, foi selecionada a Escola do Futuro, um laboratório da Universidade de São Paulo, que tem a sua história ligada ao estudo e desenvolvimento de projetos na área de educação e novas tecnologias.

É do lugar de profissional da equipe deste Polo que participo deste trabalho. É importante pontuar que minha contratação não estava prevista como psicólogo, mas como profissional cuja trajetória é marcada pelo desenvolvimento de formações e construção de rede em diferentes contextos. Além de mim, a equipe foi formada por outras cinco pessoas, de diferentes formações e trajetórias, mas que tangenciavam as áreas de educação, comunicação e rede.

Nosso foco inicial era a realização de uma formação em inclusão digital que contemplasse a diversidade brasileira de contextos e que proporcionasse aos monitores um olhar para sua comunidade, suas potencialidades e ações possíveis para o seu desenvolvimento. Tendo, diante de nós uma Rede de Formação que, em suas instituições e participantes, era um mundo de diversidades, apostamos num trabalho respeitoso que considerou a constituição de

uma comunidade em relação à própria Rede de Formação para Inclusão Digital e que buscou favorecer a elaboração da formação a partir da sua própria diversidade. Aos poucos, boa parte da hierarquia instituída pelos documentos originais foi sendo dissolvida, as produções se deram cada vez mais de forma coletiva e deu-se visibilidade aos efeitos, tanto das decisões gerenciais na formação quanto do acontecimento da formação nas decisões gerenciais.

Considerando este trabalho irruptivo de novas compreensões sobre rede, formação e ética, a questão que orienta esta pesquisa é desvelar o modo de articulação de rede constituído na Rede de Formação para Inclusão Digital do programa Telecentros.BR e compreender sua relevância para os processos de articulação de rede entre pessoas e instituições nos âmbitos acima citados. Todavia, antes de aprofundar nos meandros dessa história, considero fundamental explicitar o caminho metodológico escolhido para este mergulho.

2. NASCIMENTO DA METODOLOGIA

“[...] palavras são marcas por escrito”

Eliane Brum

Os passos para a consolidação da metodologia desta pesquisa sobre o modo de articulação de rede do Programa Telecentros.BR foram dados aos poucos, a partir do amadurecimento de compreensões sobre ciência, pesquisa e a fenomenologia existencial. A forma que este trabalho tomou é uma composição de aprendizagens significativas³ cujo sentido⁴ emana do caminho que trilhei, a partir de entrelaçamentos de experiências e leituras. Na busca pela metodologia deste trabalho, norteiei-me pela seguinte questão: como constituir o sentido do que vivi e compartilhar com outras pessoas, de modo a ressoar em suas próprias experiências?

Assim, o primeiro ponto importante a ser exposto é a experiência prévia que tive em pesquisa, já que esta era a minha principal referência quando ingressei no programa de mestrado. Em 2005, realizei uma iniciação científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo – FAPESP, com o intuito de apreender modalidades, concepções e práticas dos registros escolares. Esta pesquisa nasceu dos contatos que tive com diferentes escolas durante os estágios da graduação e onde pude observar a inexistência de registros da vida escolar dos alunos – exceto ocorrências graves e notas finais. Construí, então, com minha orientadora à época, uma proposta de análise documental dos instrumentais de registros empregados pela Secretaria Educação do Estado de São Paulo para avaliação de crianças dentro do regime educacional vigente.

Ao revisitar essa experiência, percebo que a iniciação científica tinha como objetivo registrar, publicizar e expor o quanto os processos de avaliação do regime educacional adotado eram insuficientes e quão raro eram os indícios sobre os caminhos de aprendizagem das crianças

³ Aprendizagem significativa designa o processo de constituição e apropriação de um “saber fazer/saber dizer”. Os processos de aprendizagem significativa revelam-se como possibilidades de compreensão e conhecimento e, portanto, de atribuição de significado para as relações e situações vividas pela pessoa, seja consigo mesmo, seja com o mundo, ou com os outros. Partindo do significado sentido como referência que permite o ultrapassamento para novas possibilidades, num processo de aprendizagem quente (MORATO; SCHMIDT, 1999, p.128-129, grifos do autor).

⁴ Uso a palavra sentido buscando uma compreensão muito próxima da que Critelli faz quando diz que sentido “é um rumo que apela, uma solicitação que se faz ouvir, um apelo obstinado que se insinua e persegue. Um fundo silencioso que abre a possibilidade da realização do nosso ser.” (CRITELLI, 2007, p.57, grifos do autor).

no ano, culminando em uma avaliação pouco embasada. Minha pesquisa era, dessa forma, um processo que tinha como marca pressupostos já consolidados e a busca por evidenciar falhas nas escolas e a ausência de conhecimentos da Psicologia Escolar sobre o tema.

Recebi então um presente desses que só o imponderável do destino pode nos dar. Para azar da pesquisa – que, nos moldes como foi construída, já pressupunha um certo tipo de resultado – e sorte do pesquisador, a escola que aceitou participar da iniciação científica fez da ausência de instrumentais-padrão a oportunidade de inventar diferentes registros, considerando a necessidade que se apresentava. Além dos registros, construíram-se estratégias na relação entre corpo docente e gestor da escola para manterem esses registros vivos, com sentido para todos. Havia uma série de reuniões, discussões e articulações com a comunidade para compreensão dos fenômenos. O foco não estava na falta, mas na produção.

Toda essa produção ficou, obrigatoriamente, de fora da pesquisa. Graças ao método escolhido para o projeto – “análise de conteúdo tal qual proposta por Bardin (1977)”, passei dias lendo as únicas frágeis fichas que o estado propunha e que a escola preenchia só para cumprir a obrigatoriedade, ratificando minha conclusão precedente à pesquisa de que ali havia nada. É claro que nada havia: a força do coletivo escolar estava toda voltada para outros registros, cujos sentidos eram partilhados por todos. Por escolha da orientação e rigor do financiador, fui obrigado a assistir de longe à vida que pulsava pelos corredores da escola e permanecer preso a um método que somente me permitia registrar a tão procurada falta. E achava que isso era o melhor que a ciência podia fazer. Como contemplar os movimentos no campo e no pesquisador em uma pesquisa se a metodologia não se constrói ao longo do percurso?

Um novo caminho começou a nascer com a leitura dos escritos de Martin Heidegger e Dulce Critelli. Principais autores-base que embasavam a prática psicológica em instituições dos estágios do Laboratório de Estudos em Fenomenologia Existencial e Prática em Psicologia – LEFE-USP, do qual fiz parte entre 2006 e 2008. Como a prática psicológica sempre acontecia em contextos muito adversos, nos quais quase nenhuma receita ou parâmetros que havíamos aprendido na faculdade se encaixavam, éramos expostos à insegurança necessária para questionar um modo de ser e de fazer ciência que credita ao método e aos conceitos rígidos toda a credibilidade e veracidade sobre o que se conhece.

Fui, aos poucos, aguçando o olhar para perceber as nuances de um pesquisar que dispende muita energia no rigor lógico do método com vistas a assegurar-se de sua

credibilidade. Quantas vezes não ouvimos em apresentações de congressos: utilizei o método tal, criado por fulano e comprovado por sicrano e beltrano? É como se isto bastasse para que o trabalho fosse inquestionável. Ou então ouvimos que determinada metodologia foi empregada, “pois ela é democrática e única capaz de dar voz ao sujeito da pesquisa” – sendo que nada é apontado sobre a atitude do pesquisador no campo, ou sobre a opinião das pessoas que participaram do trabalho. Se a metodologia garantiu, está garantido.

Um método logicamente resistente torna-se tão crível que seu auge é ser replicável em diferentes contextos – o que leva os pesquisadores a investirem mais na replicabilidade exata que no encontro aberto com o que se quer conhecer. E assim, segue-se descobrindo aquilo que falta ou que está escondido por meio de métodos já comprovados num mundo de conceitos já referendados – e todos os acontecidos no processo da pesquisa são submetidos a este filtro do qual só sai repetição (CRITELLI, 2006).

Apesar de estas compreensões terem revolucionado completamente minha relação com o conhecimento e com atuação no campo profissional, ainda faltava pesquisar a partir destas novas perspectivas que haviam se formado em mim. Com esta vontade, propus no final de 2011 um projeto para ingressar como aluno do programa de mestrado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Neste projeto, apresentei o seguinte processo de investigação: realização de discussões em grupo com os companheiros de Polo Nacional do Programa Telecentros.BR e análise do material que emergiu do próprio grupo. Algo me dava a certeza de haver encontrado um jeito de fazer pesquisa que permitisse o novo, o brilho no olho que tanto buscava, pois contemplava a fala de todos e o resultado da pesquisa estaria embasado na dinâmica do grupo que foi quem empreendeu o trabalho em questão. Defendi este processo “com unhas e dentes” na entrevista para ingressar no programa de mestrado, depois para a orientadora e finalmente para o grupo de orientação ligado a ela.

Entretanto, o caminho de pesquisa no LEFE tem complicadores, característicos do caminho de pesquisa fenomenológica existencial, que ainda não havia experienciado. Em reuniões semanais de co-orientação entre todos os pós-graduandos do laboratório, tem-se a prática de indagar: qual é a sua questão de pesquisa? Às vezes, repete-se isto para o pesquisador duramente até as vésperas de sua defesa. E esta não é uma pergunta que diz somente sobre o assunto a ser pesquisado. A questão é aquilo que nos orienta, o problema a ser resolvido sempre

adiante (CRITELLI, 2007). E qual o caminho que está sendo cursado para resolver este problema? O que este caminho revela dos entremeios pesquisador-fenômeno? Com quem estamos alinhados? Com quem divergimos?

Aos poucos, a co-orientação praticada no LEFE foi me ajudando a perceber que em minha proposta inicial de investigação estava implicada uma certa tentativa de manter a objetividade da pesquisa, a partir da segurança dos seus procedimentos de obtenção de “dados” a serem fornecidos por diferentes pessoas envolvidas no processo. A presença de “diferentes olhares sobre o mesmo fenômeno” continha uma ponta de esperança de que a pesquisa tivesse mais credibilidade perante a comunidade científica. Esse modo de fazer ciência já era conhecido... era hora de procurar novos rumos – agora sim, devidamente desorientado e aberto para que o caminho se construísse.

Tive então um feliz encontro com o texto “Pesquisa participante e formação ética do pesquisador na área da saúde”, de Schmidt (2008), no qual a autora discute como a pesquisa participante de matriz etnográfica produz mudanças éticas profundas no pesquisador. A autora afirma que

Princípios e valores, nesta concepção, estão inscritos nas bases teóricas, nos objetivos, na metodologia e nos procedimentos de um projeto de pesquisa. Isso quer dizer que a ética do pesquisador perpassa todas as fases do processo de investigação e, mesmo, o engaja numa responsabilidade que se desdobra e segue depois de concluída, formalmente, a pesquisa. (SCHMIDT, 2008, p. 396-397)

Em nenhum momento pensei em fazer uma pesquisa participante de matriz etnográfica. Todavia, como estava constituindo uma pesquisa dentro das ciências humanas, fui fisgado pela discussão da pesquisa a partir da ética do pesquisador. No texto, Schmidt trabalha ética a partir dos escritos de inspiração heideggeriana de Luís Cláudio Figueiredo e fui mais a fundo neste autor para tentar expressar o que ali me interessava.

Em seu livro *Revisitando as Psicologias* (2009), o autor resgata a raiz grega de ética – *ethos* – para relacioná-la a uma reflexão sobre a morada, o habitar o mundo do homem. Em referência a Heidegger, Figueiredo define o homem como abertura para o mundo, sendo o mundo aquilo que se abre e dá a ver para o humano. Para sustentar esse existir no mundo, Figueiredo afirma que temos a necessidade de um espaço de separação e recolhimento, a partir do qual podemos nos abrir para os novos possíveis encontros. Este espaço – nossa morada pessoal – são nossos costumes, valores, posturas e hábitos; e é de onde podemos contemplar à certa distância as coisas lá fora.

Uma pesquisa na qual haja um contato intenso do pesquisador com a questão que o move e com o próprio processo do pesquisar provoca mudanças em sua morada, em sua abertura para o mundo e, portanto, provoca mudanças éticas. A metodologia pode ser entendida como o caminho de transformações éticas no pesquisador e que, ao mesmo tempo, produz a pesquisa.

Em uma reunião de orientação individual, escutei as seguintes palavras da Profa. Dra. Henriette Morato: “Escreve Gustavo, escreve o que vier para você, depois a gente se debruça sobre o resultado disto.” (MORATO, 2013) (Informação verbal)⁵. E aconteceu, assim, uma escrita quase fluida. Digo quase, pois tratou-se de um caminho árduo, exigente de muitos pontos de parada, afastamento e retomada. No entanto, a todo tempo a escrita me convocava, não me deixava escapar. Passei a revisitar registros feitos à época, tanto em anotações pessoais quanto em e-mails trocados e documentos multimídia produzidos, deixando-me tocar por eles e mergulhando no que este material suscitava em mim. A cada mergulho, buscava sempre conhecer aquilo que mais me afetava e que não podia deixar de ser contado – um processo bastante inquietante.

Na proposta inicial, estabeleceria sentidos coletivos para uma história da qual compartilhávamos memórias e, conseqüentemente, apropriar-me-ia destes sentidos em minha própria história. Este era um movimento quase contrário: buscar o sentido da experiência na minha própria história, a partir dos meus valores, costumes, posturas e hábitos, para torná-lo compartilhado com os outros. Diferente de método, mais caracterizado pelo regramento de procedimentos, acredito que começou a nascer aí a metodologia, pois foi ganhando força o trabalho de expressar o caminho trilhado⁶, com suas nuances, relevos, explicitações e ocultamentos.

Na busca por compreender esse modo de fazer pesquisa que havia me tomado encontrei no livro *História Pessoal e Sentido da Vida* (2012), da Dulce Critelli, uma frase precisa para o momento que vivia: “os fatos precisam ser costurados com um fio de sentido que lhes dê alguma razoabilidade para serem compreendidos” (CRITELLI, 2012, p. 31). Um pouco mais à frente, a autora também afirma que

Mergulhados nos afazeres diários, atendendo às urgências e emergências do cotidiano, desenvolvemos e fortalecemos nossa condição de atores, mas

⁵ Informação verbal dada em uma seção orientação individual em 2013.

⁶ Buscando a etimologia de metodologia, encontrei-a como a fusão entre *Métodos* (caminho para chegar a um fim) e *logos* (linguagem, dizer) (HOUAISS, 2009).

ignoramos a possibilidade de sermos narradores do nosso viver. (CRITELLI, 2012, p. 37).

O trabalho na Rede Nacional de Formação do Programa Telecentros.BR, mote desta pesquisa, foi um trabalho intenso de implementação de projeto, com inúmeros debates, decisões e produtos diários que formavam um furacão no meio do qual estabelecemos um caminho ao mesmo tempo sólido e invisível. Restaram-me vivências, memórias fragmentadas de experiências – resgatados de quando em quando por um ocorrido que as fisionomava. Este encontro com Critelli contribuiu para a definição do primeiro passo dado na metodologia desta pesquisa: por meio de um processo singular (e não individual), estava eu a tecer nexos entre as lembranças da experiência em questão por meio da costura de um relato⁷.

Deste modo, o mergulho na história, nome dado a este relato, foi o esforço de estabelecer conexões entre as principais marcas geradas pelos acontecimentos da Rede de Formação em mim. O que se encontra aqui registrado é, portanto, um misto entre quem eu fui, fatos deste processo – compartilhados com outras pessoas no seu acontecimento – e o vir-a-ser que se constituiu em mim no momento mesmo de exercício da pesquisa.

E como processo de pesquisa, a finalização do mergulho na história foi prioritária ao início da análise⁸. E o consequente processo de emersão deste mergulho não foi um processo solitário, tal como o foi, fundamentalmente, o relato⁹: foi impulsionada por momentos de orientação coletiva, realizados constantemente ao longo dos 36 meses de duração do programa de pós-graduação, e também no Exame Geral de Qualificação. Momentos de companhia no percurso fundamentais para fazer com aquilo que estava sendo desocultado e revelado por meio da linguagem escrita, pudesse ser testemunhado e veracizado pelos que estiveram juntos a mim na ação de pesquisar¹⁰.

⁷ Critelli (2012) afirma que os relatos são matéria essencial para a construção de uma narrativa. É preciso saber compreendê-los para identificar os nexos que estabelecem entre os fatos e elementos da vida de uma pessoa, pois as cadeias de relações que estabelecem funcionam como mapas dos acontecimentos e de alguma maneira nos oferecem direções para lidar com eles. Os relatos interferem nas nossas emoções, podem modifica-las e, de certa forma, são responsáveis pela criação de um futuro em direção ao qual nos projetamos.

⁸ Isto não quer dizer que movimentos de análise não foram feitos nos momentos de orientação coletiva realizados no laboratório. Mas a sistematização e a dedicação para isto ocorreram somente após sua finalização.

⁹ Embora relevante, Morato nos aponta para o perigo desse processo solitário pois, no silêncio, o movimento fica circular, envolvido em si mesmo, e a compreensibilidade do que é sentido pode permanecer implícita e difusa. (MORATO, 2009).

¹⁰ Critelli (2007) sistematiza o que ela chama de movimento de realização do real em 5 elementos principais, com alguns contornos definidos e não lineares, sobre como algo chega a sua plena existência. São eles:

- desvelamento: quando algo é tirado de seu ocultamento por alguém, desocultado;
- revelação: quando desocultado, algo é acolhido e expresso através de uma linguagem;
- testemunho: quando linguageado, algo é visto e ouvido por outros;
- veracização: quando testemunhado, algo é referendado como verdadeiro por sua relevância pública;

Reconheço nestes momentos coletivos de discussão o segundo passo da metodologia. Neles, três fatores foram fundamentais para este trabalho:

- favorecimento da aprendizagem significativa da própria ação de pesquisar;
- definição de balizas¹¹ para a continuidade da escrita;
- convocação ao afastamento, ao distanciamento necessário para refletir sobre os movimentos construídos, comparar as intenções com os resultados das ações, desvelar movimentos até então ocultos e os filtros pelos quais entendemos os acontecidos¹² (CRITELLI, 2012).

Se o relato criou nexos, o diálogo nestes espaços públicos de pesquisa estabeleceu um processo reflexivo descortinador dos fios de sentido que conduziram e motivaram o trabalho na Rede de Formação do Telecentros.BR a partir da perspectiva apresentada.

Por fim, como terceiro e último passo desta metodologia, deu-se o entremeio das descobertas do passo anterior com os trabalhos de outros autores. Se o segundo passo da metodologia, essencialmente, abriu a fresta da minha morada para visar perspectivas que ainda não me eram possíveis, este terceiro passo consolidou esta nova abertura, trazendo um novo jeito de lidar com a realidade ao permitir a compreensão¹³ da possível influência deste trabalho no campo da articulação de redes entre pessoas.

–autenticação: quando publicamente veracizado, algo é, por fim, efetivado em sua consistência através da vivência afetiva e singular dos indivíduos.

¹¹ Baliza aqui entendida no seu sentido metafórico de boia, estaca, etc., que serve de referência à navegação. (FERREIRA, 1999)

¹² Este processo todo inspirou-se no aprender a narrar-se, etapa da Historiobiografia proposta por Critelli. Esta autora mesmo, em sua participação no exame de qualificação desta dissertação, alertou-me sobre a possibilidade de lançar mão da Historiobiografia para sair dos pontos cegos da pesquisa. Para Critelli, ninguém tem clareza do problema de princípio e é necessário nadar muito nele e ter luzes externas para poder nomear o que se está querendo (informação verbal dada na qualificação). Entretanto, o último estágio proposto pela autora na Historiobiografia é o julgamento de si, que implica uma consciência moral – a distinção entre o bem e o mal. Não vejo conexão do julgamento moral com o que aqui se estabeleceu e por isto não lanço mão da Historiobiografia como contorno da metodologia.

¹³ Emprego “compreensão” aqui no sentido que Critelli o faz e que advém do pensamento de Arendt. Compreender é entender o sentido de algo ou de uma situação para que possamos lidar com eles (CRITELLI, 2012). É por meio dela que aprendemos a lidar com a nossa realidade e reconciliamo-nos com ela, isto é, tentamos nos sentir em casa no mundo (CRITELLI, 2012). O resultado da compreensão interessa imediatamente à ação, portanto, à vida cotidiana e em conjunto.

3. MERGULHO NA HISTÓRIA

Na apresentação deste trabalho exponho o contexto inicial do Programa Telecentros.BR, no qual desenvolvemos um modo de trabalho que é a questão central desta pesquisa. Expus ali o cenário no qual documentos orientadores determinavam as formas de relação e a execução do nosso trabalho – Ministérios do Governo Federal e Polos da Rede de Formação para Inclusão digital tinham seus papéis bem delineados, inclusive com orçamentos e prestações de contas condizentes com os papéis pré-definidos. No entanto, nós¹⁴, que compúnhamos o Polo Nacional, fomos construindo muitos questionamentos sobre estas determinações.

Grant Snider –Autumn Sketch

As primeiras discussões dentro da Escola do Futuro tiveram um caráter de reconhecimento. Apesar de já termos experimentado diferentes composições, formávamos, pela primeira vez, uma equipe responsável por um único trabalho. Ainda assim, eram muitas as ações a serem implementadas e a pluralidade de nossas formações poderia nos levar a apostar nos especialismos e conduzir o trabalho de modo isolado. Entretanto, mesmo com pouca história na inclusão digital e cursos à distância, já havíamos atuado em muitos trabalhos que envolviam educação e tecnologias e muita vontade de construir juntos o modo de se relacionar desta Rede de Formação.

Conforme nos familiarizamos com o grupo e o contexto, nossa curiosidade sobre a estrutura na qual estávamos inseridos ficava mais aguçada: quem eram as pessoas e as instituições que compunham os Polos Regionais? O que elas esperavam deste programa que se anunciava como o maior programa de inclusão digital já realizado no Brasil? Que história elas possuíam em comum? Será que uma formação construída de forma hierarquizada conseguiria

¹⁴ O relato foi escrito prioritariamente na 3ª pessoa do plural. Decidi narrar o processo da perspectiva de quem se responsabilizou pela sua articulação inicial e, como no Polo Nacional dedicávamos muito tempo à discussão e à elaboração conjunta das experiências de articulação desta rede, bem como às tomadas de decisão em conjunto, senti que não poderia seguir outro caminho senão o de falar desta perspectiva conjunta que fomos construindo ao longo do trabalho. Há, no entanto, a alternância com outros dois pontos de vista da narração: ao surgirem posições que ponderei não serem coletivas, empreguei a primeira pessoa do singular; conforme a rede foi estreitando seus laços e tomando decisões cada vez mais coletivas, emprego o nós como sendo todos os polos da rede, indicando no texto que aquele fenômeno está sendo apresentado desta perspectiva.

produzir articuladores comunitários? Como seria se essas pessoas também produzissem a formação? O que as tecnologias de comunicação poderiam favorecer nesse processo? Segundo o edital do programa, o Polo Nacional desenvolveria os conteúdos e a visão pedagógica do curso para apresentar e acordar com os Polos Regionais em dois Seminários, ainda no segundo semestre de 2010. Se assim o fizéssemos, qual seria a implicação destas pessoas com o projeto? Com tanto rigor e determinações, decretos, manuais, prestações de contas, quais seriam os caminhos para um trabalho singular?

Tínhamos também muitas expectativas sobre os monitores dos telecentros e sobre o curso que faríamos para eles: queríamos que estes jovens encontrassem na formação a liberdade para construir o seu próprio modo de atuar no campo da inclusão digital. Afinal, a diversidade de jovens de contextos rurais e urbanos, indígenas, quilombolas, paulistanos, gaúchos, cursando ensino fundamental ou até faculdade, entre outros, era o que mais nos encantava. Em rabiscos feitos por mim durante o trabalho, chego a escrever em uma reunião de julho de 2010 que “a pluralidade nos impede de tentar controlar e regular – ainda bem!”.

Apesar de a inclusão digital ser um campo com uma militância ativa, a atuação profissional de monitor de telecentro não era algo firmemente consolidado, com referências claras de sustentação para a grande maioria. Quando buscávamos referências em vídeos na internet ou em conversas com conhecidos, percebíamos que o fazer das pessoas neste campo era muito móvel, inventivo e que nascia das características da realidade de cada telecentro. Como seria se todos pudessem conversar entre si? Essas percepções, tanto de nossas vontades quanto da multiplicidade do campo, nos orientavam a conceber, no Polo Nacional, menos um curso e mais uma rede online na qual as trocas permitissem composições e potencializassem cada um no seu fazer. Menos contar para as pessoas o que elas deveriam ser, e mais deixar que elas descobrissem entre si as possibilidades. Nas reuniões, íamos nos desafiando por horas a fio a pensar jeitos de utilizar as tecnologias de comunicação para gerar registro, dar visibilidade e favorecer composições que fortalecessem os envolvidos no programa.

Rede, compartilhamento, luz à diversidade, tudo isso eram rascunhos de sonhos deste começo de caminho. Sonhos que diziam respeito a esse grupo, suas experiências e suas histórias individuais e, agora, em comum. Contudo, havia também um grupo de instituições que até então pouco adentravam em nossa cena e que também eram responsáveis pela formação, trazendo na bagagem suas posições e histórias perante a inclusão digital, a educação, o ensino a distância, as redes.

A vontade de conhecer mais a fundo as pessoas e instituições integrantes desta rede para delinear, juntos, os rumos do trabalho foi ganhando força. Passamos a considerar a utilização do espaço e do tempo dos Seminários para fazer acordos comuns que viabilizassem a produção do curso com todos à distância ao invés de apresentar conteúdos previamente formulados. Foi um momento particularmente tenso para mim pois, ao mesmo tempo em que concordava com isto, estava ainda muito nebuloso o modo como comporíamos 480 horas de formação online em três meses de trabalho com 50 pessoas desconhecidas. Não sabia como era elaborar um curso a distância, suas ferramentas e dinâmica de funcionamento; naquela época, minha trajetória na inclusão digital era de seis meses de trabalho, com poucas referências e experiências no assunto. Quando falava deste incômodo no grupo, sentia que não encontrava ressonâncias. Como o grupo sustentava, entreguei-me ao processo.

No contorno inicial dado pelo Manual Operacional, o curso de formação era estruturado em quatro eixos temáticos: gestão do telecentro; monitoramento e avaliação; participação comunitária; tecnologia da informação, produção e publicação de conteúdo. Esses eixos deveriam ser trabalhados em três módulos: o primeiro, de 80 horas, seria um panorama geral dos quatro eixos; o segundo, de 320 horas, faria um aprofundamento em um ou mais eixos, à escolha do monitor; por fim, o terceiro seria o desenvolvimento de um projeto comunitário, com duração de 80 horas. Entretanto, este contorno foi criado por aqueles que conceberam o programa. Será que instituições com tanta experiência não teriam mais a contribuir, para além da simples construção de conteúdo de um curso? Não teriam elas já experimentado outros tipos de acesso a plataformas virtuais com maior êxito? Nas nossas expectativas dentro do Polo Nacional o formato oferecido parecia já não caber.

Tudo era especulação. Carecíamos de realidade. Precisávamos de contato com as pessoas que compunham esses Polos. Passamos a construir, então, um Seminário no qual todos pudessem se colocar, construir junto e sair de lá sabendo que participavam de um projeto no qual cada um teria um papel fundamental. Mas e eles? Gostariam desta ideia? Aceitariam compor? Era hora de sairmos para fazer um mapeamento presencial de pessoas, instituições, relações.

Partimos para as cidades nas quais estes Polos estavam localizados com essa vontade de conhecer os monitores, as realidades de telecentros em diferentes partes do país e as pessoas que compunham os diferentes Polos Regionais. Minha impressão é de que estávamos realizando um sonho. Eram tantas as discussões e tão belas as possibilidades que pouco pensávamos sobre

o percalços. Ainda assim, definimos dois cuidados básicos para este processo de mapeamento: todas as visitas seriam em dupla e, assim que a visita terminasse, a dupla deveria fazer um relato para compartilhar com o grupo as principais impressões dos acontecimentos. Tentávamos garantir, dessa maneira, que ninguém estivesse sozinho caso acontecesse algum problema e que todos os acontecimentos teriam a composição de olhares para registrar sua história.

Neste mapeamento, fui visitar dois Polos Regionais e tive choques com duas realidades muito distintas – que ganharam ainda mais intensidade por terem acontecido na sequência um do outro. O primeiro, uma ONG, com muitos anos de militância na inclusão digital, que nos recebeu com uma longa história sobre experiências tanto na formação como na implementação de telecentros em realidades urbanas, quilombolas e indígenas. Profissionais marcados pela potência de trabalhos que transformam comunidades com tecnologia e também pelas dificuldades deste campo, como a alta rotatividade dos monitores e a sustentabilidade dos telecentros. Chamou muito a minha atenção o cuidado empregado por esta instituição com a formação dos jovens e as experiências que proporcionavam a eles para que inserissem a tecnologia em seu modo de viver – construindo socialmente um sentido para as tecnologias da informação e comunicação. Suas falas demonstravam estar muito próximos da ponta de execução dos programas, pois diziam nomes de pessoas, necessidades comuns aos jovens, problemas que acontecem ao se propor um trabalho com esse público e este fim.

Como havíamos pedido para conhecer telecentros da região, levaram-nos em dois estrategicamente escolhidos. Não demorou para percebermos a intenção de nos impactar com problemas graves. Um deles optava por fazer formações próprias, mesmo recebendo cartilhas do programa sob o qual estava subordinado e às quais era obrigado por convênio a se limitar. Além disto, e mais grave, este telecentro exigia pagamento da comunidade pelos cursos que deveriam ser gratuitos. Já o outro telecentro, com equipamentos novos e ótimo sinal de internet, não recebia usuários pois havia sido implementado em um local afastado das principais vias de circulação de pessoas e para o qual não havia nenhum transporte público. Tratava-se de um recado sobre como aquele polo via o destino para o Telecentros.BR.

Já o segundo Polo, uma universidade, nos mostrou outro fazer em inclusão digital. Fomos recebidos com certo tom de solenidade pela Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado, no qual a universidade se situava, e já de início fomos parar nos telecentros considerados modelo para o programa estadual de inclusão digital. Durante a visita, fomos acompanhados até por batedores da Polícia Militar, que garantiriam nossa segurança.

Nos telecentros do primeiro Polo, não nos identificamos como sendo de algum lugar ou empresa específicos. Já neste segundo Polo, fomos tratados de modo diferenciado, como os “visitantes de São Paulo”, e a visitas se tornaram eventos para cada um dos telecentros, com presença de pessoas importantes da comunidade e interrupção das atividades para explanações. Nas conversas, transbordavam as preocupações do governo estadual com a garantia de “tecnologias de ponta” para a população. Mas, e os processos educativos para apropriação destas tecnologias? Estes apareciam somente quando perguntávamos e versavam exclusivamente sobre aprendizado técnico do pacote office¹⁵.

Sáímos dos telecentros e fomos levados para a universidade, sede do Polo. Na conversa com os profissionais que ali trabalhavam, identificamos pessoas da área da tecnologia e da pedagogia, dois grupos que se distinguiam até espacialmente – cada um posicionado de um lado da sala. No geral, professores doutores, com certa surpresa pela nossa aparência de juventude, estavam nitidamente incomodados, pois pareciam aguardar pessoas mais maduras como coordenação do programa. Novamente, solenidades e apresentação dos programas de pós-graduações representados por cada um ali – importantes para evidenciar a pouca intimidade com o campo da inclusão digital e da educação à distância. Questionavam frequentemente como faríamos o curso, qual seria o manual que entregaríamos para os Polos, como estávamos planejando dizer para eles o que eles deveriam fazer. Nós nos limitamos a devolver as perguntas, dizendo que estávamos lá para saber deles o que gostariam de fazer. Sustentar a dúvida dentro daquele ambiente universitário foi árduo.

Os contrastes foram trazendo à tona o que buscávamos: a multiplicidade de olhares, práticas, experiências e expectativas. Encontramo-nos com experiências potentes em termos de implementação de projetos, formação de jovens, ensino à distância, sustentabilidade, bem como as fortes polarizações de universidade *versus* ONGs, humanas *versus* exatas, região norte *versus* região sul, governo *versus* sociedade civil, etc. E assim como nas visitas que realizei, as outras visitas compuseram um cenário sensível, rico em elementos, que nos favoreceram na invenção de estratégias de composição de que poderíamos lançar mão com estas pessoas.

No retorno, a necessidade era de conversa. Foram muitas reuniões e bate-papos informais para tentar digerir a densidade dos encontros Brasil afora. Estávamos marcados por um misto de “Pollyana”¹⁶, de sonho de estabelecer uma rede colaborativa com pessoas

¹⁵ Como o programa empregava em seus computadores o sistema operacional Linux, as formações tinham como foco o chamado LibreOffice, que tem programas de edição de texto, planilha e apresentações de slides.

¹⁶ Em referência à personagem Pollyana da comédia de Eleanor H. Porter de 1913, que fazia o jogo do contente,

trabalhando juntas em prol das comunidades do Brasil, e de experiências de campo que explicitavam um cenário composto por pessoas mais e menos dispostas, discursos mais e menos enrijecidos, vontades de compor e de ignorar, estruturas bem montadas e carências fortes.

Fomos misturando nossas impressões e nossas vontades para inventar os próximos passos. Era fim de julho de 2010 e precisávamos desenhar a programação do primeiro Seminário da Rede de Formação, previsto para a primeira quinzena de agosto. Nós já havíamos entrado em contato com a diversidade entre todos, mas eles ainda não. Era importante que, juntos, nos marcássemos pelo plural que compúnhamos.

A primeira versão de programação produzida expressava muitas das mudanças que visávamos realizar com a rede, principalmente em sua organização e produto final, já que o seminário estava construído para recebermos contribuições dos Polos Regionais em relação à formação e não informá-los como esta seria feita. Entretanto, para que ele pudesse se efetivar desta forma, não podíamos prescindir naquele momento do aval dos representantes do Ministério do Planejamento, à frente da coordenação executiva do programa na época. Entre telefonemas e e-mails, tomamos conhecimento que as posições dos profissionais a frente do Telecentros.BR no Ministério partiam mais do alinhamento conosco do que da divergência. Uma segurança a mais para nossas apostas, pois se eles não sustentassem junto, nosso chão ruiria.

Partimos para o encontro. Escolhemos para o primeiro dia uma sequência de apresentações institucionais para que cada Polo pudesse se colocar do modo como achava mais interessante. Sem regras ou formatos, trazendo o que lhe fosse forte, o que o distinguísse e/ou constituísse. Ao fim do primeiro dia, a certeza de que lidávamos com instituições muito distintas entre si. As escolhas de apresentação de cada polo anunciou para todos a que vinham, quais eram suas referências. Foi um dia longo, cansativo, mas importante: estavam ali representantes de muitas áreas e instituições de muita história. E era nessas histórias que se fundariam as bases dos nossos trabalhos.

Ao final do primeiro dia, impressões e dúvidas sobre como continuar os trabalhos borbulhavam em nós. Era impossível encerrar o trabalho ali. O combinado era somente um planejamento. Mas, planejamento descolado da realização é desencarnado. Ficava como pergunta: o sentido prévio dado ao encontro se sustentava? Era tão presente a vontade de conversar para redefinir ou mesmo reafirmar a programação do dia seguinte que minha

impressão era que o sol nem nasceria enquanto não conversássemos. E conversamos, por horas a fio, compreendendo o que havíamos experienciado e repactuando o que era possível e viável para o próximo dia.

Enquanto nós do Polo Nacional compartilhávamos sensações e sentimentos e produzíamos alinhamento, os participantes faziam o mesmo. Eles mostraram para nós que havia algo fundamental para o andamento da programação do dia: o tempo livre no período da noite. De algum modo isto já estava presente na nossa escolha de hotel para a realização do evento (um hotel afastado pelo menos 35 minutos de carro de qualquer lugar de Brasília-DF) e no indicativo de que todos se hospedassem juntos. E já neste primeiro dia tornou-se evidente que cada intervalo entre momentos de trabalho (seja o almoço ou mesmo a noite toda) grupinhos iam se reunindo, conversando... Olhares iam se reconhecendo, se aproximando, e isto se refletia nas participações durante os momentos de trabalho. Experimentávamos na pele que um Seminário é feito do seu todo, e não somente de sua programação oficial.

No segundo dia demos início ao trabalho conjunto, mais propriamente dito. Como abertura, exibimos um vídeo elaborado a partir de gravações feitas durante as visitas de mapeamento, que registravam os telecentros e suas especificidades, que tanto nos tocaram. A aposta era que seria potente começar a construir a formação a partir da apresentação dessa diversidade. Em seguida, mergulhamos naquilo que nos unia e do qual deveríamos derivar: o Manual Operacional da Rede de Formação para Inclusão Digital. Escolhemos fazer uma leitura conjunta de um trecho deste manual para destacarmos, por meio de anotações em tarjetas, os pontos que suscitavam a atenção de cada um. Em seguida, dispusemos tudo em uma parede bem visível a todos.

A partir daí, propusemos a divisão dos presentes em quatro grupos de trabalho:

- Núcleo comum de conteúdo, responsável por pensar conteúdos que seriam dispostos na formação;
- Projetos, responsável por conceber uma visão de projeto para a formação;
- Apropriação comunitária, responsável por pensar estratégias que auxiliassem esse monitor a envolver sua comunidade com o telecentro;
- Oferta de múltiplos caminhos, com foco em pensar como que seria feito o compartilhamento de materiais na formação e na internet de modo geral.

Esse foi o jeito que encontramos de abordar elementos importantes da proposta inicial do curso, sem nos atermos necessariamente ao formato e ao funcionamento proposto. Uma

ousadia aí passou quase despercebida por todos: partimos do pressuposto que se a pessoa estava lá representando um Polo, não importava se fosse coordenador ou um técnico que acabou de chegar e mal conhecia seus coordenadores, esta pessoa representava o Polo. Assim, tentamos garantir que cada Polo tivesse pelo menos um integrante em cada discussão em grupo e buscamos legitimar a fala de cada participante com representação de um polo, descentralizando o lugar de fala/legitimidade somente das coordenações das instituições.

Como os grupos de trabalho dividiriam as pessoas, garantimos espaços e tempos após a finalização para compartilharmos impressões do modo de trabalhar, conteúdos e acordos produzidos em cada grupo. Durante os debates nos grupos fazíamos o movimento de retomar as determinações dos documentos orientadores e abrir frestas para o novo no registro do conteúdo do grupo. Estávamos inspirados pelo Manual, mas evitando a sua reprodução.

Para o terceiro dia, após a socialização dos resultados dos grupos de trabalho, fizemos mais dois momentos de explicitação da diversidade. Durante o primeiro e o segundo dia, um profissional da Escola do Futuro entrevistou as pessoas, fazendo questões sobre os significados que elas davam para as principais palavras surgidas durante a leitura do Manual Operacional. Como abertura deste terceiro dia nós exibimos este vídeo, que foi uma espécie de visualização dos diferentes aspectos do que é um telecentro, o que é educação, o que é inclusão digital. Após esta abertura, discutimos sobre os modos de contratação dos tutores que atuariam na formação. Essa conversa, essencialmente, trouxe à tona os elementos que distinguem as instituições, suas burocracias e estratégias, tornando palpável a impossibilidade de qualquer padronização.

Passada mais esta rodada de diversidade, dividimos o grupo novamente para, dessa vez, discutir avaliação. Os temas que julgamos importantes à época foram avaliação de projetos, avaliação da presença na rede e avaliação dos conteúdos. Todas essas discussões não poderiam e nem deveriam se esgotar no encontro; seu papel era se revelarem complexas e polêmicas o suficiente para dar vontade de continuar discutindo e não deixar ninguém tomar a decisão por ninguém. Nada melhor do que uma conversa sobre avaliação para isto, pois, por um lado, ela convoca os defensores de uma avaliação “mais humana”, para quem o quantitativo é a morte de qualquer processo denso e complexo, a se posicionarem e, por outro, atíça o desejo daqueles que veem nela a oportunidade de controlar e quantificar tudo o que acontece.

E assim chegamos ao final do terceiro dia com muitas conversas feitas, muitos assuntos abertos. Sinto que estavam todos incomodados com tantas incertezas sobre os próximos passos e, ao mesmo tempo, refratários a qualquer tentativa de imposição de um caminho único que

fosse feito. Lembro-me de achar muito curioso que nos grupos, muitas vezes, as opiniões se polarizavam em opostos. Isso gerava um certo desespero de todos porque, como sempre jogávamos com a possibilidade de tudo estar em construção, cada lado receava a prevalência do outro. E assim nenhuma discussão se esvaziava, pois as pessoas iam ocupando os espaços, se fazendo presentes e porta-vozes de suas correntes. Mas não era só de medo e disputa que compunham a intensidade dos trabalhos. Em muitos momentos, talvez na sua maioria, a defesa de uma determinada visão de inclusão digital ou de apropriação comunitária marejava os olhos de quem assistia, pois eram falas encarnadas de sentidos construídos em anos de militância “política”¹⁷.

Como finalização, uma proposta de continuidade: apresentamos no último momento do encontro os diversos ambientes da internet por meio dos quais acreditávamos que as pessoas relacionadas ao programa poderiam se comunicar, tais como Orkut, Facebook, listas de e-mail. A partir daí, rememoramos o trabalho desenvolvido e a clareza de que havia acordos de ações que precisariam de mais conversa para serem cumpridos. Era hora de enfatizar nossa principal aposta de gestão coletiva à distância: uma lista de e-mails entre os Polos.

A lista de e-mails é uma tecnologia na qual você cadastra um grupo de e-mails sob um único endereço de e-mail. Assim, sempre que você quiser mandar um e-mail para aquele grupo de pessoas, você o manda para este único endereço e todos o recebem. Nós, do Polo Nacional, já organizávamos nosso trabalho por meio de lista de e-mail. Por ela conversávamos tudo que fosse relevante, permitindo que todos tivessem acesso ao conteúdo ali produzido. Por mais que um assunto se relacionasse a apenas uma dupla ou trio de pessoas, fazê-lo circular pela lista era permitir que todos soubessem da sua existência, vigência, encaminhamentos e finalizações.

A lista entre os integrantes dos Polos havia sido criada em algum momento coletivo acontecido sob a regência do Ministério do Planejamento. Nela já havíamos enviado os preparativos para este primeiro Seminário e, durante o encontro, compartilhamos por lá as sínteses das discussões, as apresentações feitas, enfim, todo material confeccionado no encontro. Mas os e-mails pareciam ser em via única, de nós para os Polos. O seu potencial para debate ainda estava latente.

Com o fim do Seminário, concentramos nossa comunicação com os polos nesta tecnologia. E concentrar foi, principalmente, evitar fortemente que qualquer conversa com

¹⁷ Por se tratar de um conceito importante para esta pesquisa, quando política for empregada como governo ou movimento político-partidário, estará entre aspas. Quando o termo estiver desacompanhado das aspas é porque está sendo empregado no sentido arendtiano de ação entre homens.

pessoas deste contexto acontecesse fora dela. Assim, encaminhamos através desse espaço as resoluções do encontro, as tarefas que cada um assumiu e os prazos acordados. Do lugar de Polo Nacional, ficamos responsáveis principalmente por sistematizar as discussões e, buscando contemplar todos os lados apresentados no fórum comum, fazer uma primeira versão do módulo 1 da formação. Eis um passo crucial na relevância que nosso trabalho teria: caso falhássemos na sistematização e expressão dos diferentes pontos de vista, toda nossa proposta iria por água abaixo, pois nosso discurso cairia em descrédito devido à falta de correspondência com nossas ações.

Toda essa produção de nossa parte não nos agradava. Ainda que fosse baseada pela discussão comum, era muito arriscado, já que utilizamos nosso repertório pessoal para produzir. As discussões do Seminário, apesar de aguerridas e densas, eram incipientes. Facilmente avançaríamos e tenderíamos para um lado ou outro. Mas o início do curso era esperado para novembro e como teríamos ainda mais um Seminário, o mais prudente a fazer era garantir alguma coisa que pudesse ir ao ar na hora que fôssemos convocados.

E assim seguimos. Pegamos todo o material produzido e lemos, relemos, discutimos. A primeira coisa produzida foi um mapa com os principais temas que saltaram aos olhos. Eles eram nossos guias, pois demarcavam campos de investimento comuns e claros. Eram eles: comunidade, monitor, telecentro, comunicação comunitária, rede. Na sequência, procuramos nos registros as falas, os assuntos que se relacionavam com cada tema e os dividimos, para melhor detalhamento.

Definidos os temas e seus subtemas, eles precisavam ganhar um ar de curso. Dividimo-nos segundo afinidade ou trânsito maior com cada tema ali representado. Neste ínterim, conseguimos confirmar com todos os Polos uma etapa intermediária entre um Seminário e outro, na qual faríamos um ponto de checagem antes da finalização do processo: uma reunião presencial no meio de setembro de 2010, na qual todos poderiam comentar a proposta e seriam convidados a contribuir à distância de alguma forma mais direta. Um respiro para nós, pois assim não chegaríamos ao segundo Seminário somente com uma produção, que até poderia ter relação com o que foi discutido, mas não fazia mais parte do cotidiano das pessoas e na qual elas não se reconheceriam mais. E também nascia aí a primeira proposta de trabalho de colaboração à distância propriamente dita.

O primeiro passo para construção de cursos a distância diz respeito a escolher seu formato, o que quer dizer do modo como os conteúdos serão acessados. Pode-se começar com

uma apresentação de conteúdos linear e depois ramificar, abrindo mais opções, cujas sequências foram determinadas por quem criou o curso; ou apresentar um mapa com os principais temas e permitir que as pessoas acessem o tema de seu interesse no momento mais oportuno; ou, ainda, ter um mapa com os principais assuntos interconectados e permitir uma navegação transversal entre os diferentes temas.

O mais difícil desta decisão está no fato de que ela depende muito da familiaridade do cursista com a navegação na internet, e também da capacidade de quem está fazendo o curso de conseguir deixar claros os objetivos de cada um dos momentos e sua interconexão com os outros.

Como a maioria de nós do Polo Nacional ainda não estava habituada com estas diferentes estratégias de curso à distância e tudo levava a crer que boa parte dos monitores que fariam o curso, tinham seu primeiro contato com internet a partir desta formação, escolhemos um caminho inicial mais direcionado, sequencial, no qual diríamos etapa por etapa o que deveria ser feito para, um pouco mais adiante, abrir um mapa no qual o monitor pudesse escolher com autonomia a ordem dos temas a serem estudados. E para este modo de funcionamento do curso produzimos conteúdos e atividades, muito referendados em materiais já divulgados na internet e na experiência de outros profissionais da Escola do Futuro, que trabalhavam em um programa de inclusão digital do estado de São Paulo há mais de oito anos.

A versão final deste módulo 1, produzida em 15 dias, era um misto de demonstração da nossa capacidade de síntese e produção rápida, com um pedido de contribuição e orientação dos outros profissionais da rede. Assim como um compilado dos conteúdos e estratégias da formação, nós produzimos também uma série de orientações sobre como cada Polo poderia acessar uma parte interna do site do programa e lá encontrar tudo o que produzimos para editar à vontade. Pedíamos qualquer contribuição possível: de atividade, de referência bibliográfica, de proposta de avaliação, de ajustes das ferramentas disponíveis do *Moodle*¹⁸ para a realização das atividades... A produção estava detalhada a ponto de permitir a compreensão e colaboração de qualquer um que entrasse em contato com aquele projeto, sem precisar de maiores explicações ou conversas. Apostávamos, ainda, na composição de saberes entre os profissionais de cada equipe dos polos para a compreensão da proposta, caso houvesse pessoas mais leigas

¹⁸ MOODLE é o acrônimo de "Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment", um software livre, de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual (Em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Moodle&oldid=36914180>>. Acesso em: 9 nov. 2013.). O uso deste software para desenvolvermos a formação estava prevista em edital.

em ensino à distância.

Enquanto mergulhávamos nessa produção, algumas notícias do contexto atravessavam nosso trabalho. Em contato com o Ministério do Planejamento, começamos a perceber com mais clareza que o segmento do programa responsável pela distribuição da infraestrutura estava encontrando sérias dificuldades, tanto burocráticas quanto de contato com as entidades contempladas com equipamentos. As naturezas mais específicas destes problemas eram muito nebulosas, mas começavam os sinais de descompasso entre o ritmo de implementação da formação e o ritmo de disponibilização da estrutura física do programa.

Neste momento passaram a compor nosso cenário de trabalho as chamadas iniciativas do Telecentros.BR: organizações governamentais e não governamentais que concorreram aos editais do Programa para receber equipamentos de telecentros e bolsas para monitores por elas selecionados. Algumas, como a Fundação Banco do Brasil, seriam contempladas com mais de 500 telecentros; outras, receberiam 10 telecentros, como a prefeitura de Patos, em Pernambuco. No geral, estas iniciativas já eram grandes agentes da inclusão digital e possuíam relação com diferentes comunidades e poderes públicos locais para estabelecer parcerias e implementar telecentros. Possuíam, também, práticas bastante constituídas, como pudemos ver nas visitas de mapeamento. Os telecentros das duas visitas de mapeamento que participei eram de entidades que se tornaram iniciativas do programa Telecentros.BR. Ou seja, teriam que construir entre si alguma prática comum sob a égide deste programa.

Estes descompassos, a relevância destes atores para o sucesso do programa e o reconhecimento de êxitos nas escolhas de gestão da Rede Nacional de Formação conduziram o Ministério do Planejamento a propor ao Polo Nacional a organização de um Seminário Nacional com todas as iniciativas do programa e todos os Polos da Rede de Formação. A oportunidade de incluir mais pessoas na conversa brilhou nossos olhos. Acreditávamos que quanto mais pessoas conseguíssemos trazer para perto, e para as quais expuséssemos nossa abertura para a composição, maior sucesso teríamos com a formação. Se as condições de implementação do projeto não se mostravam ideais, tínhamos fé de que com quanto mais pessoas fizéssemos parcerias, maior o laço entre elas e maior a fluência da comunicação. Eram raras e oblíquas as notícias sobre a quantidade e natureza de problemas enfrentados e, orientados cegamente pela vontade de colocar o máximo de pessoas possível dentro do barco, talvez tenhamos calculado mal a capacidade máxima de passageiros neste barco. Não fizemos, pelo menos no nosso grupo de trabalho, nenhuma discussão sobre as consequências para a Rede de Formação da realização

de um Seminário com todas as iniciativas do programa Telecentros.BR e a própria rede juntas. Simplesmente aceitamos o problema e incluímos na pauta de discussão algumas possibilidades de resolvê-lo.

Essa notícia chegou para os Polos da Rede pela lista de e-mails quase que simultaneamente à nossa proposta de módulo 1. O Ministério do Planejamento também passou a utilizar a lista para comunicação com a Rede de Formação, e isso acarretou numa série de novas conversas que passaram a encontrar expressão e resolução por esta tecnologia de conversação, inclusive no âmbito burocrático dos convênios com as organizações que representavam os Polos. Os Polos, assim como nós, manifestaram bastante interesse no seminário com as iniciativas.

Enviamos a proposta do módulo 1 da formação quatro dias antes da reunião presencial, realizada no meio de setembro. Enquanto isso, uma equipe técnica da Escola do Futuro criou possibilidades de edição colaborativa no site do Programa Telecentros.BR. Todo o projeto foi dividido em seus principais temas e cada tema passou a ser uma ferramenta *wiki*¹⁹ do site. Nossa equipe trabalhou também no desenho de uma programação para o Seminário com as iniciativas para apresentar presencialmente nesta reunião. Neste desenho, um convite especial: queríamos compor com os integrantes dos polos na condução das atividades. Pensamos uma estrutura de evento na qual o primeiro dia seria ocupado por questões gerenciais e de responsabilidade dos Ministérios do Governo Federal e o segundo dia seria da Rede de Formação, para o qual pensamos em metodologias que envolvessem grupos de discussão. A grande quantidade de pessoas foi uma desculpa que usamos para pedir ajuda aos profissionais dos Polos. A possibilidade dos Polos não serem só coadjuvantes na realização do Seminário daria para a rede um outro patamar de relação: seríamos corresponsáveis pelos passos dados pela Rede.

A reunião do dia 14 de setembro de 2010, a oportunidade intermediária de encontro que havíamos conseguido, era crucial. Como pauta, urgia tratar da primeira proposta da formação, de uma arriscada empreitada de edição coletiva de materiais e também da programação do primeiro Seminário Nacional do Telecentros.BR que uniria a discussão de infraestrutura e formação, além de outros assuntos. Esse encontro trouxe algumas surpresas: a proposta de edição online dos materiais foi bem aceita e todos os Polos aderiram à participação no

¹⁹ Wiki é uma coleção de muitas páginas interligadas e cada uma delas pode ser visitada e editada por qualquer pessoa. Uma característica notável das ferramentas Wiki é a facilidade de edição e a possibilidade de criação de textos de forma coletiva e livre, assim como se faz na Wikipédia e em outros projetos que utilizam Wiki. (Em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Wikidid=37227217>>. Acesso em: 9 nov. 2013.)

Seminário Nacional do Telecentros.BR. Todavia, ficou uma sensação de que pouquíssimas pessoas conseguiram entender a fundo o módulo 1 que propusemos. De fato, relendo o material após a reunião, percebi que muitos materiais estavam mal-ajambrados – com o tempo de distanciamento, algumas falhas se tornaram evidentes. Além disso, alguns polos não findavam os trâmites de seus convênios com o Ministério do Planejamento, decorrendo na manutenção de apenas uma equipe mínima e operação basal para Rede de Formação – impactos da gestão do programa e entrave gravíssimo para o ritmo e a amplitude coletiva dos trabalhos, o que exigia uma diminuição de ritmo que não conseguíamos/queríamos fazer naquele momento.

Aconteceram, no mesmo período, outras duas reuniões entre Polo Nacional e as instâncias de gestão, com consequências importantes para o trabalho como um todo. A primeira delas foi com o Ministério do Planejamento sobre o modo como estávamos conduzindo o trabalho e os próximos passos. A dimensão da infraestrutura do programa foi exposta com maior clareza e começamos a dimensionar os atrasos na implementação do programa. Por um lado, decepção, por outro, respiro de alívio, posto que se ampliava o tempo para estratégias coletivas mais ousadas. Provavelmente disporíamos da possibilidade de testar um piloto da formação com um pequeno grupo de monitores antes de uma entrada em massa destes no curso.

Nos relatos que circulamos dessa reunião para a Rede de Formação, começamos a empregar o termo Comitê Gestor da Rede de Formação, introduzindo uma nova lógica de entender as decisões da Rede de Formação perante o Ministério do Planejamento. Ao mesmo tempo, fomos cobrados por este Ministério em termos de decisões mais assertivas. Foi requisitado um pulso mais firme diante dos Polos para maior agilidade na tomada de decisões. Era um fio de navalha no qual caminhávamos sem poder escorregar: constituir o respeito a uma instância coletiva de decisão e corresponder às expectativas do colegiado gestor de decisões mais firmes e rápidas.

A outra reunião foi com um representante do CNPq, órgão responsável pelo pagamento das bolsas dos monitores, na qual tivemos clareza das dificuldades administrativas relacionadas à execução do projeto. Os monitores contratados, muitas vezes, não tinham Ensino Fundamental completo e o sistema do CNPq não admitia edição. Quantas dificuldades pode enfrentar um jovem de baixa escolaridade para preencher um currículo Lattes? Somava-se a isso a falta de acesso à internet em alguns territórios. Por fim, mais um agravante: a bolsa seria paga diretamente no Banco do Brasil. O Banco do Brasil possuía agência em todas as cidades do país? Como faria o monitor para abrir uma conta numa cidade que não tem agência? Não

era necessária mais nenhuma dificuldade para o Telecentros.BR: só estas já bastavam. Começavam os indicativos de como seria o Seminário Nacional.

Passada esta leva de reuniões, era tempo de trabalhar na formação e dar corpo para o Seminário. Conseguimos colocar a proposta de módulo 1 em diferentes *wikis*²⁰, uma *wiki* por tema de formação, e convidamos os Polos a manifestarem o interesse em quais temas gostariam de investir na edição, de acordo com seu histórico/conhecimento/vontade de fazer. Era um convite. Poderiam ser um ou 10, de acordo com a possibilidade/interesse do Polo. Já que o cenário de equipe era tão diverso entre eles, pedimos somente que os interesses deveriam ser manifestados na lista, para que ficassem visíveis a todos.

Não houve muito tempo de trabalho nestes materiais antes do Seminário Nacional com as iniciativas do programa. A tensão com a sua aproximação foi grande e a Rede se dedicou a organizar como participaria do evento pela lista de discussão. Nós, do Polo Nacional, elaboramos uma proposta geral de programação, que foi debatida na reunião do dia 14 de setembro de 2010, mas a versão final das atividades e detalhes operacionais, como a divisão dos Polos no suporte às atividades foram tarefas possibilitadas pela lista de e-mails.

A organização de subgrupos tinha como princípio mesclar o maior número possível de regiões e realidades diferentes do Brasil e a dupla de mediação destes grupos seria composta por integrantes de Polos diferentes. Na programação, estava prevista a apresentação da proposta de módulo 1 aos participantes, com abertura para edição por parte de todos.

Pela lista de e-mails também circulavam notícias do programa Telecentros.BR nos territórios. Os Polos entravam em contato com as iniciativas das suas regiões para saber se compareceriam ao Seminário, colhiam informações sobre como estas pessoas estavam vendo o programa Telecentros.BR e compartilhavam com os outros Polos, preparando as expectativas para o Seminário.

Os representantes de todos os Polos chegaram um dia antes ao local do Seminário para afinarmos nossa atuação como rede. Havia muita ansiedade, já que a proposta de programação não estava clara para a maioria das pessoas e estas nunca tinham atuado juntas. Todavia, havia elementos que começavam a se constituir na nossa relação, algo em comum, o que ficou mais claro logo no início do seminário.

O primeiro dia de evento foi conduzido pelo Ministério do Planejamento com uma

²⁰ Retomando, Wiki é uma coleção de muitas páginas interligadas e cada uma delas pode ser visitada e editada por qualquer pessoa.

programação de palestras, com a expectativa de que as informações e esclarecimentos resolvessem a maior parte dos problemas daquele momento. No entanto, conforme andávamos pelo evento, víamos rostos apreensivos e pessoas cheias de dúvidas.

Ao final do dia, tivemos um encontro do grupo da Rede de Formação para compartilhar percepções e costurar possibilidades para o dia seguinte – movimento muito parecido com o que o nosso próprio grupo do Polo Nacional fez no primeiro encontro da Rede: vamos escolher juntos em que sentido seguir? Na síntese desta reunião, feita pelo Polo Nacional e enviada para a lista de e-mails da rede, encontrei as seguintes afirmações: *acolher as dúvidas e angústias e pensar, conjuntamente com as iniciativas, modos de resolver; há deliberações sobre as quais não temos gerência; Rede de Formação é a membrana de contato com as iniciativas; o tom amanhã é de fazer junto* (informação pessoal)²¹. Havia um foco: uma vontade de compor que permeava nosso posicionamento, apesar de cada um reagir de modo muito diferente a isto.

E assim fomos para o segundo dia. Assim como tínhamos tido o cuidado de convidar a Rede para fazer a formação conosco, havia um cuidado com estes novos participantes para que eles pudessem chegar mais perto da formação. No entanto, o primeiro dia de evento deixara rastros: nas rodas de conversa, nos próprios grupos de discussão propostos, emergiam discordâncias em relação à postura do Ministério e aos caminhos que o programa tomava. Entre todas as impressões e descontentamentos, havia uma questão que parecia ser a mais mobilizadora: a responsabilidade depositada no chamado Coordenador de bolsa. Tratava-se de um profissional contratado por cada entidade cuja função era cuidar do pagamento das bolsas para os monitores, fazendo o cadastro destes e se responsabilizando, inclusive judicialmente, pelo correto pagamento da bolsa. Isto significava que este arcaria com qualquer problema de forma individual e esta constatação produziu muita revolta. Os coordenadores de bolsa se reuniram, prepararam um conjunto de indignações e começaram uma mobilização. Alguns representantes das iniciativas avisaram que o Seminário não poderia continuar se algumas questões suscitadas pelo dia anterior não fossem resolvidas. Rapidamente montou-se uma assembleia e alguns representantes assumiram a condução do evento, colocando assuntos em pauta e fomentando a produção de propostas para intervir junto ao ministério na condução do programa. Figuras de alto escalão do ministério e do CNPq, que haviam participado no dia anterior e cujo retorno ao evento não estava previsto, apareceram para debater as indignações e propostas construídas.

²¹ Mensagem recebida por gus.valentim@gmail.com em 28/09/2010.

Nós assistíamos a tudo num estado que ia da perplexidade ao apaixonamento. Foi aquele tipo de movimento que, de tão rápido, a resposta dada é mais uma busca de alívio para o nó que se instala logo acima do seu estômago do que uma ponderação lógico-racional possível. Havia uma programação, necessitávamos da opinião destas pessoas sobre a formação e queríamos que elas se sentissem construindo conosco. Mas seria a composição na concepção da formação o único modo de criar laços entre os presentes? Acredito que entre a “formação” e o “conosco”, ficamos com o “conosco” ao suspender nosso trabalho e dar vazão ao movimento que lutava por se instalar e tentar mudar os rumos do programa.

A assembleia aconteceu, debates acalorados, meias soluções, meias respostas e a sensação de que todos reconheciam a diferença de postura em relação ao dia anterior.

Findos estes trabalhos, um homem, vestido de terno, gravata e sobriedade, aproximou-se de um integrante do Polo Nacional e de mim ofertando um cartão de visitas e as seguintes palavras: o curso de vocês está pronto. Provavelmente, ao perceber que meu colega e eu não estávamos conseguindo nos situar no espaço e no tempo, o homem apressou-se em engatar um discurso muito bem articulado sobre uma série de cursos online que a instituição dele já havia produzido e que ele gostaria que a gente assumisse como a formação do Telecentros.BR. Oficinas sobre problemáticas tecnológicas tangíveis aos telecentros, disponibilizadas online e que os monitores poderiam acessar ao receberem em casa uma espécie de raspadinha na qual, raspando, encontrariam uma senha para efetuarem os seus *logins*. Ele não compreendeu que nós estávamos ali, naquele exato momento, fazendo a formação; que tanto a construção quanto os efeitos deste processo formativo que desejávamos excediam em muito a simples cadeia do ensino-aprendizagem suposta em um processo de ensino à distância no qual se propõe conteúdos e criam-se mecanismos de verificar se o indivíduo supostamente acessou, leu e compreendeu o que foi ofertado. Com o seu momento preciso de aparição, este homem marcou uma certeza em mim: estávamos num caminho cuja simplificação e massificação não eram características do processo de formação à distância que estávamos a construir.

O terceiro e último dia do evento teve atividades apenas em meio período com alguns encaminhamentos operacionais necessários sobre cronogramas e atividades futuras. Ao final, duas conversas entre os polos para tentar digerir aquilo tudo e avançar no delineamento da nossa rota. Na primeira delas, sobre o evento passado, algumas falas-sínteses dos representantes dos polos sobre a condução do Seminário foram muito significativas do momento vivido:

- Estamos nos constituindo como equipe que tocou o seminário. Nos desentendemos nos horários, a dinâmica do dia anterior teve problemas de entendimento. E o alinhamento vai acontecendo ao longo dos tempos.
- De maneira geral, eu acho que as pessoas saíram bem satisfeitas do evento. Tinha gente que não sabia efetivamente como seria a questão das bolsas. O acolhimento dado nessa discussão foi importante. A mudança de atividades de acordo com a demanda das iniciativas foi muito positiva. Isso fez com que as pessoas se sentissem parte.
- Avançamos na cumplicidade de construção.
- Seguimos o mesmo tipo de conversa que estamos tendo, na rede, com as iniciativas. Percebi que “o pessoal entrou no programa”.
- Queria elogiar as reuniões de finalização e pactuação coletiva entre nós.
- Não foi um evento de perguntas e respostas.
- Bem redondinho. O conflito foi bom e fortaleceu todos nós como rede. Todo mundo se sentiu dono do programa, se apropriou. É um programa de uma rede.
- Ficou evidente que os Polos Regionais acolheram suas iniciativas e começam a entender qual é a rede que estamos fazendo (Informação pessoal)²².

Antes do fim dos trabalhos, pedimos mais uma conversa sobre a proposta de formação que havíamos feito e como caminharíamos até o próximo encontro da rede – previsto para ser o último. Em todas as reuniões, assumíamos como papel do Polo Nacional registrar a síntese das discussões, sendo esta sempre compartilhada imediatamente com todos por e-mail. Alguns dos depoimentos feitos nessa reunião foram:

- Há uma necessidade, de alguns polos, de sentar e discutir acerca da concepção de educação a distância que pauta esse trabalho. O grupo é muito complementar e isso é uma farta experiência. Temos uma grande responsabilidade por fazer um trabalho inédito, construindo e fortalecendo uma rede a cada dia. Estamos nos propondo uma formação e é necessário que a gente defina diretrizes e princípios. Temos percebido que estamos focados em construção de conteúdo, mas quais são as diretrizes pensadas para EAD e onde é que cada um vai construir esse material.
- O Polo Nacional pode acompanhar os regionais mais de perto, já que há diversos paradigmas em jogo e visões diversificadas.
- Tudo isso está de fato sendo construído. Também sofremos de contradições. Viver isso é importante e cuidar dessas contradições é a grande questão. A discussão é fundamental e não vai se resolver. O que aconteceu

²² Mensagem recebida por gus.valentim@gmail.com em 28/09/2010.

ontem já está disponível. Isso é um jeito diferente de começar a fazer. Vamos ter que refletir e nomear os processos.

- Estamos entrando num projeto, queremos fazer um projeto em rede. Já é complexo criar uma rede entre nós – e estamos nos surpreendendo a cada encontro. Ainda não há monitores. A proposta é criar o mínimo pra se criar uma rede. E aí, os próprios monitores vão criar percursos. Se estamos falando em rede, falamos em emergência. Nesse sentido é o monitor que sabe por onde vai. Precisa andar o programa para andar cada vez melhor. Não sinto o foco tão no conteúdo.
- A questão é fundamental. É uma compreensão importante. Vamos passar o próximo ano discutindo e compreendendo. A ausência de conteúdo cria angústia. O conteúdo como base que as relações se estabeleçam. A partir dessa estrutura, as relações começam a ser estabelecidas. Como fazer a emergência dessa rede está na forma, tá no jeito. Tem algo que está no não-dito, porque é um jeito. Estamos muito na transição.
- Vamos entrar numa rede que é múltipla. Vamos ter que aproveitar e perceber o que as pessoas vão querer.
- Não há uma solução imediata, mas há uma necessidade de discussão.
- Cuidados: apostamos numa postura de relação e essa experiência vai ficando mais palatável. Precisamos nomear essas coisas que estamos vivendo. Precisamos facilitar conversas para que metodologias apareçam em coerência com que estamos vivendo.
- É a aposta na potência de cada um de nós em relação ao que mantém a conversa.
- Como tornar nossos produtos mais coerentes? (Informação pessoal)²³

Denso e intenso. Desestabilização e incerteza – clamores por diretrizes e clamores por nomeações e cuidados. Reflexos de um processo complexo entre as pessoas que deriva em formação. Não dizíamos como deveria ser a Rede ou o curso. Propúnhamos experiências e estas experiências, ao serem traduzidas em palavras, revelavam um processo muito próximo ao que buscávamos como rede. E foi nesse fio de sustentação que seguimos para o 2º Seminário da Rede de Formação.

Ocorrido pouco tempo depois do seminário das iniciativas – de 05 a 08 de outubro de 2010 – o encontro foi repleto de produções. Este seminário não teve um caráter apenas consultivo como o outro: construímos uma programação que implicava trabalho colaborativo no próprio Seminário. Os temas sobre os quais nos dedicaríamos à produção conjunta foram:

²³ Mensagem recebida por gus.valentim@gmail.com em 28/09/2010.

formação dos monitores, mais focada na customização do ambiente online; formação dos tutores que trabalhariam no curso online; e formação para gestores de telecentros.

Tantas produções exigiam tempo e uma confluência de olhares. Por isto, propusemos que o primeiro dia fosse inteiro reservado para retomada e reafirmação do processo da Rede até aquele momento. Depois, seriam criados três subgrupos, para trabalhar separadamente em cada uma das demandas de formação, encontrando-se apenas no final para compartilhar suas produções. Sabíamos que este tempo era insuficiente para a quantidade e densidade de trabalho necessário, mas apostávamos nele como suficiente para a consolidação de relações que sustentassem esse trabalho até a sua finalização e implementação, mesmo à distância.

O encontro começou com uma apresentação dos presentes – muitos profissionais vindos a este seminário não haviam participado das outras reuniões. Em seguida, fizemos uma breve retomada cronológica dos processos da Rede até aquele momento e abrimos para uma discussão sobre os efeitos do processo em cada um; nosso objetivo era dar visibilidade às marcas comuns e nomear juntos as escolhas e efeitos acontecidos até o momento para orientar a produção.

Poucas pessoas tinham tido contato mais aprofundado com o material de formação produzido. Nós já sabíamos disto, pela reunião prévia e pela ausência de trabalho no material disponível online edição: a maioria dos Polos havia sequer entrado no site para ver o que lá estava disponível há cerca de 15 dias. Sabíamos também que os Polos estavam começando a contratar pessoas para aquela produção. Até aquele momento, a maioria dos membros da rede era de coordenadores, ou seja, pessoas pouco ligadas à lida cotidiana de implementação de projeto e mais filiadas às decisões globais e estratégicas. E nós do Polo Nacional vínhamos apropriados de tudo, encantados com o processo estabelecido até aquele momento e dedicados quase que exclusivamente a isto, num ritmo de produção intenso. Precisavam aparecer a disparidade de ritmos, de visões de projeto, “contradições” como as apontadas na última reunião presencial. E quando isso aconteceu, um mal-estar se instalou. Aqueles que tinham entrado em contato com o processo e o material produzido de alguma forma, defendiam que deveríamos seguir trabalhando nele, com falas do tipo:

- O módulo 1 ficou bem completo na diversidade de temas. Precisamos pensar na quantidade de fóruns, nosso público é diferente, de locais diferentes, podem não ter esta cultura. Imaginei que chegaríamos aqui com a contribuição de todos. Precisamos ver como trabalhar este conteúdo.
- Temos que ser mais pragmáticos para que consigamos sair daqui com algum produto. Se ficarmos discutindo um conceito que é tão aberto [...] Acho que temos que fazer sugestões mais propositivas, o conteúdo tá lá... Temos

questões pontuais, sugestões mesmo... Mas o bacana é saber que estamos construindo de uma maneira democrática. Dentro dos movimentos de inclusão digital sinto falta desta colaboração. Temos por exemplo que entrar com mais força na semana de inclusão digital por exemplo, utilizar estes espaços (Informação pessoal)²⁴.

E pessoas que cujas falas não tangenciavam o que já havia sido produzido e concentravam-se em afirmações do tipo:

- Acho que precisamos definir melhor os papéis para pensar mais estrategicamente nisso. Pensar no projeto pedagógico como um todo.
- Onde é que concepções, tecnologia, etc., não são conteúdos? O que acho que precisamos alcançar é onde é que metodologicamente vamos traçar uma diretriz para partindo dela, cada polo, cada agente, cada monitor, que a partir dela aconteça formação e a Inclusão Digital? (Informação pessoal)²⁵.

Lembrava a clássica cisão entre teoria em prática. Universidade versus ONGs. Por 4 horas, ficamos quase imóveis na condução da conversa, sem conseguir vislumbrar por onde escapar dos abismos que se criavam. Nesta disputa que se instalou, nós, do Polo Nacional, preferíamos a prática. Mas cabia a nós tomar partido, já que nos propúnhamos a um processo de articulação de rede? Entendemos naquele momento que se o fizéssemos, perderíamos credibilidade com parte importante do grupo, inviabilizando a prática coletiva com todos. Aos poucos o grupo foi cansando da discussão e nós, do Polo Nacional, começamos a fazer um exercício de projetar algumas decorrências dos caminhos que se anunciavam.

Se um caminho era parar tudo e discutir as diretrizes pedagógicas, precisávamos ter a clareza de que poderíamos passar os próximos três dias fazendo essa discussão e toda a produção teria que ser feita à distância, levando em conta que o curso contava oficialmente com mais um mês para entrar no ar. Como consequência deste debate, talvez devêssemos elaborar um curso com uma proposta pedagógica mais clara e mais alinhamento metodológico. O outro caminho era seguir na produção segmentada e dar conta do máximo de coisas possíveis neste tempo, correndo o risco de haver divergências gritantes dentro da formação dos monitores e entre as formações ofertadas pelo Telecentros.BR e garantindo uma quantidade grande de produção presencial conjunta. Ao expormos isto, surge do grupo um outro caminho.

Todos concordavam que não era possível abdicar de um longo tempo de produção conjunta no encontro e também que havia alinhamentos metodológicos necessários. A solução

²⁴ Mensagem recebida por gus.valentim@gmail.com em 11/10/2010.

²⁵ Mensagem recebida por gus.valentim@gmail.com em 11/10/2010.

encontrada, proposta e referendada pelos participantes do Seminário foi a criação de um quarto grupo de trabalho chamado de Diretrizes Pedagógicas. Como o próprio nome diz, este grupo ficaria responsável pela construção das diretrizes pedagógicas da formação, com as quais toda a produção teria que estar alinhada. O mais curioso era que este grupo aconteceria enquanto os outros grupos estivessem trabalhando na produção das formações, concomitantemente. Pessoas que não se conheciam, trabalhando em espaços diferentes com focos diferentes e com fé que, de alguma forma, estariam alinhadas tanto nas produções quanto nas diretrizes. E esta decisão de fim de dia satisfaz a todos.

No segundo dia, os profissionais se dividiram nos grupos, segundo seus maiores interesses e seguiram para o trabalho. Ao final dos três dias, muitas decisões importantes tomaram corpo. O grupo de Diretrizes Pedagógicas fez um mergulho nos documentos já produzidos e em autores teóricos que poderiam auxiliar na compreensão dos movimentos da Rede. Propôs-se, então, como encaminhamento de seus trabalhos, aprofundar as pesquisas para construir um documento que seria a continuidade do Manual Operacional da Rede de Formação, e, dessa forma, construir uma reflexão sobre o caminho próprio da rede.

Já o grupo de Formação de Gestores buscou entender qual o perfil destes profissionais a partir da experiência das pessoas que faziam parte do próprio grupo e que já haviam trabalhado diretamente com telecentros. Como resultado, propôs uma formação online na qual o gestor conheceria melhor o Programa Telecentros.BR, sua proposta de inclusão digital, visão de funcionamento de um telecentro, planejamento e sustentabilidade, e como se comunicar nas redes sociais.

O grupo de Formação de Tutores iniciou os trabalhos a partir de uma apresentação do percurso profissional de cada um que estava ali e os motivos de terem escolhido a formação de tutores como grupo de trabalho. Seguiu-se a isto uma discussão sobre como cada Polo estava pensando em contratar seus tutores, quais os perfis levantados e regimes de trabalho. Definiu-se que a formação teria momentos presenciais e à distância – envolvendo o *Moodle* e Redes Sociais, e deveria ter três momentos: acolhida dos tutores na rede; atuação online; e discussão dos eixos temáticos inclusão digital, EAD e articulação social. O grupo ainda produziu orientação para o encontro presencial que cada Polo faria com os seus tutores.

Todos estes encontros deveriam utilizar estratégias de acolhimento dos tutores e de ativação de rede entre estas pessoas. Para ativação de rede foram definidas as seguintes estratégias: apresentação dos participantes; conversa livre entre os tutores; liberdade para os

tutores falarem, serem ouvidos e se sentirem contemplados. Além disto, todos os encontros presenciais deveriam apresentar e debater o curso online e colher os e-mails para a lista nacional de e-mails entre tutores. Para organizar a construção do material, cada um dos três eixos criados ficou sob responsabilidade de 2 polos – o que implicava fazer um processo similar ao que estávamos fazendo com o módulo 1: elaborar o material, colher sugestões, fazer síntese e inserir no *Moodle*.

O grupo responsável pela Formação dos Monitores se dedicou à criação do desenho instrucional do curso²⁶. No contexto deste seminário isto significou, principalmente, a configuração básica do ambiente online, seu leiaute e a disposição dos conteúdos no curso. Para isso, o grupo passou uma parte do tempo assistindo vídeos de monitores de telecentros disponíveis na internet e construindo protótipos em papel do que poderiam ser as telas do curso. Dentre as decisões tomadas, no geral bastante técnicas, algumas decorreriam em impactos importantes sobre o funcionamento da formação. Foram elas:

- todos os monitores entrariam num ambiente único e, a partir deste, iriam para salas separadas. Isto significava que ao acessar a formação o monitor estaria numa mesma sala que todos os outros, podendo interagir com estes;
- não seria depositado todo o conteúdo da formação no *Moodle* – o curso teria muitos links para outros sites nos quais os monitores pudessem circular e aprender;
- o monitor poderia fazer algumas atividades do curso em ambientes fora do *Moodle*, criando seu próprio blog ou postando vídeos no *Youtube*;
- estaria disponível a todos uma funcionalidade de bate-papo online do *Moodle* – todos que estivessem *logados*, no Brasil inteiro, poderiam ver quem mais estaria *logado* e mandar mensagens diretamente para estes outros usuários;
- o grupo se reuniria presencialmente novamente no dia 21/10/2010 para sistematizar as contribuições que os polos fizeram nos conteúdos e definir a inserção destes conteúdos no *Moodle*.

Ao final do encontro, houve o compartilhamento dos trabalhos de todos os grupos. Pairou uma sensação de que a divisão deu fluidez à produção e havia uma satisfação geral com os resultados obtidos. Em um questionário de avaliação do encontro que circulamos surgiram frases do tipo: “exercitamos a escuta e negociamos os conflitos para o processo de construção

²⁶ O desenho instrucional diz respeito à coordenação e desenvolvimento dos trabalhos de planejamento, desenvolvimento e seleção de métodos e técnicas mais adequadas ao contexto em que será oferecido um curso a distância (CHAQUIME e FIGUEIREDO, 2013).

da rede”; “conseguimos contornar as discussões – decidimos bem os grupos de trabalho – entendemos melhor nosso papel na rede”; “aprendemos a nos ouvir, mesmo partindo de experiências tão distintas e superamos a tendência dos pequenos grupos se formarem em favorecimento da construção coletiva”; “tivemos paciência para viver nosso processo de grupo”(informação pessoal)²⁷. Como decorrências do Seminário, um cronograma apertadíssimo, mais um encontro presencial e todos, sem exceção, implicados com algum tipo de produção.

Maior complexidade nos aguardava agora no desafio da produção conjunta à distância. Como fazer a mediação deste tipo de trabalho? Qual o seu ritmo? Quais seriam os conflitos e como lidar com eles? A primeira experiência com este grupo, e que ainda estava em aberto, não os havia engajado. Todavia, experimentamos um processo mais amadurecido que o primeiro, com vínculos mais fortes, o que talvez garantisse maior abertura para a conversa e implicação com aquilo que estava sendo feito. Entretanto, os ambientes internos dos Polos, seus acordos e condições de trabalho ainda nos eram oblíquos – difícil saber com quem contar e em que condições.

A equipe técnica da Escola do Futuro se responsabilizou pela construção do leiaute acordado durante o 2º Seminário para o *Moodle* até a nova reunião do dia 21 de outubro de 2010. Enquanto isto, os Polos deveriam fazer as alterações de conteúdo que considerassem necessárias nas *wikis* do módulo 1 para que, após a reunião, este conteúdo fosse todo inserido. A reunião aconteceu na Escola do Futuro, em São Paulo, com dois representantes de cada polo. Tivemos ali a oportunidade de olhar para o curso online juntos pela primeira vez, que agora possuía uma cara, cores, desenhos. Eram os moldes gerais dentro dos quais seriam inseridos os conteúdos e atividades da formação. Houve reconhecimento dos presentes de que os acordos e protótipos feitos em papel durante o 2º Seminário haviam sido transpostos para a tecnologia. Agora só faltava trabalhar os conteúdos para que pudessem recheiar a formação online.

Uma lição aprendida com o último Seminário foi que precisávamos atribuir responsabilidades sobre cada um dos temas do módulo 1 para que estes fossem trabalhados. Deixar em aberto parecia não ser efetivo. Assim chegamos ao final desta reunião com algo que nem nós do Polo Nacional esperávamos: compartilhamos com os Polos a montagem do curso online, sendo que cada Polo tornou-se responsável pela versão final de um tema do módulo 1 e também pela sua inserção na plataforma online. Conseguimos ali descentralizar não só a

²⁷ Mensagem enviada por gus.valentim@gmail.com em 20/10/2010.

produção do conteúdo da formação como também o trabalho de inseri-lo e configurá-lo na plataforma. Naquele momento cada Polo assumia a responsabilidade pela gestão de um tema; não só ratificava sua importância como se responsabilizava por ele acontecer na prática.

Talvez esse acordo só tenha sido viável por conta de outro movimento que aqueceu a Rede de Formação após o 2º Seminário: a formação de tutores. Se para os monitores havia uma formação delineada em um manual operacional e um entrave burocrático para o seu início, para os tutores não havia nenhuma proposta de formação e eles poderiam ser contratados quando a rede decidisse. E com a previsão de início do curso para os monitores em novembro, estes tutores precisavam ser formados no máximo até o início do próprio mês de novembro para trabalharem. Isto desencadeou o processo mais ativo de trabalho coletivo até então experimentado pela Rede.

Não consigo afirmar que isto embasou a decisão de compartilhamento do módulo 1 somente porque quem se engajou na produção dessa formação dos tutores foram técnicos contratados dos polos e quem participou da reunião do dia 21 de outubro foram, no geral, os coordenadores dos Polos. Percebíamos certa distância entre a gestão e o “chão de fábrica”, mas com certeza as notícias circulavam e, ao menos na lista, o grupo responsável pela formação dos tutores borbulhava – tanto que até mesmo para nós do Polo Nacional era difícil acompanhar.

A formação de tutores, assim como os demais grupos de trabalho, acompanhou o cronograma e seguiu com as produções à distância utilizando o *GoogleDocs*, ferramenta de escrita colaborativa do *Google* com a qual todos estavam mais familiarizados e que permitiu que o trabalho fique visível e de fácil acesso a todos os participantes. O subgrupo responsável pela formação de tutores fez uma escolha distinta: cada um dos módulos temático ficou sob responsabilidade de dois Polos, o que exigia negociação e acordos. Estas escolhas facilitaram, mas não foram a razão principal do sucesso da produção desta formação dos tutores. Como não acompanhei de perto este processo, já que estava mais envolvido com a produção das diretrizes, ouvia notícias e dispunha de impressões gerais. Um dia sentei com a colega do Polo Nacional que estava diretamente ligada a esta formação para pedir dicas, uma vez que eu havia feito praticamente as mesmas escolhas de tecnologias e organização para a escrita do documento das diretrizes e ele não andava.

O que vi nos olhos dela foi uma determinação na realização deste processo que ainda não havíamos experimentado como um grupo. Sinto que nas discussões que fazíamos no Polo Nacional nos rondava uma crença de que a produção aconteceria por conta dos acordos e

processos claros, mas ainda não havíamos vivenciado aquela determinação que emanava dela. Percebi com ela que eu mesmo não acreditava tanto no material das diretrizes pedagógicas, cuja responsabilidade de imprimir ritmo na escrita era minha. Com a organização do trabalho feita, preferia acreditar nas responsabilidades de cada um. Quando estes não cumpriam, limitava-me a expor o erro e cobrar. Mandava um ou outro e-mail mas me dei conta, com ela, de que intervia bem pouco na situação.

Ela, por sua vez, aproveitou todos os canais de comunicação que dispúnhamos com estes profissionais para manter contato constante, próximo, quente, atualizando para todos o andamento geral do trabalho e pedindo parciais de produção. Não cobrava de modo agressivo, expondo ausência; simplesmente circulava informações constantemente e convocava as pessoas a cumprir os acordos lembrando que todos tinham como objetivo colocar a formação dos tutores no ar o quanto antes possível.

Foram muitas ligações e e-mails para a lista lembrando os prazos e retomando os produtos prontos, mas arrisco afirmar que a tecnologia que lhe foi mais efetiva foi o *Gtalk* – o bate-papo instantâneo do e-mail do Google. Online praticamente o dia todo, de quando em vez ela iniciava uma pequena conversa por ali, puxando assunto comentando algo, produzindo proximidade. Ao menor sinal de que a produção iria atrasar, ela chamava os responsáveis por ali, um por vez, fazia uma conversa e acordos informais antes de expô-los todos ao coletivo: quase como aqueles papos de cafezinho que temos presencialmente, sem expor, respeitando e viabilizando pela intimidade uma solução entre as partes.

Em certa ocasião, por exemplo, dois Polos discordaram sobre o trabalho conjunto. Ela percebeu isto pela ausência de material e de respostas aos e-mails na lista. Chamou uma profissional de um dos polos no bate-papo, que contou de desavenças e impossibilidade de solução no horizonte daquele módulo. Minha colega marcou, então, uma reunião a três pelo bate-papo online, assumindo claramente a responsabilidade de mediar o conflito. Aos poucos, foi fazendo questões e propondo saídas, o que destravou o processo: os Polos fecharam um acordo e o trabalho foi entregue a tempo. Ali vislumbrei o uso das tecnologias como proximidade, contato constante, resolução de conflitos, como propulsionadoras de ação. Uma conciliação entre as suas características de permitir transparência, compartilhamento, trabalho conjunto, poder de registro, e um forte sentido que favoreceu o fruir de todas estas possibilidades que elas apresentavam.

Como todos os aspectos desta formação estavam em poder das pessoas que assumiram

a sua implementação, as decisões não eram tão impactantes e nem requeriam grandes acordos institucionais, como as que tomávamos sobre a formação dos monitores. Era claro para o grupo que eles deveriam dar conta de tudo, inclusive da implementação. E assim fluiu. Com tropeços, mas de forma natural, tendo contexto para acordos rápidos e encaminhamentos. A conclusão deste trabalho criou corpo, material de relação, vias de acesso e comunicação entre pessoas para o nosso passo seguinte: inserir e revisar a formação de monitores no *Moodle*.

Concomitantemente à formação online para os tutores, encaminharam-se as contratações e primeiras formações presenciais para estes profissionais. Assim como a formação online, houve um zelo especial com as pautas dos encontros presenciais para estas pessoas – que se tornavam mais uma camada da Rede de Formação. Cada polo era tão específico, tinha critérios tão únicos de seleção e de contratação, que investimos na explicitação a todos destes trabalhos tão singulares.

Propusemos um rodízio no qual cada polo teria que elaborar uma programação para o encontro presencial e enviar para outro polo que, por sua vez, deveria opinar sobre e fazer questões. O Polo Nacional não ocupou um papel de fiscalização ou mesmo de devolutiva geral para todos os polos. Cada um tinha a liberdade para desenvolver seu trabalho e também para opinar sobre o trabalho do outro polo, em conversa direta. Foi interessante perceber nas programações momentos muito parecidos com atividades empregadas pelo Polo Nacional nos encontros da rede. Era como se os polos, de alguma forma, também apostassem numa homologia de processos.

Estes encontros começaram a acontecer e com eles também foi lançada uma lista nacional de e-mails dos tutores, para a qual todos foram convidados a participar. Essa era uma vontade de todos nós do Polo Nacional, foi sugerida para os polos, referendada, que entrou em funcionamento. Com isso, tínhamos uma intenção clara: se a comunicação entre tutores ficasse regionalizada ou se os polos estabelecessem uma forma de contato individual com cada um deles, estas pessoas dificilmente entrariam em contato com seus pares de outras partes do Brasil. Por conseguinte, não conversariam sobre suas práticas em espaço público, não trocariam suas referências. Todos seguiriam coerentes ao modo de funcionamento do seu polo. Uma lista nacional tinha a potência de miscigenar: era o início da rede que imaginávamos que poderia se tornar o programa Telecentros.BR. E o caminho foi bem próximo disto. Na virada do ano de 2010 para 2011, quando menos da metade das formações presenciais haviam ocorrido, a lista contava com mais de 300 trocas de e-mails.

A existência desta lista dá luz a um aspecto importante do nosso modo de fazer gestão e também sobre a problemática de um papel de gestão de uma rede. Apesar de desempenharmos principalmente um papel de mediação da Rede de Formação, e sempre buscar os acordos coletivos, nós não éramos neutros, nem nos propúnhamos ser. E essa lista é um grande exemplo desta influência, que não impúnhamos, mas pautávamos.

Eram muitos processos, muito densos, carentes cada vez mais de conversa. Foi então acordado entre os polos e pactuado com o ministério a realização de um terceiro seminário da Rede de Formação. A dinâmica da rede começava a modificar radicalmente o que havia sido pensado em termos jurídicos para a sua ocorrência. Um novo trabalho teve que surgir dentro do ministério para dar conta das mudanças que a realização do programa estava gerando no que dizia respeito aos convênios e prestação de contas das entidades que ocupavam o papel de polo da Rede.

Ocorrido em Brasília, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2010, o 3º Seminário da Rede de Formação tinha como principais temáticas: a organização da rede, seus fluxos de conversa que escapavam ao controle, a formação de monitores e a pulsante formação dos tutores. Foi como um ponto de parada, de checagem e de troca de impressões sobre toda essa gente nova que chegava cheia de vontade. Ao olhar para a formação *stricto sensu* dos tutores, os materiais e sua construção dentro do *Moodle*, a impressão que ficava era de falta de coerência, com materiais muito frágeis em termos de consistência teórica. Todavia, era impressionante como falar sobre ela fazia pulsar vida. Seu acontecimento, os relatos que os tutores faziam por e-mail, a empolgação nos olhos e nas falas dos profissionais dos polos responsáveis por este trabalho era inebriante. Em diversos momentos, me questionava: o que priorizar em termos formativos para estas pessoas? Fazer algo consistente e coerente conceitualmente, neste contexto, era travar a participação de todos os envolvidos na Rede de Formação, mesmo porque a grande maioria não tinha conhecimentos sobre tutoria online. Não queríamos conceitos trazidos por especialistas... queríamos vida, pessoas engajadas, brilho nos olhos. Parecia que o mais importante não era o conteúdo, mas o modo como os assuntos eram tratados, o que em nenhum momento era tranquilo para mim – tinha receio de estar participando da construção de uma formação esvaziada.

Decidiu-se também pela continuidade dos encontros da rede para o ano de 2011. Para baratear os custos destes encontros não previstos, optou-se pela realização das reuniões nas cidades nas quais os polos tinham sede. O primeiro desta nova lógica de encontros foi escolhido

para acontecer em São Paulo, na sede do Polo São Paulo, logo em janeiro de 2011. É como se cada polo agora abrisse sua casa para todos.

Intensificou-se a produção sobre a formação dos monitores para este encontro, pois havia a necessidade de termos uma versão do primeiro módulo finalizada e implementada para ser discutida no encontro. O tempo urgia e a entrada dos monitores na formação era cada vez mais certa para fevereiro daquele ano. A formação estava prevista para ter dois módulos: um básico, com todos os temas debatidos desde a primeira proposta de setembro de 2010 e outro de aprofundamento, no qual deveria ser realizado um projeto comunitário. Minha sensação era que faltava algo. Como tinha sido acordado, cada polo era responsável pela produção dos conteúdos e a implementação de um tema no *Moodle*. Por mais que fomentássemos a troca, isto suscitava uma constante sensação de fragmentação. E o projeto comunitário, ao mesmo tempo em que emergia nas falas como o grande articulador de toda a formação, não era citado no módulo 1 e não existia sequer rascunho de sua aparição no módulo 2.

O momento de concentração e produção havia isolado a produção de cada polo e, além disto, muitos polos assumiram a missão de produzir conteúdo sobre os quais não tinham expertise. Ou seja, precisávamos articular as conexões possíveis entre os materiais disponíveis e pôr em discussão a qualidade da formação que estava sendo ofertada aos monitores. O encontro de São Paulo era justamente a tentativa de intervenção nesta desarticulação, nestes descaminhos.

Entretanto, havia um assunto mais delicado a ser tratado entre todos, um acontecido na formação dos tutores. Para esta formação, cada polo possuía uma sala própria dentro do ambiente *Moodle*, cuja gestão era de sua inteira responsabilidade. Em decorrência disto, foi feito um acordo de que a formação dos tutores deveria ser aquela construída coletivamente, mas não houve nenhum acordo sobre manter somente estes conteúdos e nem mesmo o design instrucional tal como o acordado. Com isso, dois polos customizaram radicalmente a formação – mantendo o núcleo básico acordado e inserindo materiais próprios e novos leiautes. Estas ações individuais levantaram uma série de questões: como lidamos com aquilo que não está explícito nos nossos acordos? Precisamos conversar sobre tudo? Há a necessidade de estabelecer limites de customização? Como fica a liberdade de cada polo para desenvolver um caminho único que acredita mais? Como lidar quando um polo toma um caminho único sem comunicar a todos?

Questões sem resposta, sem solução aparente. Questões de relação, que precisam ser

postas em debate, que servem para dar corpo, dar densidade. Para nós do Polo Nacional era uma excelente oportunidade de conversa. No início do Programa, a luta de todos era pela liberdade de cada polo conduzir a formação a seu modo. Quando “ferir” acordos coletivos se torna um problema, fica explícito o desejo de respeitar esse coletivo – e esta era a primeira vez que isto aparecia com veemência.

Nossa escolha como Polo Nacional foi pôr o assunto em debate. Como em todo início de encontro, retomamos o trabalho feito até então. Para a maioria, houve um espanto ao ver que alguns estavam com materiais muito diferentes do combinado inicial. Alguns quiseram retomar os acordos para tratar essa diferença como ferida à moral da Rede de Formação. Outros gostaram e acharam que algumas mudanças poderiam ser integradas a todos. Alguns aproveitaram para dizer que queriam muito fazer coisas próprias e que só não faziam porque poderia “pegar mal”.

O resultado disto tudo foi uma série de acordos que contemplou um pouco de cada opinião. Algumas das alterações foram agregadas por todos. Outras foram avaliadas como inconsistentes com o todo da formação, devendo ser desfeitas. Foram criados acordos sobre o básico a ser mantido por todos e, ao mesmo tempo, garantida a possibilidade de customização – desde que, quando realizada, a alteração fosse informada a todos, garantindo ao coletivo o poder de legitimação sobre as mudanças realizadas.

Tínhamos o prazo de fevereiro – menos de um mês – para a entrada de monitores no curso e percebemos no encontro que as coisas estavam muito aquém do esperado em termos de produção e implementação. Concentramos na produção e no estabelecimento de um plano de trabalho firme para que cumpríssemos todos os prazos estabelecidos. E assim aconteceu, seguindo a mesma lógica da formação dos tutores, com a produção por um polo, revisão por outro e implementação no *Moodle*. De uma forma mais fluida, experimentada.

Dia 15/02/2011 os primeiros monitores entram na plataforma. Festa, “twitaço”²⁸, marco histórico da inclusão digital no Brasil e dia de entrar em contato com todas as controvérsias que um país complexo como o Brasil pode trazer. A lista de inscritos disponibilizada pelo Ministério das Comunicações tinha cerca de 500 pessoas e logo começamos a perceber que ela não era real. Muitos problemas com e-mail, CPFs, pessoas impossíveis de serem localizadas. Com os que entravam, percebíamos que todo o cuidado tomado não havia sido o suficiente: foram

²⁸ Campanha de postagens online sobre o mesmo tema na rede social *Twitter*, que estava em destaque na época entre o público jovem.

muitos os problemas técnicos. Ainda assim, a rede funcionava – 60 e-mails em três dias e todos os problemas técnicos estavam resolvidos. E as soluções vinham de todos os lugares, muitas vezes mais rápidas do que nós do Polo Nacional podíamos acompanhar. Um frisson que preparou o próximo encontro da rede, em Salvador, de 14 a 18 de março de 2011 – um encontro cheio de ineditismos.

Para começar, ousamos abrir a programação para a composição de todos – até então nós do Polo Nacional fazíamos a programação em longos debates, trocas de percepções, alinhavos de sentido e estratégias. Desta vez o nosso isolamento já não dava mais conta. Efetivamente não éramos mais os responsáveis pela formação, não podíamos mais ser os únicos responsáveis pela programação dos encontros fundantes da formação. Tímidos, fizemos uma programação e enviamos para sugestões – o que ainda não era uma construção conjunta, mas sinalizava uma vontade de composição.

Ao tempo deste encontro, havia sido empossada a secretária de inclusão digital, da recém criada Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações. Luta histórica, momento tão esperado, pois se inaugurava a terceira secretaria do Ministério das Comunicações em toda a sua história – e era justamente a que regeria a inclusão digital. Motivo de comemoração para movimentos sociais ligados a essa luta, apesar de a secretária escolhida não ter relação com estes.

Chegávamos ao encontro de outra forma, depois da experiência de elaborar juntos dois processos formativos, cheios de escolhas, re-escolhas, conversas e re-conversas. Uma pré-disposição à colaboração estabelecida e, ao mesmo tempo, um jeito novo de se relacionar latente e pulsante para se efetivar no encontro. E logo na abertura, para os ouvidos da secretária estreante, o grupo apresentou-se como um grupo.

O encontro iniciou na fala oficial da secretária, curta, tanto no tempo quanto na exposição de suas posições “políticas”. A ela seguiu-se uma apresentação de cada polo. Estas, longas, carregadas de mensagens que, em sua essência, delimitavam a rede como um grupo unido, com um processo único, singular e que precisava ser respeitado. Soava como uma tentativa de resistência – muita gente experiente do jogo político precisava marcar território. E este território não parecia ser o seu lugar no programa, mas sim o processo de trabalho. A apresentação para a secretária era, na verdade, de um processo cujo valor para todos levava a afirmação conjunta de que este deveria ser implementado como política pública.

Partimos para um encontro cuja programação desenhava momentos de concentração

para alinhamento e dispersão para produção, repetidas vezes, ao longo de cinco dias. Um ritmo diferente: se no 2º seminário a aposta para a coerência das produções foi na criação de um grupo de diretrizes, neste seminário foi na constância do intercâmbio entre as equipes de trabalho. E estas equipes dividiram-se em: designers instrucionais, conteúdos e encontros presenciais de monitores. Não havia um grupo mais importante politicamente que o outro, não havia um grupo de gestão, de especialistas. A este ponto do processo, era nítido que a gestão acontecia nos momentos coletivos e não nas decisões de pessoas de cargos determinados. E foi aí que vi a potência de se elaborar uma formação dentro de um processo que se propõe constituir uma rede entre os seus atores.

Fiquei responsável, junto a uma companheira do Polo Nacional, pelo grupo de projetos comunitários. Tema espinhoso, pois deveria ser estruturante do segundo módulo da formação e mal tinha sido elaborado até o momento. Havíamos chegado somente no consenso de que o segundo módulo da formação deveria ser um aprofundamento dos temas do primeiro módulo, com vistas ao projeto comunitário. Todavia, o primeiro módulo já dava um tom para os temas e o projeto comunitário era sequer citado; e, apesar de todo o processo de revisão e debate que havíamos feito, eles chegavam ainda muito pouco integrados.

Como responsáveis por este grupo de projetos comunitários, a companheira do Polo Nacional e eu resgatamos cada discussão documentada dos encontros anteriores na qual havíamos tangenciado a realização de projetos e compilamos as principais representações que pairavam sobre o que seria projeto comunitário para aquele grupo. Como insumo para o debate, buscamos referências de projetos feitos em telecentros de programas existentes no Brasil com características muito diversas. Apostamos que, desse modo, as pessoas poderiam debater suas impressões e dar contornos claros ao que seria projeto comunitário a partir de exemplos concretos e não somente sobre inferências lógicas do que configura ou não um projeto.

Entre as pessoas da Rede de Formação que escolheram fazer esse debate conosco estavam militantes de telecentros cuja história de implantação de ações em telecentros era de mais de dez anos. E o que vivemos ali foi uma revolução na formação até então estabelecida. Quando começou-se a discutir possibilidades de ação nos telecentros a partir das histórias de cada um foi como se tudo que estava sendo feito pelos outros grupos de conteúdos caísse por terra. E, como mediação, trazíamos contornos e dávamos estrutura para as experiências que surgiam sempre com a pergunta: como podemos ajudar nossos monitores em formação a ter ideias assim e realizá-las em seus territórios?

As respostas a esta pergunta constituíram um núcleo central de atividades que suscitavam o desenvolvimento de projetos: mapeamentos da comunidade, entrevistas das lideranças, estruturação de ações, devolutivas para a comunidade, desenvolvimento de ações, registro e compartilhamento na rede de monitores. E então, todos os outros conteúdos que estavam sendo produzidos deveriam necessariamente ter linguagem e orientação que auxiliassem o monitor no desenvolvimento do projeto. Ou seja, um conteúdo sobre cultura digital não poderia falar de vídeo ou fotografia em si, mas sim sobre modos de fazer esta cultura fortalecer as possibilidades das comunidades de todo o Brasil.

E o que estava sendo debatido concomitantemente pelos outros grupos partia dessas premissas? Sabíamos que os conteúdos produzidos pelos outros grupos muitas vezes encerravam-se em si mesmos. Ali surgiam verdadeiras diretrizes sem as quais ninguém mais poderia trabalhar. Um verdadeiro incômodo mobilizador urgente de partilha. Diferentemente do grupo de diretrizes do segundo seminário da rede, do qual fui mediador, este grupo de projetos não havia nascido com a finalidade de determinar os parâmetros do trabalho alheio. Todavia, parâmetros emergiram e necessitavam ser compartilhados como um convite a todos para embarcarem na mesma viagem. E assim, ao entardecer do primeiro dia, o grupo decide convocar uma reunião extraordinária para contar a todos as descobertas e re-traçar os novos caminhos.

Com todos reunidos, o grupo apresentou a nova proposta. E nós mediadores nem participamos desta apresentação. Quando o grupo encontrou em si o fio da meada, nós ficamos atônitos com tamanha ebulição. Os acontecidos reordenavam a programação do encontro e todo o conteúdo e desenho instrucional já em curso pelos monitores no *Moodle*. Enfim, eram mudanças drásticas de rota para quem está sustentando um processo cujos próximos encaminhamentos e o cumprimento dos prazos e produtos pareciam estar claros e em dia. Ao mesmo tempo em que o novo caminho parecia tão próprio a nós, não conseguíamos mensurar o retrabalho e os novos tempos exigidos.

Finalizada a apresentação dos novos caminhos, muitas questões surgiram – sempre no sentido de viabilizar, e não de emperrar. Como nós, mediadores, a rede também não conseguiu compreender o que aquilo significava, mas os sorrisos ilustravam a certeza de que havíamos encontrado uma proposta formativa encantadora e coerente com o que estava sendo a Rede de Formação. No meio deste alvoroço, um momento me foi muito significativo. Um professor de uma universidade federal, doutor em pedagogia e coordenador da pós-graduação em pedagogia

desta universidade, diz: “Sou contra a Pedagogia de Projetos, mas acredito profundamente no que está sendo desenvolvido aqui como educação”. Fiquei por um tempo paralisado por esta frase, não pelo conteúdo em si, mas pelo modo como foi proferida – era visível que ele estava inseguro com os caminhos a serem tomados. E para caminhar todos juntos, em certa medida, precisávamos estar inseguros com o caminho pois, em rede, este nunca é de um só e isto o faz sempre imprevisível.

E assim seguimos. Algumas pessoas do grupo de projetos seguiram configurando as atividades e construindo o sentido comum que o projeto deveria ter. Outras se pulverizaram pelos outros grupos para disseminar neles a energia que havia sido produzida no grupo de projetos.

Após o fim do seminário, enquanto as pessoas ainda estavam no aeroporto aguardando seu retorno imbuídos pelos novos rumos, disparou-se uma conversa por e-mail. E algumas pessoas expressaram suas marcas deste modo:

- A todos(as),
Estou muito contente com a decisão em relação ao projeto comunitário, estou mais confiante em relação ao nosso trabalho e quanto aos encaminhamentos do grupo. Valeu!!! Abraços”
- Esta foi uma experiência inesquecível de produção verdadeiramente coletiva.
Parabéns Ao grupo pela maturidade e crescimento constante.
Vamos ao trabalho que continuará intenso e cheio de energia.
Saudações Conectadas.
Muito Feliz.
- Também manifesto meu contentamento com os avanços verificados nesta reunião de Salvador.
O nosso grande desafio do momento é fazer o projeto comunitário se constituir num efetivo elemento de INTEGRAÇÃO entre os conteúdos da formação com a realidade dos monitores nos ambientes dos telecentros.
Abs.,
- No movimento estudantil eu era de uma tendência que se chamava refazendo. A ideia era essa, acho, refazer o processo, buscar nossos pontos de amadurecimento e refazer novamente, sempre. Sempre novos desafios e mais gente refazendo o processo. Salvador abriu a porta e a janela e deixou o sol entrar. Agora cada Polo pega seu raiozinho e refaz o sol. E assim vamos até chegar no monitor que espalha na comunidade, que volta pra cada Polo. Acho que o foco nos projetos vai nos permitir fazer isso, sempre. Foi bom demais!
Beijos (informação pessoal)²⁹

²⁹ Mensagens recebidas por gus.valentim@gmail.com entre 18 e 20/03/2011.

Neste seminário inauguraram-se também os grupos de trabalho (GTs) que agregavam profissionais de diferentes polos com um determinado fim. Nestes grupos, as ações, o cronograma e mesmo a avaliação dos trabalhos se dariam de acordo com os objetivos da rede no momento, e não mais por seus coordenadores do polo. Profissionais trabalhando com autonomia institucional para um fim comum.

Antes, o trabalho era repartido entre os polos, que produziam de acordo com sua organização interna e enviavam para o debate com toda a rede. Com os GTs, a rede passou a identificar as demandas para a formação como um todo – como o desenho instrucional – DI, a avaliação, a mineração de dados. Estes grupos passaram a trabalhar, então, para cumprir com seus fins estabelecidos no fórum comum da rede, mas a partir de uma dinâmica própria de gestão. Foi definido somente que cada GT deveria ter ao menos um representante de cada polo, mesmo que este representante não tivesse o conhecimento necessário exigido para o trabalho. Assim, queríamos garantir que nenhum trabalho ficasse invisível a nenhum dos polos. A quantidade máxima de representantes por polo não foi limitada.

Mesmo com agendas muito próprias, estes grupos se comunicavam pela lista de e-mails de todos os polos. Fomos encontrando jeitos de nos organizar que suportavam esse fluxo intenso de e-mails, fazendo acordos em termos de organização palavras-chave e, dessa forma, garantindo que quem quisesse acompanhar o trabalho tivesse todas as informações disponíveis neste fórum comum já consolidado.

Aos poucos estes grupos organizaram encontros próprios e, nestes encontros, foram cada vez mais se consolidando. O GT de desenho instrucional (DI), assumiu a configuração de toda a formação no *Moodle*. Foram muitos encontros nos quais os profissionais se reuniam levando as considerações de seus polos, mas a autonomia de trabalho que a legitimidade do grupo o concedia. E assim a formação foi inteiramente alterada para favorecer o monitor a desenvolver um projeto a partir do mapeamento da sua comunidade. Os conteúdos foram lapidados de modo a instrumentalizar as intervenções pensadas pelos monitores. Tutores eram pessoas que ajudavam no mapeamento e, tendo clareza de todos os conteúdos, faziam orientações para que a construção do projeto pudesse se fortalecer com conteúdos dispostos tanto dentro quanto fora do *Moodle*. Neste momento de intensa reformulação, conforme os monitores publicavam conteúdos das suas realidades dentro do curso, parte deste material foi sendo integrado ao próprio curso, agregando mais uma camada da rede na sua elaboração.

Acompanhei pouco este processo, infelizmente, pois nele aconteceram muitas decisões

que materializaram em estratégias de educação à distância os preceitos de relação estabelecidos na rede. Por outro lado, acompanhei o grupo de mineração de dados³⁰, no qual boas descobertas foram feitas sobre a rede que vinha se estabelecendo entre os monitores. Desde o início, como já disse anteriormente, nós do Polo Nacional fomentávamos que os tutores e monitores estabelecessem diferentes canais de comunicação. Este era um assunto bastante polêmico, já que alguns polos consideravam que uma lista de e-mail ou comunidade no Orkut poderia “roubar” o aluno da formação, tornar-se concorrente. Todavia, outros polos tornavam as redes sociais os principais caminhos para encontrar os monitores – já que as informações de contato oficiais destas pessoas vindas do Ministério das Comunicações eram muitas vezes inválidas. Depois de encontrar os monitores nas redes sociais, os tutores destes polos mantinham estes espaços como forma de comunicação rápida e articulação. E essa conversa toda fora do *Moodle* tinha reverberações dentro do curso que nem podíamos imaginar.

Dentro do *Moodle* havia uma ferramenta que permitia a troca instantânea de mensagem com qualquer pessoa que estivesse online. Dentro do GT de mineração de dados, foi extraído e analisado o banco de dados desta ferramenta que nos conferiu boas surpresas. Confeccionamos mapas de contatos estabelecidos entre pessoas do mesmo polo por essa ferramenta, a partir do seu papel dentro do curso (monitor ou tutor).

Para um polo que realizava concomitantemente à formação dentro do *Moodle* uma série de estratégias de conversação em redes sociais fora do *Moodle*, encontramos o seguinte mapa de conexão³¹ entre pessoas feito por esta ferramenta de bate-papo instantâneo:

³⁰ Mineração de dados (também conhecida pelo termo inglês *data mining*) é o processo de explorar grandes quantidades de dados à procura de padrões consistentes, como regras de associação ou sequências temporais, para detectar relacionamentos sistemáticos entre variáveis, detectando assim novos subconjuntos de dados (WIKIPÉDIA, 2015).

³¹ Esta imagem é um grafo das relações estabelecidas entre as pessoas por meio da ferramenta de troca de mensagens. Um grafo consiste em dois conjuntos de informações agregadas: a primeira é um conjunto de nós e a segunda é um conjunto de linhas entre pares de nós (MATHEUS e SILVA, 2006). Nestas duas primeiras figuras, os nós representam monitores, tutores e profissionais dos polos em cores diferentes. As linhas são trocas de informação (algum tipo de conversa) realizadas entre os nós, ou seja, entre estes atores da rede.

Figura 1. Contatos estabelecidos entre pessoas de um polo no período de janeiro a julho de 2011. Os pontos verdes representam monitores, os amarelos tutores e os vermelhos outros profissionais do polo.

Já para outro polo, que evitava utilizar redes sociais fora do *Moodle*, buscando estabelecer entre seus tutores e monitores conversas apenas relacionadas à formação, a imagem foi a seguinte:

Figura 2. Contatos estabelecidos entre pessoas de um segundo polo pela ferramenta de troca de mensagens instantâneas dentro do Moodle no período de janeiro a julho de 2011. Os pontos verdes são monitores, os amarelos tutores e os vermelhos outros profissionais do polo.

Muito embora esta ferramenta não tivesse nenhum uso pedagógico explícito e nem fomentássemos qualquer estratégia de conversação por meio dela, o sentido conferido a estes dados pelo GT foi o de que “quanto mais se conversa, mais se conversa”. Podemos ver na primeira imagem que os monitores procuram estabelecer muitas conexões diretas entre si, como se o caminho de conversar com outros monitores, além dos tutores, fosse natural. Na segunda imagem vemos que os tutores ocupam um lugar central, concentrando boa parte das trocas estabelecidas neste polo por esta ferramenta.

Agrega-se a isto o fato de que esta ferramenta era bem mais limitada em termos de recurso que as ferramentas das redes sociais vigentes à época. No entanto, os monitores e tutores do polo que mais se comunicavam pelas redes sociais fora do curso também faziam uso desta ferramenta dentro do curso – evidenciando que havia um valor para aquele grupo em falar com pessoas, independentemente da ferramenta.

Quando produzimos um gráfico das trocas intra e interpolos, obtivemos a seguinte imagem:

Figura 3. Contatos estabelecidos tanto entre monitores de um mesmo polo quanto com monitores de outros polos no período de janeiro a julho de 2011.

Além de ser útil para conversas com monitores dentro do mesmo polo, descobrimos que havia um uso muito intenso desta ferramenta entre monitores de diferentes polos. Esse mapa quantitativo de interações entre monitores nos mostrava que aquela ferramenta estava servindo como um portal de contato com pares de todo o país, revelando o interesse destes monitores por outras culturas e o entendimento que esta formação permitia isto.

Apesar dessa visão estatística das relações informar sobre um funcionamento, ela traz pouca materialidade e experiência das transformações em curso na vida das pessoas. E a gestão, muitas vezes, exige esforços em processos administrativos que nos isolam da finalidade para a qual a instituição se orienta. Percebia que, envoltos nas atividades de concepção, implementação e gestão da formação, por mais que apreciássemos os movimentos destes monitores no curso, definhava em nosso campo de visão os territórios destes telecentros. Foi então que, no mês de junho de 2011, no Pará, decidi, junto com uma parceira do Polo Nacional que estava em trânsito comigo, visitar telecentros de monitores que estavam cursando a formação.

Destas visitas, fizemos o seguinte relato, enviado a toda a Rede de Formação e para o Ministério das Comunicações:

Pessoal,

Hoje visitamos dois telecentros em Belém cujos monitores estão na nossa formação. Vamos contar aqui um pouco de como foram esses encontros para dar pílulas de energia na continuidade do nosso trabalho.

Telecentro 1 – Unidos Venceremos

Fomos acompanhados por diferentes integrantes do Polo Norte, munidos inclusive de equipamentos para gravação. Nesta visitas compareceram representantes do Conselho Gestor e o monitor mudou até sua rotina de atividades para nos receber. Aos poucos, fomos nos aproximando dele e conseguimos construir um clima de conversa. Ele estava ministrando uma aula de planilhas e a turma era composta por crianças de 10 anos até senhoras e senhores de mais de 40.

João³² já era monitor voluntário nesse telecentro desde o ano passado e foi a gestora do telecentro que o inseriu no Programa Telecentros.BR. Trabalha no período da tarde, chega meia hora antes de começar seu trabalho para acessar os conteúdos da formação e continua ao longo do dia, entre um atendimento e outro. Acessamos a formação com ele: internet estava lenta e demorou a entrar no *Moodle*. Quando entrou, o *Moodle* tinha certa desconfiguração. Ele

³² Nome fictício para preservar a identidade do monitor.

conta que prefere acessar os vídeos da sua casa ou da casa da sua tia.

Na fase I, gostou muito de História e Comunidade e pensou em recuperar a história do entorno do telecentro, para fortalecê-lo. Diz que teve a ideia de fazer um Blog pra divulgar a associação na qual o telecentro está instalado e captar recursos para garantir a continuidade do programa. Na fase II, começou acessando o conteúdo de Cultura Digital, porque é a parte onde sente mais dificuldade.

Conta que faz contato com vários monitores que atuam em telecentros próximos e está pensando em articular um encontro pra conversar mais com o pessoal. Há, entre eles, a ideia de ser organizarem e mapearem seus conhecimentos, para que possam se reunir, em finais de semana, em algum telecentro e realizar oficinas entre si. João diz que a conversa acontece muito pelo MSN, inclusive com monitores que ele conheceu dentro da formação (segundo ele, é mais fácil e ele ainda não descobriu a ferramenta de conversas do *Moodle*). Ele disse também que frequenta a comunidade do Orkut do Nordeste, que conheceu monitores que entraram depois dele e os auxilia na formação.

Telecentro 2 – Lar Fabiano

Ana³³ entrou na turma de abril, ou seja, acabou de passar para a fase II. Na fase I, documentou todo seu caminho e tinha escolhido prosseguir no tema história, que implodimos. O que ficamos mais impressionados é que ela falou que a zona temática não sumiu, pois ela estava presente nas outras :O! Na fase II, tem se interessado bastante por Inclusão digital (sobretudo a história da inclusão digital e as imagens que explicam esse tema – aliás, ela chama a atenção para as imagens escolhidas) e telecentros. Gosta de acessar os fóruns e vai atrás de onde tem mais conversa, inclusive se inscrevendo em fóruns de outros polos. Gostaria que existisse um espaço onde ela tivesse acesso a todos os fóruns, para escolher onde entrar.

Ela acompanha também o blog de outros monitores (mostrou pra gente um blog de uma monitora do Acre, que sempre é atualizado e ela adora as postagens da monitora) e conversa com monitores do Ceará – segundo ela, uma das coisas que mais vai atrás e acha interessantíssimo na nossa formação é ter acesso a essa diversidade cultural.

Impressões

Foi muito, muito bonito, e emocionante, ouvi-los falar. Visitar os telecentros e conversar com os monitores deu muito sentido a cada uma das discussões que a gente produz em rede. Ver como estão livres para fazer sua trajetória de acordo com suas escolhas, como valorizam isso, como trocam experiências e dicas entre si, como já são uma rede... é ver cada uma das nossas decisões ganhando corpo. Eles estão muito livres e ficaram muito à vontade para falar com a gente. A fase II, com a possibilidade de projetos, mobiliza-os a conversar (Informação pessoal)³⁴.

³³ Nome fictício para preservar a identidade da monitora.

³⁴ Mensagem enviada por gus.valentim@gmail.com em 21/06/2011.

A formação favorecia encontros tanto no próprio âmbito da internet quanto no presencial. De alguma forma, que não era por meio do incentivo direto e explícito, a curiosidade pelo fazer do outro se fazia presente e movimentava essas pessoas a buscarem práticas cada vez mais coletivas dentro do próprio curso, em outras redes sociais ou na sua própria localidade.

Esta era a força da própria construção da formação. Depois desta visita, todo o meu receio em relação à incoerência ou fragilidade de conteúdos se dissipou. Nossa vontade de agregar as pessoas da Rede de Formação na elaboração e busca de um objetivo comum traduzia-se em dimensões muitas vezes intangíveis e instituía uma cultura do coletivo que enredava a todos, mesmo que em condições muito adversas como as de João.

Este monitor tinha sérias dificuldades de conexão de internet e acesso aos conteúdos da formação. Tão ou mais sérias eram suas dificuldades para encontrar outros monitores, pois os telecentros mais próximos exigiam condução que ele não tinha condições de arcar financeiramente. Ainda assim, o seu fazer entremeava-se com o fazer daqueles que ele ia encontrando pelo caminho e buscava cada vez mais conhecer. A formação no ambiente virtual parecia despertar nele a possibilidade de buscar na sua realidade os elementos necessários para desenvolver o seu trabalho de forma cada vez mais complexa, miscigenando saberes.

Em termos de implementação, a esta altura do ano de 2011, nós já havíamos conseguido consolidar uma versão final do curso de formação no ambiente *Moodle*. A rede decidiu que daquele momento até o final do ano manteríamos a formação acontecendo com seus traços fundamentais que até ali havíamos consolidado. Reduzimos os encontros e mantivemos nossa força na sustentação dos processos que a formação online demandava.

Com o fim de 2011 encerrava-se também contrato da USP com o Ministério das Comunicações e nós do Polo Nacional decidimos nos dedicar ao encerramento de nossas ações com a rede. Julgamos que o nosso papel, por mais que ainda fosse fundamental para o ritmo dos trabalhos e sistematização das decisões e produções, não era mais necessário. Havia um comitê gestor, composto pelos polos, consolidado, reconhecido e ciente do seu processo. E foi a este comitê gestor que em dezembro de 2011 foi outorgada a autonomia da condução da Rede de Formação para a Inclusão Digital pelo Ministério das Comunicações. E com esta configuração radicalmente diferente da proposta inicial, deixamos o projeto para trilhar outros caminhos.

4. EMERSÃO

O propósito deste trabalho, como dito outrora, é desvelar o modo de articulação de rede constituído na Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital do programa Telecentros.BR e compreender sua relevância para os processos de articulação de rede entre pessoas e instituições. A primeira questão que sinto que precisa ser respondida a partir da história costurada no relato é: podemos considerar a Rede de Formação uma rede? A resposta a esta pergunta pode ser simples: sim, dado que a ideia de rede é cunhada na Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital na composição do seu próprio nome. E qual é a potencialidade de olharmos para a Rede de Formação sob a perspectiva de rede?

O trabalho de Sílvia Portugal (2007) traz elementos que elucidam como o conceito de rede foi acontecendo na teoria sociológica ao longo dos séculos. Utilizado para designar objetos concretos como redes de pesca, de caça, a autora nos conta que a palavra ganhou níveis de abstração a partir do séc. XVII e passou a circular livremente por várias formas de discurso. Na Sociologia e a Antropologia Social, por exemplo, começou-se a utilizar essa terminologia de modo metafórico para as relações sociais em pesquisas a partir dos anos 30 e 40 do século XX. Conforme foram sendo descobertas potencialidades do uso do conceito, este ganhou relevância na solução de problemas teóricos e empíricos que os pesquisadores não conseguiam resolver à luz dos quadros conceptuais dominantes das suas disciplinas. Desta forma, "rede social" inaugurou discussões sobre um novo paradigma nas ciências sociais já a partir da segunda metade do século XX (PORTUGAL, 2007).

Duas correntes de pensamento foram as principais responsáveis pela sistematização de trabalhos que deram destaque às redes sociais: a primeira, derivada da antropologia britânica, se preocupou com a análise situacional de alguns grupos restritos; a segunda, prioritariamente americana, prendeu-se ao desenvolvimento de análises quantitativas das estruturas vislumbradas nas relações nos territórios.

A corrente britânica surgiu a partir de trabalhos empíricos na África e na Europa nos quais os pesquisadores encontravam dificuldades para analisar as realidades complexas com que trabalhavam. À época, a perspectiva estrutural funcionalista preocupava-se com a normatividade de sistemas culturais e, quando os laços sociais se complexificavam e atravessavam a organização social de diferentes grupos ou categorias pré-estabelecidas, os

antropólogos britânicos tinham sérias dificuldades de análise. Para dar conta destes tipos de atravessamento de relação que não se limitam aos campos pré-determinados, os pesquisadores desviaram sua atenção dos sistemas culturais para os sistemas de redes de relações sociais, o que levou ao desenvolvimento mais sistemático do conceito de rede social neste contexto.

Enquanto o movimento dos britânicos foi partir do particular para olhar o geral, os norte-americanos partiram do geral para entender o particular. Desta forma, os pesquisadores investiram no desenvolvimento de métodos quantitativos para descrever modelos de relações e tentar definir o comportamento individual. Da análise sociométrica, principiada por psicólogos, aos grafos dos matemáticos, os pesquisadores americanos construíram vocabulários e modos de representação gráfica que lhe permitiram analisar quantitativamente os atributos do que chamaram de “estruturas profundas que unem e separam os sistemas sociais”. A análise de redes passou a fornecer explicações do comportamento social baseadas em modelos de interação entre os atores sociais estudados principalmente pela estatística. Por serem construídos a partir do encontro dos pesquisadores com a realidade que os intrigava, acreditava-se que as pesquisas conseguiam ver como o contexto social condicionava o indivíduo e também como os indivíduos conseguiam modificar o tecido social de acordo com os seus interesses.

Ao analisar o conjunto das produções existentes a partir do campo que se institui de análise das rede sociais, principalmente a partir da vertente americana, Wasserman e Faust identificam quatro princípios fundamentais nestas teorias: 1) os atores e as suas ações são vistas como interdependentes e não como unidades independentes e autônomas; 2) os laços relacionais entre atores são canais onde circulam fluxos de recursos (materiais e imateriais); 3) os modelos de redes centrados nos indivíduos concebem as estruturas de relações como meios que configuram oportunidades ou constroem a ação individual; 4) os modelos de rede conceitualizam a estrutura (social, econômica, etc.) como padrões constantes de relações entre atores (PORTUGAL, 2007).

Destaca-se neste percurso o movimento da palavra rede que parte de uma metáfora sobre fenômenos dinâmicos e incompreensíveis para os pesquisadores de uma determinada época para uma área controlada, que introduz elementos de matematização e busca de padronização das relações humanas. Os conceitos e as padronizações criam expectativas sobre a existência de uma rede, pois supõe-se relações e muitas vezes enxerga-se o que se supõe. Mas será que estas relações nas redes são sempre previsíveis ou calculáveis? Como será que elas atendem a este controle e como será que elas escapam?

A potencialidade no olhar para rede parece residir no momento mesmo em que os antropólogos britânicos desistem de compreender a realidade a partir das teorias dos sistemas culturais ou quando os americanos instalam como princípios de pesquisa os atores e suas relações. Esta potencialidade diz da consideração sobre as relações humanas, independente das características que se possam elencar sobre as pessoas que as compõem. É como se, ao se considerar rede um agrupamento de pessoas, cada integrante desta estivesse contemplado com os inúmeros atravessamentos que cada um se constitui na vida. **Mirar um campo de relações sob a ótica de rede ressalta a condição de que as pessoas constituem e se constituem na sua trama e que esta é complexa, acontecendo no atravessamento das múltiplas realidades daqueles que a compõem.**

Chohfi, ao analisar o mesmo trabalho da Silvia Portugal, lança uma questão intrigante: “Pode-se compreender tais iniciativas (de rede) como ações em direção a compreender a coexistência como condição para a vida humana?” (CHOHFI, 2013, p. 25).

Quando Hannah Arendt fala da coexistência, a autora diz que a maior parte das palavras e atos referem-se a alguma realidade mundana e objetiva. Esta mediação física e mundana, juntamente com os seus interesses, é revestida e, por assim dizer, sobrelevada por outra mediação inteiramente diferente. Segundo Arendt, esta outra mediação é constituída de atos e palavras e a origem se deve unicamente ao fato de que os homens agem e falam diretamente uns com os outros.

Esta segunda mediação, denominada de subjetiva por Arendt, não é tangível, pois não há objetos tangíveis em que se possa materializar: o processo de agir e falar não produz esse tipo de resultado. Todavia, a despeito de sua intangibilidade, esta mediação é tão real quanto o mundo das coisas que visivelmente temos em comum. E a autora, nos idos dos anos 50 do século XX, dá a esta realidade o nome de “teia”³⁵ (ou tecido) de relações humanas e afirma que o uso desta metáfora se faz para indicar sua qualidade, de certo modo, intangível. (ARENDT, 2009, p.195).

Todavia, o que interessa para Arendt é justamente evidenciar aquilo que escapa a este controle. Se para um viés científico interessa calcular todas as mudanças, o que parece interessar a Arendt é a importância que reside no habitar a imprevisibilidade, de não calcular sobre, e sim

³⁵ Considerar os objetos físicos que deram origem às metáforas de teia e rede aqui é fundamental para o argumento construído. Teia teve por designio primeiro o “tecido formado ao longo da urdidura, pelo entrelaçamento dos fios no tear; trama” e rede o “entrelaçado de fios, de espessura e materiais diversos, formando um tecido de malhas com espaçamentos regulares” (HOUAISS, 2009). Esta semelhança, a meu ver, se transpõe também para as relações humanas que os termos passaram a metaforizar.

cuidar da destinação histórica que se constitui no encadeamento das ações. Ainda segundo Arendt,

A rigor, a esfera dos negócios humanos consiste na teia de relações humanas que existe onde quer que os homens vivam juntos. [...] É em virtude desta teia preexistente de relações humanas, com suas inúmeras vontades e intenções conflitantes, **que a ação quase sempre deixa de atingir seu objetivo.** (ARENDT, 2009, p.196 e p.197, grifo meu)

Por ação, a autora considera a única atividade que se exerce diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, e é propriamente a ação que funda e preserva corpos políticos. A ação corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens – e não o Homem – vivem na Terra e habitam o mundo. E por se exercer sobre seres que também são capazes de agir, a reação além de ser uma resposta, é sempre uma nova ação com poder próprio de atingir e afetar os outros. Para Arendt, o menor dos atos, mesmo nas circunstâncias mais limitadas, traz em si a semente da mesma ilimitação, pois basta um ato e, às vezes, uma palavra para mudar todo o conjunto. Agora, quando se pensa em políticas públicas, quais as implicações de desenvolver um trabalho que considere a oportunidade de ação de todos e esteja aberto para os efeitos imprevisíveis das ações dos humanos que a constituem?

Fleury (2005) dá pistas. Nos seus estudos encontram-se bibliografias com mais de 20 anos que demonstram o crescente número de movimentos sociais que se articulam criando estruturas policêntricas, envolvendo diferentes atores, organizações ou núdulos, vinculados entre si a partir do estabelecimento e manutenção de objetivos comuns e de uma dinâmica gerencial compatível e adequada a essa estrutura reticular, que se assenta em um poder compartilhado e relações mais horizontalizadas (FLEURY, 2005).

Contudo, a autora chama atenção para a necessidade de cuidados que estas estruturas exigem. Para Fleury, a criação e manutenção da estrutura de redes impõem desafios fundamentais vinculados justamente aos processos de negociação e geração de consensos, estabelecimento de regras de atuação, distribuição de recursos e interação, construção de mecanismos e processos coletivos de decisão, estabelecimento de prioridades e acompanhamento (FLEURY, 2005). **Os desafios destacados pela autora dizem da necessidade de estabelecimento de uma governança própria, que exige o cuidado do vir-a-ser da rede, determinado pelas pessoas que a compõem e não pré-determinada pela administração pública, mas que carece do suporte desta.**

E é neste cuidado que esta pesquisa busca mergulhar. Não tenho como objetivo pensar um conceito de rede e a sua aplicação ou não na Rede de Formação. Nem tampouco calcular suas relações, como o fizemos dentro da própria rede com as relações entre os monitores no GT de mineração de dados. Por rede, pode-se entender muitas coisas e pode-se viver muitas coisas. O esforço aqui é menos de elencar características e mais os movimentos e suas consequências para o coletivo que compõe a rede em cada momento.

Encontramos no Exame Geral de Qualificação (EGQ) a nomeação de três linhas de força visíveis no relato e que contribuíram para a análise deste trabalho. Esta nomeação foi feita pela Profa. Dra. Dulce Critelli (informação verbal)³⁶ ao revelar que, na sua leitura, via três questões principais expostas no mergulho na história: a primeira técnica, no sentido heideggeriano de técnica, com os seus desdobramentos nas estratégias de estado/governo; a segunda política, a partir das relações entre as pessoas envolvidas na rede; e a terceira ética, e diz sobre a decisão e o encargo por si mesmo, ou seja, pela responsabilidade do cuidar do nosso destino histórico.

Essa leitura configurou um prisma segundo o qual minha orientadora, o grupo de pós-graduandos do LEFE-USP e eu passamos a ver o relato. Nos movimentos e influências entre estes três âmbitos, encontramos três principais modos de ser rede da Rede de Formação, de acordo com a força mais proeminente no momento: política pública, produção para corresponsabilização e rede para formar-ação. Apresento aqui estes três modos para, na sequência, pensar suas consequências para o campo de redes.

³⁶ Informação verbal dada no Exame Geral de Qualificação (EGQ), ocorrido em 2013 no Instituto de Psicologia da USP.

4.1 Política pública

O fato de ser uma política de governo de um estado-nação chamado Brasil teve influências cruciais nas primeiras experiências da Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital. Esta influência fez-se evidente em vários âmbitos da rede, atuando mais fortemente em alguns períodos, mais sutilmente em outros, mas sempre presente. Este primeiro modo deslinda como o ser política pública que atuou mais fortemente na Rede de Formação até a sua reconfiguração a partir do Seminário Nacional do Programa Telecentros.BR.

Rafael Olbinski – Memórias de Hampton

As articulações que desembocam na sua fundação são anteriores a 2010 e sobre estes acontecimentos mais cruciais há pouco ou nenhum registro. Há, no entanto, um ponto fundante que interessa aqui considerar: a sua instituição pelo decreto nº 6.991, de 27 de outubro de 2009. Como decorrência desta oficialização jurídica, em fevereiro de 2010 abrem-se editais que visam conveniar as entidades para compor a Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital. Estes acontecimentos marcam sua existência como uma política de governo no ano de 2010, último ano de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nestes editais encontram-se as delimitações claras dos níveis hierárquicos que fundam a rede, tendo como topo um colegiado de ministérios responsáveis pela coordenação do programa como um todo; no meio, um Polo Nacional responsável pela produção dos conteúdos, coordenação pedagógica e articulação dos Polos Regionais na sua execução; e abaixo hierarquicamente, sete Polos Regionais responsáveis pela customização dos conteúdos e implementação da formação na sua região.

Além disto, os textos determinam a rede como parte de um programa maior, chamado Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentros.BR e tem por objetivo implementar telecentros e financiar monitores bolsistas para estes. Todos estes elementos: formação, telecentros e monitores bolsistas são co-dependentes, inclusive, para encontrar seu próprio sentido de existência. Sem telecentros, não há monitor e nem formação; sem monitor, não há telecentros e nem formação; sem formação, as práticas no telecentros podem ser limitadas, desorganizadas ou nem mesmo acontecer.

As organizações se aplicaram aos editais orientadas pelos princípios do decreto e do edital como definição do seu futuro papel no Telecentros.BR. As regras estipuladas por estes documentos definiam toda a existência destas organizações como polos da Rede de Formação, principalmente ao determinar a prestação de contas dos gastos das organizações. Ou seja, já estava pré-determinado o quanto e como se poderia estreitar as relações com os demais atores do programa a partir do tamanho do recurso disponibilizado para a contratação de uma variedade específica de profissionais, o tempo de dedicação possível de se exigir destes, as possibilidades de viagens.

Existiu, portanto, a preparação burocrática³⁷ para a existência desta rede. Uma rede que não se propunha a ser uma rede elétrica, ou uma rede de computadores, e sim uma rede entre pessoas. E que visão de mundo permite aos homens acreditar que um arranjo burocrático é o suficiente para determinar as relações entre pessoas?

Na gênese da Rede de Formação, além do seu princípio ser burocrático, também o era o seu fim. As regras estipuladas para o Telecentros.BR tornar-se-iam a padronização de funcionamento para mais de 50 projetos de inclusão digital em operação em todo Brasil. Preparava-se, à vista disso, uma mudança massiva de cultura em favor daquela que se buscava instituir. Até então, o campo da inclusão digital era efervescente, com práticas inventivas nos territórios, marcadas pelas suas instituições e comunidades e também de intensa troca via internet. A missão da Rede de Formação era garantir que todos os monitores fossem formados nas mesmas regras e obtivessem certificados em nos quatro eixos temáticos determinados pelo manual operacional da rede, a saber: gestão do telecentro; monitoramento e avaliação; participação comunitária; tecnologia da informação, produção e publicação de conteúdo.

Não intendo afirmar aqui que a Rede de Formação foi concebida como um órgão extremamente rígido, com determinações muito claras a serem seguidas irrefletidamente. Os seus contornos expunham aberturas às construções provenientes do grupo que a compusesse. Todavia, estes elementos, comuns a toda política pública de massa, têm efeitos sobre a sua

³⁷ O dicionário Houaiss define burocrático como o que provém de uma administração todo-poderosa. Já burocracia tem o significado de sistema de execução da atividade pública, especialmente da administração, por funcionários com cargos bem definidos, e que se pautam por um regulamento fixo, determinada rotina e hierarquia com linhas de autoridade e responsabilidade bem demarcadas (HOUAISS, 2009). **Há, portanto, uma ilusão presente na ideia de burocracia de que há algo na governança da sociedade que vai para além do humano**, dada a sua necessidade de complexa administração, e que tem poder sobre todos, definindo por meio de seus postulados, lugares sociais e rotinas instituídas o modo como todos devem se comportar. Esse algo despessoaliza, desumaniza o governo que se tem sobre o nosso destino histórico, como bem é indicado pelo uso pejorativo da palavra burocracia presente no mesmo dicionário: estrutura ineficiente, inoperante, morosa na solução de questões e indiferente às necessidades das pessoas (HOUAISS, 2009).

história e precisam ser considerados, inclusive para compreendermos o potencial disruptivo desta rede.

Ao padronizar rigidamente os caminhos para um fim público comum, a burocracia inspira uma forma de controle sobre os homens. Conceber essa possibilidade de controlar a natureza e as pessoas é algo que Heidegger traz como inerente ao modo dos homens ocidentais encontrarem com o mundo, a partir da consolidação da ciência moderna³⁸. E em íntima relação com esta ciência está a técnica moderna, modo de desabrigar, desocultar as coisas na cultura ocidental (CRITELLI, 2002).

Técnica, nesta perspectiva, não se refere somente aos meios empregados ou os instrumentos à mão para realizar algo. Técnica é pôr a natureza em desafio para que, aquilo que é desabrigado, possa ser explorado, do explorado ser transformado, do transformado ser armazenado, do armazenado ser novamente distribuído e do distribuído renovadamente ser comutado. Isto não decorre de modo simples e também não desemboca em algo indeterminado. O desabrigar dirige os múltiplos caminhos daquilo que é desocultado a nós. A direção e a segurança tornam-se, inclusive, os traços fundamentais do desabrigar desafiante (HEIDEGGER, 2002). Seguindo este pensamento, Critelli afirma que todo esse processo exige um asseguramento, isto é, a certificação de que poderá ser sustentado e repetido sempre que necessário. E o que garante este asseguramento do processo é justamente o pensamento que calcula as possibilidades de sua realização, e que é do domínio do que Heidegger chama ciências matemáticas da natureza (CRITELLI, 2002).

E a técnica se essencializa no âmbito onde acontece o desabrigar e o desocultamento (HEIDEGGER, 2002), ou seja, é o modo que entendemos ser possível no trato de nossa

³⁸ Esclarecer essa indicação nos obriga a voltar brevemente às questões primárias e primordiais da filosofia: as interpretações de ente e ser. Tudo o que tem manifestação, concreta e tangível, ou abstrata, incorpórea, virtual é ente. Sobre isto não há discordâncias no pensamento filosófico, mas, no que se refere ao ser, as posições divergem e, em verdade, é exatamente essa discussão que acaba por constituir a Filosofia. Segundo Heidegger, desde Platão e Aristóteles teve início uma época no Ocidente cuja tendência foi a de demarcar e firmar um acordo tácito sobre uma interpretação a respeito do ser: que o ser é a noção, o juízo, o conceito do ente. A partir daí, ser foi tomado e tratado como uma ideia dos entes, de sua identidade, portanto, sua definição. Mas definição que é construída através de um método (indução e dedução) e comprovada logicamente (as provas da identidade, da não-contradição e do terceiro excluído). Portanto, uma definição, ou juízo, produzida cientificamente. É também desde então que ciência quer significar um procedimento através do qual se assegura a veracidade de uma ideia ou conceito. Tal delimitação do ser como juízo e a postulação de certa metodologia para sua produção foi reafirmada e ampliada na Idade Moderna, inicialmente com Descartes pois, com ele, o juízo ou a definição do ente (o ser) ganhou uma restrição. O importante ao pensar tornou-se a mensuração e o cálculo do ente, única maneira de se garantir e assegurar sua manifestação. O pensamento, através do Cógito ou Razão, certifica-se do ente. O método apresentado inicialmente por Aristóteles para se “extrair” o conceito dos entes e que se voltava para a obtenção de sua essência ou substância é alterado desde a modernidade em favor da observação, classificação, generalização, previsão e controle dos entes obras do cálculo da Razão (CRITELLI, 2002).

existência e do que quer que nela se apresente. Olhamos para o mundo e para o existir desde essa ótica técnica e tudo o que faz parte do mundo fica subordinado a ela. (CRITELLI, 2002). O ser, sob os nossos cuidados na era da técnica, tem sido descoberto como uma fundo de reserva e o acesso científico a ele se dá pelo emprego de métodos que calculam, identificam, certificam e dão *status* de verdade àquilo que se apresenta a nós.

E é necessariamente a nós, pois nós não existimos e sim coexistimos (CRITELLI, 2002). É como coletivo, como homens que habitam o planeta terra juntos, que cuidamos do ser desta forma e referendamos esta expressão do ser. E se esse é o modo como vemos o desocultamento das coisas a nós, quais as consequências desta visão de mundo para as relações que se estabelecem entre essas pessoas? Qual pode ser a decorrência disto para a nossa forma de organização social?

Hannah Arendt aponta o estado nacional como a forma de governo que ascende na era moderna e que passa a atender essa nova forma de um coletivo humano se organizar chamada sociedade³⁹. Quando o topo da ordem social já não é constituído pela casa real de um governante absoluto, para Arendt, transforma-se no que temos hoje, uma espécie de governo de ninguém.

A principal característica política da sociedade é que esta parece ser governada por uma mão “invisível”, isto é, por ninguém. O que tradicionalmente chamamos de estado e de governo cede lugar a mera administração (ARENDT, 2009, pg. 54, grifo meu)

Mas esse ninguém não deixa de governar por ter perdido a personalidade. A forma de governo do estado nacional, a forma mais social de governo segundo a autora, é justamente a burocracia. O governo de ninguém não significa necessariamente a ausência de governo; pode, de fato, em algumas circunstâncias, vir a ser uma das mais cruéis e tirânicas versões (ARENDT, 2009). E a pista para reconhecer fundamentos desta tirania está justamente no uso pejorativo da palavra burocracia: trata-se de um modo de governar indiferente às necessidades das pessoas.

Isto porque grandes números de indivíduos, agrupados numa multidão, desenvolvem uma inclinação quase irresistível na direção do despotismo, seja o despotismo pessoal ou o do

³⁹ Arendt tem uma visão de sociedade que considera o surgimento desta a partir da elevação do lar doméstico (oikia) ou das atividades econômicas ao nível público. Deste modo, a administração doméstica e todas as questões antes pertinentes à esfera privada da família, transformaram-se em interesse “coletivo”. A sociedade é a forma na qual o fato da dependência mútua em prol da subsistência, e de nada mais, adquire importância pública, e na qual as atividades que dizem respeito à mera sobrevivência são admitidas em praça pública. Assim, os homens passam a maior parte do seu dia trabalhando em troca de sua subsistência e deixa de existir o tempo de dedicação a governabilidade do corpo social no qual se está inserido (ARENDT, 2009).

governo da maioria. Para Arendt, a triste verdade acerca do behaviorismo e da validade de suas “leis” é que quanto mais pessoas existem, maior é a possibilidade de que se comportem e menor a possibilidade de que tolerem o não comportamento. A sociedade como um todo espera de cada um dos seus membros um conjunto limitado de ações, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a “normalizar” os seus membros, a fazê-los “comportarem-se”, a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada (ARENDT, 2009).

É no entendimento de que mundo é aquilo que se revela ao pensamento calculante, controlado pelos métodos e imortalizado nos conceitos, e gestada dentro de um modo de governo cuja principal aposta de organização é a administração burocrática que a Rede Nacional de Formação se ancora. E a influência disto para os acordos e as compreensões do que éramos na rede, a meu ver, foram extremamente influentes enquanto permaneci nela, principalmente nos seus primórdios.

Qual é o primeiro rumo que se revela nas ações do Polo Nacional? Houve alguma ação para reunir polos e debater as possibilidades da Rede de Formação, que estava sob o cuidado de todos? Não, pois não era este o papel institucional esperado deste Polo – nem pelas instituições à rede vinculadas nem por nós mesmos que o constituíamos. O período prévio ao primeiro seminário da rede foi um período de cartografar as mais diversas relações. Neste primeiro momento éramos “caixinhas institucionais” isoladas, e este era o fator preponderante nas nossas conversas internas.

Em relação ao Ministério do Planejamento, coordenador executivo do programa, precisávamos conhecer quem eram os atores responsáveis pela interface conosco, quais eram seus pontos mais rígidos, quais as possibilidades, qual a simpatia às nossas ideias e posicionamentos. Aos poucos, as respostas que obtínhamos por e-mail e telefone marcavam-nos pelas consonâncias em relação ao modo como projetávamos a rede – ganhávamos mais liberdade para inovar. Quanto mais éramos vistos e reconhecidos, deixávamos de ser “o Polo Nacional” e passávamos a sermos vistos como um grupo de pessoas com necessidades e escolhas, bem como o eram aqueles que estavam à frente do ministério. Caso tivéssemos nos deparado como interlocutores rígidos, burocratas, cuja principal função fosse nos ater exclusivamente às letras dos editais, seríamos obrigados a nos comportar como Polo Nacional, talvez calando outros rumos possíveis a emergir da rede.

Enquanto alianças se firmavam com os interlocutores do ministério, a aproximação gradual com os profissionais dos polos agregava complexidade à realidade da rede. As visitas

iniciais aos Polos Regionais pareceram justamente, na sua aparente dualidade, desocultar desafios de implementação de uma política pública no Brasil. Em uma delas, fomos reconhecidos pelo nosso papel institucional no programa: aqueles que escrevem normas e definem o que vai acontecer. Para estas pessoas foi importante nos receber com solenidades, órgãos públicos, polícia, professores doutores e pouca espontaneidade. Por outro lado, nenhuma identificação institucional, conversas fluidas, contato com as múltiplas mutações imponderáveis da vida no território, especificidades não generalizáveis. Em muitas “políticas”, estes âmbitos permanecem impermeáveis um ao outro durante todo o seu acontecimento.

E foi do lugar burocrático e hierárquico⁴⁰ esperado do Polo Nacional que constituímos as estratégias iniciais em relação à Rede de Formação. Como justificativa para nosso controle do processo estavam os produtos complexos e os prazos curtíssimos. Reencontrando com o relato a partir das leituras de Hannah Arendt, acredito que habitamos com conforto o lugar mais nítido e referendado por todos que nos foi dado naquele momento. Nós nos dispusemos à abertura às diversidades, à composição e ao inesperado, mas do lugar de quem desenha um passo-a-passo para isto. Não sabíamos que possibilidades de rede poderíamos experimentar, mas tínhamos como certo que entregaríamos a formação pronta no prazo estabelecido. O objetivo que guiava a todos era um objetivo definido pela administração pública e que nós assumíamos como de todos. E para alcançá-lo, confiamos⁴¹, inicialmente, partindo da premissa de controle sobre o processo. Ou seja, nesta etapa do trabalho as decisões do Polo Nacional, referendadas pelo ministério, tinham um peso maior do que a de outros polos.

E foi esta a toada do primeiro encontro desta rede. Partimos daquilo que era esperado de todos ali no programa: os lugares institucionais. Contudo, há sutilezas nas escolhas feitas que revelam objetivos menos burocráticos, menos impositivos, e mais políticos⁴². É como se provocássemos, com as escolhas metodológicas, o choque entre o esperado pela “política” e o insurgente. Foi um primeiro dia de apresentações das pessoas, por via das instituições, mas ainda assim pessoas. Não foi como o primeiro dia do Seminário Nacional do Programa

⁴⁰ No que tange as políticas públicas, gestadas e implementadas pelos estados, há claramente a priorização de um formato de implantação que organiza as pessoas e as relações segundo uma hierarquia previamente e claramente determinada. É o que Mandell nos traz quando fala de um modelo “intra-organizacional” de gestão institucional, que se estabelece em uma sociedade regida pela administração (FLEURY, 2005). Sua percepção é de que, nesse modelo, o controle é baseado na autoridade legítima que parte da hierarquia. Estabelece-se uma estrutura de poder piramidal, na qual as estratégias dependem da habilidade da administração do topo traçar as decisões, delegar e controlar o processo de implementação.

⁴¹ Confiar aqui é usado no sentido de com-fiar, ou fiar com.

⁴² Para Hannah Arendt, ser político é tomar decisão mediante palavras e persuasão e não através da força e da violência.

Telecentros.BR, com palestras pré-preparadas sobre um conteúdo pré-formulado sobre o qual as pessoas poderiam no máximo opinar. Ao invés disso, permitimos presenças.

Seguimos, nos outros dias, insistindo na diversidade, da qual a dimensão institucional era apenas uma face. Os contornos da programação buscavam trazer à presença de todos as nuances e necessidades das pessoas nos telecentros visitados, das concepções sobre educação, inclusão digital – um esforço de elucidar o que nos compunha e também aqueles com quem nos envolveríamos nas comunidades.

Ao mesmo tempo em que ocupávamos nosso lugar na hierarquia, sabíamos que este lugar conduzia mais ao silêncio do que à conversa. Por isto, mesclamos os integrantes dos polos nos diversos grupos de discussão e conosco, dando igual direito de voz a todos, buscando fazer ecoar os pensamentos sem receio do alinhamento destes com as instituições que representavam. E o fato de não submeter o conteúdo produzido à aprovação dos coordenadores de cada polo foi o sinal de que queríamos reconhecer igualmente todas as vozes.

Muito embora tenhamos experimentado composições mais horizontais no seminário, o passo pós-encontro foi bastante marcado pelas amarrações que o estar em uma política pública produzia em nós. Assumimos uma produção intensa, com ares de consulta pública e o objetivo de ser representativa de todos, mas ainda assim unilateral. Além disto, assumimos também a organização da reunião intermediária entre seminários (no dia 14/09/2011) e a organização de um novo seminário, desta vez do programa Telecentros.BR. Decisões tomadas no âmbito do Polo Nacional e informadas aos polos.

Para cada uma dessas ações nos vimos obrigados a desenhar processos claros. E para a execução contamos com a participação dos polos. Por vê-los como executores, a seguinte pergunta trazida no relato: “como trabalhar conjuntamente em uma proposta que não está clara para a maioria e com pessoas que mal se conhecem?” poderia ser traduzida em “será que essas pessoas vão cumprir com os combinados que fizemos?” ou ainda “será que vão fazer tudo como imaginávamos?”.

O uso feito das tecnologias de informação e comunicação – TIC para comunicação entre a Rede de Formação refletia esta forma de pensar que atende ao controle e a repetição⁴³. A lista de e-mails neste período teve um fluxo de predominância unilateral, que partia do Polo Nacional

⁴³ Pierre Levy, ao analisar as tecnologias na cultura, afirma que por trás das técnicas agem e reagem ideias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos estratégias de poder, toda a gama dos jogos dos homens em sociedade. Para responder a pergunta: as tecnologias determinam a sociedade ou a cultura? Levy diz que o fenômeno é muito mais complexo que uma relação de determinação. Uma tecnologia é produzida dentro de uma cultura e esta é, ao mesmo tempo, condicionada por suas tecnologias (LÉVY, 1999).

e do Ministério do Planejamento, e servia à divulgação de informações, aos informes sobre os processos criados, à pactuação dos acordos de execução e ao monitoramento. O segundo ambiente virtual ao qual recorremos, as páginas wiki, respeitavam este mesmo fluxo de relação. Concebidas e construídas pelo Polo Nacional para coletar a opinião dos Polos Regionais, apesar de terem sido escolhidas pelas suas possibilidades colaborativas, até o modo como as pessoas poderiam participar foi definido pelo Polo Nacional. Acredito que foi graças a esta sobre-determinação da participação que este ambiente foi pouco acessado e as contribuições foram inicialmente tão pífias. Os profissionais dos Polos e das iniciativas do programa tinham a oportunidade de participação, mas não lhes era próprio o processo.

A este modo de ser rede se faz coerente a formação à distância que nos foi oferecida durante o Seminário Nacional do Programa Telecentros.BR. Conteúdos pré-determinados, ambiente virtual pré-desenhado, com atividades e espaços de conversação pré-estabelecidos. Cada monitor transforma-se em um *login* e interessa ao condutor da formação somente se o estudante acessou os conteúdos estipulados como mínimos e também se preencheu alguma atividade – informações automáticas geradas pelo sistema e que dizem, em números, se o estudante cumpriu com o papel pré-definido a ele dentro da plataforma virtual.

Aos poucos, a administração foi dando seus sinais de insuficiência: o contato com as pessoas que eram “objetos” da “política” mostrava que era difícil encaixar a realidade nos processos criados para dar conta dela. Pelo lado da infraestrutura, o programa dava sinais de sérias dificuldades de implementação, sobretudo com relação a entrega de kits em locais remotos. O próprio pagamento de bolsas via CNPq demonstrava o quão isolada e descolada da realidade das pessoas a administração conseguia ser. Estes eventos davam concretude à dificuldade de execução de um programa deste porte e a ineficiência de um sistema que lute por se manter burocrático em um país com mais exceções do que regras. Além disto, trazia-nos certo conforto quanto à “eficiência” que estávamos tendo na formação: aparentemente esta era a frente com a implantação mais avançada de todo o Telecentros.BR.

Com as notícias dos prazos menos curtos e o engajamento nascido nos momentos coletivos da rede, outras possibilidades de rede encontraram passagem entre nós. Aos poucos fomos sendo e reconhecendo outros modos de ser Polo Nacional e Regional na Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital. Modos complexos, cheios de mistura e em transformação.

4.2 Pro-dução⁴⁴ para corresponsabilização

A postura do Ministério do Planejamento no primeiro dia do Seminário Nacional do Telecentros.BR revelou que este julgava que o maior entrave para o pleno funcionamento do programa era a falta de informações. Os movimentos sociais presentes mostraram aos profissionais do governo e a nós da rede que a informação tem impactos políticos. E se o ministério atuou quase automaticamente de modo impositivo, a reação contrária resultante dos movimentos foi quebrar com este automatismo e

convocá-los à negociação. Ao evidenciar o quão imprescindíveis eram para o programa e reivindicar influência no estabelecimento dos fluxos administrativos deste, a negociação aconteceu. Menos pelo reconhecimento de que os diferentes atores devem ser considerados na gestão do que lhes é comum e mais por duelos de forças, nas quais uma força é respeitada no ato mesmo de se impor.

Para Arendt, a gestão burocrática aproxima-se do processo de fabricação de coisas, colecionando atos sem a revelação dos agentes. Segundo a autora, sem esta revelação, a ação perde seu caráter específico e torna-se um feito como outro qualquer. Na verdade, a ação passa a ser apenas um meio de atingir um fim, tal como a fabricação é um meio de produzir um objeto. Para Arendt, isto ocorre sempre que deixa de existir convivência, quando as pessoas são meramente “pró” ou “contra” os outros, como ocorre, por exemplo, em uma guerra moderna, quando os homens entram em ação e empregam meios violentos para alcançar determinados objetivos em proveito do seu lado e contra o inimigo. Neste caso, era como se as iniciativas do programa estivessem contra o ministério ao não efetivar o programa tal como foi idealizado. Era também como se o ministério fosse contra as iniciativas, ao não considerá-las em questões

René Magritte –Le Blanc-seing

⁴⁴ Este segundo modo de ser rede tem como marca a produção intensa da primeira versão da formação - disponibilizada para os primeiros monitores em fevereiro de 2011. Nesta produção, foram se refazendo os acordos de modo a tornar cada vez mais compartilhada a responsabilidade sobre todos os processos envolvidos nos trabalhos da rede. Resgatando o sentido etimológico da palavra, o prefixo pro refere-se a “a favor de”, enquanto que ducção reporta-se a transportar (CAUTELLA JUNIOR, 2012). Neste contexto, pro-dução pode ser compreendido como favorecer o transporte, conduzir algo no sentido do compartilhamento.

nodais como a responsabilização de profissionais destas pelo ressarcimento de bolsas erroneamente pagas pelo governo. A história se faz aqui na medida em que um grupo de pessoas se reúne e irrompe seu posicionamento, vindo a cena e protagonizando caminhos. (ARENDT, 2009). E é justamente neste ponto que vejo a primeira guinada da Rede de Formação: a partir deste seminário **a rede iniciou um processo de adensamento da convivência.**

E como se dá esse adensamento? Justamente quando as pessoas vinculadas a Rede de Formação vão além da troca de informação entre si e abrem espaço para a elaboração conjunta da experiência no fechamento do primeiro dia deste seminário. É este o primeiro momento no qual os rumos previamente estabelecidos são postos em cheque a partir das diferentes visões daqueles que estão presentes e viveram juntos o mal-estar do sufocamento informante. **A abertura a percepções, sentimentos, angústias traz à cena os valores de quem está ali, os atores da rede podem e começam a surgir e dá-se o primeiro passo às experiências horizontais de gestão.** E, apesar da programação e das funções terem permanecido intactas para o segundo dia do encontro, o que determinou o rumo deste foi menos a metodologia construída e mais a função que a própria rede se atribuiu de “membrana de contato com as iniciativas”.

Outra experiência importante para explicitar que atrás dos profissionais existem pessoas e que são estas por completo que constituem uma rede foi o primeiro dia do 2º Seminário da Rede de Formação: um momento pensado para ser justamente um espaço aberto de diálogo, de circulação da livre palavra que dá nome e orienta nossa percepção conjunta das experiências acontecidas, que nos tornou testemunhas das diversas tentativas de dar contornos e apropriação aos acontecimentos da Rede de Formação. E foi neste fórum aberto que presenciamos a diversidade de modos de ver o mundo que compunham esta rede. Alguém sintetizou este primeiro dia dizendo: “Vamos entrar numa rede que é múltipla”. Há rede de visão única? Não seria isto justamente o que Arendt chama de despotismo?

E a tentativa de uniformidade não foi ilusoriamente extirpada ou simplesmente ocultada. Afinal, onde mora a burocracia se não em nós mesmos? Ao se instituir um grupo de diretrizes pedagógicas, assumimos a burocracia em nós como possibilidade de nos realizarmos, dado que um grupo se instituiu para escrever os princípios segundo os quais instalar-se-ia a coerência no corpo de ações da rede. Todavia, do todo, **a burocratização passou a ser apenas uma parte, pois foram também reconhecidas posições que preferiam a emergência da coerência e da consistência a partir do constante diálogo sobre as ações e decisões tomadas,** e o grupo se

mostrou capaz de conviver com todas estas possibilidades, construindo conjuntamente o caminho para tal.

Se o Seminário Nacional funda, o 2º Seminário da Rede de Formação consolida experiências de relações horizontais da rede. E, em resposta às reconfigurações, nós do Polo Nacional sentimos também mudanças em nosso modo de estar na rede: passamos a agir visando a mediação⁴⁵ tanto dos espaços coletivos quanto dos processos. E como se configura um papel de mediação em um contexto no qual se principia no hierárquico papel de coordenação?

Um primeiro indício foi a atenção que passamos a ter no modo de expor nossos posicionamentos. Percebemos que um ponto por nós colocado poderia direcionar a rede para um único caminho ou associar o Polo Nacional com alguns atores da rede e não com outros, o que, neste primeiro momento de mudança de posição, víamos como riscos à consolidação desta posição de mediação. Como consequência em nós, passamos por um período de quase retirada, ausência da explicitação de nossas opiniões em prol do que acreditávamos ser um fortalecimento do espaço de todos.

Esta retirada mudou radicalmente o lugar de emergência das decisões sobre os objetivos da rede. Se até então os lugares dos quais partiam as definições do vir-a-ser da rede eram os documentos fundadores da rede, os ministérios ou o Polo Nacional, com o mergulho das pessoas nas produções e nas definições de processos quem assumiu a definição do propósito da Rede de Formação foram as pessoas que a constituíam no próprio exercício do caminhar. **Ao mesmo tempo em que traziam suas necessidades para a rede, definiam as necessidades da própria rede e iam costurando seus fios.**

E este parece ser um movimento importante para a composição de uma rede entre pessoas. Chohfi, inspirada por Guimarães Rosa, traz uma imagem de rede como sendo uma porção de buracos atados por fios. É como se a ausência de algo definisse a comunicação entre os elos. E por ausência a autora entende possibilidade, a necessidade que se torna a força motriz que movimenta e dá sentido aos elos (CHOHFI, 2013).

No seu trabalho, Chohfi decide empreender a articulação de uma rede entre laboratórios que prestam serviço à comunidade no Instituto de Psicologia da USP. Esta foi uma necessidade que a autora sentiu a partir de questões sobre encaminhamentos de pessoas que foram atendidas no Atendimento em Plantão Psicológico (APP), serviço de atenção psicológica fundado pelo

⁴⁵ Etimologicamente, mediar quer dizer estar no meio de. Ser mediador é servir de intermediário, elo (HOUAISS, 2009).

LEFE em 2009. Criou-se para isto um grupo de estagiários que pensou esta rede, estipulou estratégias e discutiu semanalmente por mais de três anos suas experiências de tentar forjar esta rede (CHOHFI, 2013).

Como efeitos, viu-se uma rede se constituir entre as pessoas que conviveram como estagiários na proposta de articulação de rede do LEFE e que, inclusive, passaram a formar outros alunos e realizar encaminhamentos dentro do APP a partir de uma visão ampliada de cuidados possíveis a quem o procurava em seus momentos de crise de sentido. Mas e os outros laboratórios? Estes não revelaram essas ausências, necessidades. Com alguns se estabeleceu uma relação de proximidade com o LEFE, mas entre si não houve costura possível naquele momento.

A pluralidade humana presente em uma rede e as necessidades que podem vir a compor os nós desta não aparecem em qualquer condição. Para isto, é preciso estar com os outros disposto a correr o risco de revelar-se (ARENDT, 2009). Compartilhar os produtos e processos da Rede de Formação dão conta desta convivência tão necessária à constituição de um mundo comum e que parece ser fundamental à articulação de rede entre pessoas? Se entendermos compartilhar produtos e processos como uma fragmentação na qual cada um tem uma função, suas responsabilidades específicas, e a comunicação entre as pessoas se dá somente para a troca entre os produtos oriundos dos trabalhos individuais, provavelmente não. Entretanto, o feitio da Rede de Formação revelou outra possibilidade de compartilhamento.

O 2º Seminário estreia um modo de compartilhar processos entre nós que funda a construção destes a partir das histórias, dos conhecimentos, das experiências sejam pessoais ou entre o próprio grupo da rede. Os quatro grupos de trabalho formados e que trabalharam isoladamente comungaram de um modo de deixar vir à tona e costurar o material vivo das pessoas, transformando estas costuras nas balizas comuns para as etapas de trabalho futuras. E dessa forma, a formação dos tutores, dos gestores, o design instrucional do curso e as diretrizes pedagógicas não apresentaram, ao final do encontro, coincidência de conceitos e planejamentos, e sim uma coerência, ainda inominável, mas admirada por todos.

Outra experiência presente no relato em que processos foram compartilhados e assumidos pelos polos foi a definição de que cada polo seria responsável pela estruturação, construção e inserção de um tema da formação dos monitores na plataforma online. Uma decisão arriscada se colocarmos os prazos como o fiel da balança. Entretanto, a rede, como um coletivo, ganhava força já que cada polo passava oficialmente a ser constituinte desta formação

com autonomia sobre sua produção. E como as pessoas percebiam estas mudanças?

Todos nós do Polo Nacional nos dedicávamos muito a tentar compreender isto. Em visitas aos polos, durante as reuniões, em momentos informais ou mesmo nos contatos mediados por tecnologia, tecíamos o tempo todo percepções sobre como os acontecimentos da rede estavam sendo compreendido pelas pessoas. Para alguns, éramos mediadores, para outros, éramos ditadores, para outros ainda estávamos abrindo mão da gestão e deixando o “barco à deriva”. Assim como nas visitas iniciais, cada pessoa trazia seu contexto institucional, suas demandas e expectativas ao tentarem nomear as impressões sobre como estava se configurando o papel do Polo Nacional. Era como se não tivéssemos um rosto próprio naquele momento: por mais que fôssemos presentes e atuantes na organização, havia a leitura de que estávamos nos ausentando – e aqui ausência entendida como falta mesmo. Talvez por inabilidade “política”, situamos as possibilidades de atuação do Polo Nacional em um contínuo, e fomos rapidamente de um extremo ao outro. Assim, evitávamos o risco que ainda nos rondava e que imaginávamos que poderia nos situar novamente no lugar de quem conduz o processo, a avaliação dos materiais produzidos e o cumprimento dos prazos dos processos compartilhados.

Em nossos mergulhos em cada instituição-polo percebíamos claramente que havia maior ou menor grau de envolvimento com o programa, de conhecimento sobre alguns assuntos ou mesmo disponibilidade para assumir responsabilidades que, de início, não estavam no acordo. Com isto, passamos a compartilhar com os polos também alguns aspectos do papel de mediação que estávamos construindo. Por exemplo, aos poucos percebemos que, em alguns casos, responsabilizar alguém por um processo gerava uma sombra sobre este processo, já que a pessoa se ocupava dele e ao coletivo somente informava algumas notícias. Propusemos algumas experiências nas quais um polo produzia e o outro revisava, ou ainda, como no caso da formação dos tutores, de dois polos assumirem juntos a mesma produção. E assim tentávamos radicalizar, em cada mínima produção empreendida pela rede, a composição de pessoas de lugares, formações e experiências muito diferentes e a corresponsabilização destas pela conclusão dos trabalhos.

Compartilhamos funções e processos, modos de cuidar destes, ações que dizem respeito a descentralização de responsabilidades que, a princípio, estavam sob tutela do Polo Nacional. Isto convocou os polos a se apropriarem de âmbitos mais abrangentes do proposto inicialmente e intensificou o contato que precisavam ter entre si, pois deles dependiam toda a construção da formação dos monitores. Isto significava uma inversão no local de aparecimento das

singularidades na formação: ao invés destas se expressarem na customização posterior da formação, prioritariamente produzida pelo Polo Nacional, elas passaram para o interior mesmo da própria formação. Isto tudo gerava mais contatos e trocas entre os polos, mas quando falamos em convivência, os momentos mais cruciais para que esta acontecesse foram os debates e co-elaborações.

As programações dos encontros supunham momentos de reunião geral e divisão das pessoas em grupos de trabalho. Estes momentos de encontro geral, independente se tinham uma pauta prévia (como compartilhamento das produções, por exemplo), foram assumindo cada vez mais a força de espaço público da rede. No relato essa força aparece principalmente no momento de elaboração da rede do primeiro dia do Seminário Nacional, nos primeiro e último dias do 2º Seminário da Rede de Formação e na discussão sobre a formação dos tutores no encontro de São Paulo. Estes momentos coletivos revelam, principalmente, três características fundamentais para o processo de constituição da rede da Rede de Formação: aparição da diversidade, elaboração da experiência e construção do mundo comum.

Foram muitos esforços para trazer a diversidade institucional, a diversidade pessoal e de contextos – dar visibilidade às diferenças era uma marca das estratégias que adotávamos nas programações dos encontros. Ao mesmo tempo, buscamos caminhos que nos igualassem na condição de fala – cuidamos do peso da nossa fala, cuidamos de garantir espaços nos quais todos pudessem desenhar os caminhos da Rede de Formação. Partindo de uma lógica burocrática e de instituições hierárquica, **trabalhamos criando condições mínimas de igualdade de expressão pelas quais qual as diferenças poderiam dizer-se.** E não se tratava de ações para o simples respeito das diferenças. A partir disto, cuidamos para que todos se soubessem diferentes, afirmassem e contemplassem a diversidade na qual o grupo era composto e da qual, necessariamente, derivaria a formação em construção⁴⁶.

O caso de discussão sobre as edições dos polos na formação dos tutores é exemplar disto. Juntas, as pessoas construíram a formação, cada uma contribuindo a seu modo para a composição de um todo. Mesmo ela acontecendo dentro de prerrogativas que julgávamos suficientes para que as pessoas se sentissem contempladas com o produto final, isto não aconteceu, não houve conversa sobre isto no fórum comum mas houve uma atuação no momento mesmo em que dois polos fazem edições na sua sala privada sem comunicar o restante

⁴⁶ A distinção singular vem à tona no discurso e na ação. Através deles, os homens podem distinguir-se, ao invés de permanecerem apenas diferentes; a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens (ARENDT, 2009).

da rede.

A formação precisava ser igual para todos? As pessoas podiam fazer as edições que quisessem? O que impedia o grupo de conversar sobre isto? A única certeza que tínhamos era que não pôr em conversa estas diferenças que lutavam para se efetivar limitava o mundo comum da Rede de Formação. Ao pôr o acontecimento em debate, o grupo pôde ir aos poucos clareando o comum a todos, do qual não abriam mão, e as diferenças até então invisíveis, pois não ditas. Ao se afirmar no fórum comum, a pluralidade pôde tanto modificar coisas no trabalho que já havia sido constituído quanto produzir o combinado de liberdade de edição para os polos.

Sobre como as experiências na Rede de Formação ressoavam nos diversos envolvidos, alguns integrantes do Polo Nacional, entre os quais me incluo, constantemente indagávamos as pessoas e compúnhamos as histórias em nós a partir das conversas tidas. Como compor uma história da rede? Há a história de cada um com a rede e a história que se compõe no coletivo, comum a todos, e **estes momentos públicos eram fundamentais para, na experiência, elaborar os acontecidos, aprender significativamente e tecer a história da Rede de Formação.**

Preciosa neste sentido é a fala: “Precisamos nomear essas coisas que estamos vivendo. Precisamos facilitar conversas para que metodologias apareçam em coerência com que estamos vivendo”. Este segundo momento da Rede de Formação, com todas as suas mudanças em relação a uma lógica burocrática de gestão, parecia provocar mudanças nas pessoas, experimentações diversas das que estavam acostumadas. **A abertura nos encontros para a discussão da rede era a possibilidade de refletirmos na própria experiência** (MORATO, 2009). Algo que Morato aponta como fundamental para os profissionais da Educação, dizendo que

é no próprio fluxo de “estar ocorrendo experiência” que são buscados significados ao sentido do que é experienciado, já que uma revisitação ao vivido, acontece no próprio experienciando⁴⁷ e não posteriormente (MORATO, 2009, p.26-27).

Enquanto a comunicação dentro da Rede de Formação preocupava-se somente com a troca de informações⁴⁸, as mudanças na comunicação diziam respeito a quantidade de canais de

⁴⁷ A autora faz referência ao conceito de experienciando, de Gendlin, que refere-se ao sentimento de alguém de estar tendo a experiência. Diz respeito ao fluxo constante do que é vivido, do que somos, percebemos e a que procuramos dar um significado. O significado não está à parte, mas sim implícito no que sentimos e é na relação entre experienciando e a sua expressão que o significado ocorre (MORATO, 2009).

⁴⁸ Walter Benjamin trabalha uma visão de informação que se aproxima com o que quero dizer aqui. Para o autor, a informação, antes de mais nada, precisa ser compreensível "em si e para si". É indispensável que a informação

circulação da informação e na transparência desta. A partir do momento em que a Rede de Formação passou a incorporar momentos de compreensão sobre o ser rede que estava se constituindo, a comunicação abriu espaço aos afetos, às angústias, ao que não é só cognitivo no desenvolvimento de um trabalho, dentro do seu próprio momento comum.

E para a aprendizagem ser significativa, para provocar mudanças naquele que está evocando os significados da sua experiência no fluxo do experienciando, é necessário que o desvelamento aconteça na presença de outros. O sentido e significado mesmo só podem ser determinados mediante a interpretação dos outros que o recebem, bem como a partir do alcance e das consequências que tiveram e provocaram (CRITELLI, 2012).

Se a presença dos outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos (ARENDT, 2009), como passou a ser o mundo da Rede de Formação? A esta altura, começávamos a experimentar o mundo da inconstância, da incerteza. As coisas mudavam o tempo todo: a postura do Polo Nacional, o papel e a postura dos Polos Regionais, o cronograma e mesmo a viabilidade do programa Telecentros.BR. **O caminho tomado foi o de construir significados e sentido em espaços coletivos para aquilo que estávamos vivendo e costurar a nossa história dentro disto, que servia de referência a todos na sua relação com o programa.**

E a convivência é um dos fatores que podem resguardar o poder⁴⁹ de uma rede. Segundo Arendt:

O único fator material indispensável para a geração do poder é a convivência dos homens. Estes só retêm poder quando vivem tão próximos uns aos outros que as potencialidades da ação estão sempre presentes. [...] O que mantém unidas as pessoas depois que passa o momento fugaz da ação (aquilo que hoje chamamos de “organização”) e o que elas, por sua vez, mantêm vivo ao permanecerem unidas é o poder (ARENDT, 2009, p.213).

Ainda, o

Poder só existe na sua efetivação, não se pode acumular, reservar, comprar. O poder só é efetivado enquanto palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são vazias e os atos não são brutais, quando as palavras não são empregadas para velar intenções mas para revelar realidades, e os atos não são

seja plausível e ela só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se inteiramente a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele (BENJAMIN, 1994). No dicionário Houaiss, a compreensão que se tem da informação em um contexto que envolve administração é a “de ato pelo qual órgão da administração pública faz esclarecimentos sobre o processo administrativo” (HOUAISS, 2009). A informação é algo que é comunicado que tem mais relação com a conceitualização daquilo que ocorre e menos com o que está ocorrendo e mudando o experienciando (MORATO, 2009).

⁴⁹ O substantivo poder é aqui empregado acompanha o sentido de Arendt de “possibilidade” e não como “potência” ou “autoridade” (HOUAISS, 2009).

usados para violar e destruir, mas para criar relações e novas realidades (ARENDT, 2009, p.212).

Os seminários tão pautados na prática, no trabalho conjunto, e com tantos espaços de elaboração conjunta dos acontecidos, favoreciam a coesão e a congruência entre discurso e ação. Isso quer dizer que a Rede de Formação era sempre congruente em suas ações? Não, isto não existe, pois o âmbito das ações humanas é o âmbito das infinitas e incontáveis possibilidades (ARENDT, 2009). Todavia, o que estávamos cada vez mais garantindo na Rede de Formação era a abertura para falar-se sobre as incongruências e buscar aproximações entre o que dizíamos e o que fazíamos.

As tecnologias da informação e comunicação (TIC) ocuparam um importante papel nos movimentos da rede, principalmente em três aspectos: organização do trabalho, transparência das informações e convivência. Foi por meio das TIC que os registros das discussões e acordos feitos circulavam entre e os integrantes da rede e permitiam o prosseguimento do trabalho. A lista de e-mails, priorizada como fórum comum, contemplava a presença de todos os integrantes dos polos, registrava e circulava todas as informações sobre os trabalhos da rede e dava visibilidade e transparência para todas as ações. Os sites que permitiam trabalho colaborativo online favoreciam a organização do grupo, além de também trazer transparência aos processos. Eram também nosso espaço de convivência entre os encontros, já que nas ferramentas de mensagens pessoais, redes sociais, aconteciam conversas que transcendiam a gestão do programa, aproximando-nos.

Nesta fase, o Polo Nacional deixou de ocupar um papel central na formulação dos conteúdos que circulavam pelas TIC e a circulação da informação passou a ser descentralizada. Assim, os espaços passaram a ser muito mais habitados e manipulados, como o próprio *Moodle*, que passou a ser editado por todos os polos. Todavia, este uso feito das TIC ainda era limitado pelos recursos que elas ofereciam. Em relação ao primeiro modo de ser da rede, burocrático, houve uma variedade maior de ferramentas e de usos destas, pois as relações passaram a ser mais complexas. No entanto, nos limitávamos ao que elas nos possibilitavam e isto era mais evidente no caso da configuração do curso dentro do *Moodle*, pois neste customizávamos o layout e o conteúdo na ferramenta, mas nos limitávamos à arquitetura da informação que o site apresentava como base. Não houve produção de tecnologia neste momento da rede, dado que nosso modo de se relacionar se adequava às condições que estas ofereciam.

Em síntese, o segundo modo de ser, em particular, foi um momento de concomitância

de ações e acontecimentos, às vezes, até contraditórios, o que é coerente com um cenário de intensas mudanças, de trânsito. Ao mesmo tempo em que nos propúnhamos, como Polo Nacional, a relações mais horizontais, pautávamos ações como a instituição da lista nacional dos tutores ou centralizávamos construção das programações dos seminários.

Ao mesmo tempo em que a rede consolidava-se cada vez mais horizontal e transparente nas suas informações, recebeu os tutores que a integraram ainda de modo subordinado aos polos, sem igual poder de decisão na rede. Ainda, apesar de ter dado passos importantes em termos de constituição de laços mais intensos e firmes entre seus diferentes atores, esta fase da rede teve muito das suas ações com foco na sustentação de processos administrativos, vinculada muito fortemente à realização dos produtos exigidos pelos editais.

Isto teve consequências no processo formativo proposto. As produções dos polos para as formações aconteceram ainda de modo isolado e os conteúdos pouco interagiam entre si. Os cursos, tanto dos tutores quanto dos monitores, como eles foram disponibilizados, careciam de um sentido que os agregasse – pareciam um compilado de conteúdos e atividades. O emprego de metodologias de conversação e de trocas de material entre os polos conseguiu que todos tivessem certa clareza do todo e que as produções tivessem minimamente o olhar de outras pessoas, que não as que produziram, antes de ir ao ar. Mas as produções refletiam ainda mais fragmentação do que confluência em termos de relação entre seus responsáveis.

4.3 Rede para formar-ação

Foi no grupo responsável pela formação dos tutores que teve início o terceiro modo de ser rede da Rede Nacional de Formação para a Inclusão Digital: o modo político. Se olharmos esta insurgência sob o prisma do contexto, alguns elementos contribuem para o seu entendimento: o grupo se dedicava às produções enquanto a rede aprendia⁵⁰ seu ser rede, o que favorecia experimentações; o prazo era curtíssimo; não havia especificações nos editais para esta formação; os polos tinham autonomia para escolher o perfil e o tempo de contratação destes profissionais.

Cibele Lucena – Atuadoras

Se tomarmos este fenômeno sob a ótica dos processos e produtos, há outros elementos que também trazem pistas sobre a viabilização deste ser rede: cada uma das produções implicava pelo menos dois polos; foram escolhidas tecnologias conhecidas pelos integrantes do grupo; as tecnologias, ao mesmo tempo em que permitiam a colaboração, traziam transparência para a produção; a mediação foi presente em diferentes canais de comunicação; os desacordos eram postos em discussão, decorrendo na construção conjunta dos contornos da ação.

Estes elementos ajudam a caracterizar este grupo, descrevê-lo. Uma pergunta que a definição de características leva é: será que a repetição destas mesmas características garante resultados parecidos em outro grupo? A ocorrência concomitante do grupo de diretrizes pedagógicas evidencia que não, pois com características muito similares, este segundo não resultou em uma articulação como a que aconteceu com o primeiro. A pergunta, então, que precisa ser feita é: qual foi a força motriz deste grupo?

Para os seus integrantes, a aprendizagem dos tutores apresentou-se como questão⁵¹ e a confecção da formação tornou-se a sua realidade⁵². Quando os cientistas sociais utilizaram o termo rede para descrever organizações sociais complexas que aconteciam em realidades diferentes das suas, eles buscavam um modo de categorizar relações que percebiam. No entanto,

⁵⁰ Aprender, aqui, é usado no sentido de aprendizagem significativa.

⁵¹ Retomo o entendimento de questão segundo Critelli (2007): aquilo que nos orienta, o problema a ser resolvido sempre adiante.

⁵² Para Arendt, nas condições de um mundo comum, a realidade não é garantida pela “natureza comum” de todos os homens que a constituem, mas sobretudo pelo fato de que, a despeito de diferenças de posição e da resultante variedade de perspectivas, todos estão sempre interessados no mesmo objeto (ARENDDT, 2009).

lá, no seu acontecimento, estas relações não aconteciam com a finalidade de ser “rede”. Rede foi tão somente a forma nomeada pelos cientistas. **Elas aconteciam para dar conta do vir-a-ser estabelecido explícita ou implicitamente por aquele grupo e que atribuía sentido ao seu modo de se relacionar.** A questão é este algo que convoca à realização e articula as pessoas no seu tornar-se juntos, a partir do mundo tecido no seu encontro.

Sob este ângulo, as diretrizes pedagógicas não se tornaram uma questão e sim uma tarefa. Deste modo, as pessoas se organizaram para estabelecer e cumprir (ou não) os acordos de produção. Foi como nos processos fabris, nos quais os produtos finais são mais importantes que os processos (ARENDT, 2009). O objetivo do grupo tornou-se finalizar o documento de diretrizes e entregar para a Rede de Formação fazer uso, cumprindo cada um sua parte para isto.

Já o grupo de formação dos tutores dedicou-se a inventar e reinventar possibilidades educativas para aqueles que viriam a ocupar este papel no Telecentros.BR. Será que o tema da formação dos tutores era mais forte que o das diretrizes pedagógicas? Não vejo dessa forma. Formar tutores e o modo como isto foi apresentado engajou aquelas pessoas nos seus momentos históricos a empreender ações com esta finalidade, do modo como aconteceu. Formar os tutores tornou-se a força-motriz do estar junto destas pessoas.

E nos caminhos criados na sua realização, esta força motriz encontrou princípios de política. As pessoas se organizaram de forma a-hierárquica, ou seja, o peso de uma argumentação se dava pela sua consistência ao se colocar, não pela posição do seu emissor na hierarquia da rede. Além disto, gozaram de autonomia para construir a formação, já que foram referendados pela rede como os responsáveis por esta e nenhuma norma burocrática precisava ser respeitada. Os saberes de cada um foram postos à disposição da construção desta formação, em suas potências e limites. Os integrantes do grupo puderam revelar-se em sua singularidade e o resultado do seu trabalho era completamente imprevisível.

Pondo em análise o processo formativo manifestado a partir deste grupo, percebe-se que este não possuía uma consistência lógica e sim afetiva. Dados o engajamento e a possibilidade de ação que as pessoas encontraram, esta rede dentro da Rede de Formação teve a oportunidade de viver as relações humanas para além dos aspectos técnicos, em sua complexidade afetiva. As alegrias eram intensas, compartilhadas e convividas como no seminário de Brasília. Assim como os sofrimentos no seminário de São Paulo. Ao entrar em contato com a formação a ele dedicada, o tutor encontrava um mundo para pertencer e não um descritivo de rotinas em relação a um ambiente de EAD. Ao invés de encontrar um ambiente virtual com conteúdos encadeados

e atividades subsequentes, ele encontrava um ambiente virtual com ares de constante construção, listas de e-mail nas quais ele podia falar com pessoas de todo o país, contatos constantes por telefone, rede sociais virtuais e em ferramentas de mensagem instantânea.

Para Critelli, nossas emoções revelam o nosso mais efetivo envolvimento e entendimento de nossa situação no mundo (CRITELLI, 2007). Os tutores, apesar de não entrarem para a Rede com o poder decisório de um membro de um polo cuja participação nos encontros da rede eram imprescindíveis e decisivas, eram acolhidos em um modo de se relacionar e de ver o mundo a partir do qual também poderiam desenvolver autonomamente sua prática em relação aos monitores. **Era um situar-se não a partir do desenho da função de tutoria, mas a partir das relações estabelecidas.**

Este processo revelou para mim que **uma formação que deriva de um processo de rede precisa prescindir de sua consistência conceitual**, pois esta reside no especialismo e no rigor técnico. Para Critelli, nossas emoções não atrapalham nossa informação a respeito do mundo; ao contrário, esta precisa de nossas emoções para manifestá-lo em seu ser e seu sentido. As coisas só chegam a ser reais sobre o trilho do sentido, e todo sentido só aparece através da nossa afetividade (CRITELLI, 2007). Quando se prioriza a composição de uma rede está-se falando aqui da experimentação de outra forma de se relacionar com as pessoas e, portanto, experienciar um mundo diverso do que se está habituado na lógica da ciência moderna.

Neste sentido, **é a possibilidade de viver a intensidade das emoções na convocação ao convívio que transforma a compreensão do real e dá consistência ao processo formativo**. Os constructos destes ganham coerência a partir da sua densidade na trama de sentidos que se estabelece entre os homens. E isto **demandava tempo de relação**, ao mesmo tempo em que é efêmero, dado que sua perenidade está vinculada aos acordos vigentes entre as pessoas envolvidas e uma ação pode mudar tudo o tempo todo (ARENDT, 2009).

Os diferentes modos de se relacionar coexistiam e este grupo era uma possibilidade dentre as diversas vivenciadas pela Rede de Formação naquele momento – esta concomitância dos múltiplos modos de relação foi justamente a principal marca do segundo modo de ser rede da Rede de Formação. Esta diversidade embasava os processos e os materiais produzidos pela rede e atendiam às expectativas de todos, dado que eram expressões de nós mesmos. Porém, a convivência ia cada vez mais consolidando afinações na compreensão de como éramos nós em rede.

A coexistência de diversidades deixou de nos representar e uma crise de sentido

(CRITELLI, 2012) se instalou na Rede de Formação no seminário de Salvador, pois afluía um modo de ser rede que, ao invés de contemplar a diversidade, era constituído na pluralidade como o grupo de formação de tutores. Toda a rede encontrou ali um modo político⁵³ de ser Rede de Formação.

Critelli, ao falar sobre uma nova possibilidade de relação se estabelecer no mundo atual, diz que

Seria preciso que pudéssemos ouvir um outro chamado que não esse que brota do hábito do controle, da representação controladora, da interpelação produtora. Ouvir esse outro chamado implicaria que pudéssemos estar livres desse hábito, desgarrados dele (CRITELLI, 2002, p.88)

Diferentemente do grupo de formação dos tutores, que em sua origem se organizava de modo político, a Rede de Formação era marcada pelos atravessamentos de um funcionamento técnico-burocrático. Assumir, portanto, as mudanças na formação àquela altura de implementação do projeto foi justamente se entregar a um chamado que nos desgarrou dos hábitos de controle e interpelação produtora impregnado em nós até aquele momento.

Ao questionar toda a produção feita até então, consolidar um novo modo de olhar para a formação, convocar toda a rede reunida e mudar completamente a programação do encontro e os rumos da rede a partir daquele momento, o grupo de projetos do Seminário de Salvador foi um disparador para que a Rede de Formação pudesse assumir sua destinação histórica. Constituir um processo formativo para os monitores Telecentros.BR tornou-se questão para toda a Rede de Formação e a sua realidade se transformou: ao invés de definirmos nosso objetivo, parecia ser este que nos definia.

A fragmentação por polos favorecia um modo de organização do trabalho no qual cada polo assumia a responsabilidade por uma parte da formação e o seu resultado era um reflexo de suas possibilidades e limites internos. O Polo Nacional tratava de coordenar e intercambiar os trabalhos concomitantes. Ao deixar de ser a consequência lógica do cumprimento de uma sequência de tarefas por parte dos polos, a formação tornou-se uma questão complexa que exigia a conjugação dos potenciais existentes nas instituições que compunham a rede – surgem,

⁵³ Segundo Arendt, a esfera política resulta diretamente da ação em conjunto, da “comparticipação de palavras e atos”. Trata-se do espaço da aparência, no mais amplo sentido do termo. Espaço no qual eu apareço aos outros e os outros a mim; onde os homens assumem uma aparência explícita, ao invés de se contentar em existir meramente como coisas vivas ou inanimadas (ARENDT, 2009). A pluralidade é a condição de toda vida política e neste momento da rede, vejo que a importância dos papéis institucionais de cada ator teve o mais baixo nível de influência sobre as decisões. As relações estabelecidas entre as pessoas sustentavam a rede e o trabalho emergia das potencialidades e das ações de todos que a compunham.

então, os grupos de trabalho trans-polos⁵⁴.

Estes grupos, como o grupo de desenho instrucional, mineração de dados, avaliação, recebem da rede um voto de autonomia e liberdade para criar processos e produtos com a única condição de que respeitassem o processo formativo dos monitores estabelecido a partir do seminário de Salvador. A proximidade dos processos e produtos com aquilo que a rede buscava ser tornou-se o fiel da balança na avaliação dos trabalhos de toda a rede – ultrapassando totalmente a necessidade de correspondência com os documentos originais ou as expectativas e urgências do Polo Nacional.

Este deixou de ser o protagonista na organização destes grupos. Como ator da rede, o Polo Nacional seguiu com um papel importante na sistematização das informações e produções para relato e prestação de contas aos ministérios – todavia, o que acontecia nos grupos se desvencilhou completamente de seu controle. Em alguns grupos a mediação e organização era, inclusive, de um Polo Regional. Uma consequência disto foi nos libertarmos das mordanças construídas por nós mesmos para nos tornar participantes com voz ativa na rede. Fortalecida em sua teia, movida pela questão educativa emergente, naquele momento da rede não havia risco das pessoas acatarem decisões unilaterais. Como bem disse Arendt, é na teia das relações humanas que uma ação quase sempre deixa de atingir seus objetivos – as ações dos integrantes do Polo Nacional compunham-se com as ações dos integrantes dos outros polos e **o que emergia da rede eram necessariamente mesclas acontecidas em seus fóruns de debate, tanto presenciais quanto virtuais.**

Os fóruns de debate e os grupos de trabalho passaram a demandar de nós – integrantes da rede – ações inesperadas e inéditas até aquele momento. A partir deste novo sentido formativo derivado da própria rede, criaram-se necessidades que não estavam supostas na organização inicial de cada polo. Um exemplo foi a participação que tive no GT de mineração de dados já que, por mais que fosse interessado na análise estatística de dados quantitativos da formação, não tinha conhecimentos aprofundados sobre. Por sua vez, os companheiros de jornada que também assumiram a responsabilidade de trabalhar com os bancos de dados da plataforma não tinham sido contratados para isto – eram coordenadores de polos, supervisores de tutoria, entre outros.

No entanto, a partir do momento que a rede definiu que um dos campos relevantes para

⁵⁴ A escolha aqui do prefixo “trans” se deu por seu significado de “além de, para lá de; depois de” expressar de modo mais contundente o papel destes grupos dentro da rede (HOUAISS, 2009). Se antes as ações eram inter-polos (entre dois), a partir do seminário de Salvador elas se tornaram trans.

esta formação era compreender as interações que aconteciam via os registros feitos nos bancos de dados da plataforma *Moodle*, as pessoas que tinham interesse e conhecimento sobre o tema se associaram para realizar ações com este fim. Dentro do grupo, cada um assumiu o papel que lhe era possível, respeitando suas particularidades. Claro que a invenção deste GT não foi arbitrária ou ditada por algum manual da educação à distância. A mineração de dados tratou-se da realização de uma possibilidade da formação a partir de especificidades de pessoas que compunham a rede, graças a liberdade que estas tiveram para atuarem para além das suas funções contratadas inicialmente.

Montero vê este fenômeno de ocupar papéis diversos como uma potência de uma organização em rede. Segundo a autora:

Su peculiar estructura de extensión descentralizada permite incorporar en muy diversos papeles a muchas personas, razón por la cual se multiplica la posibilidad de obtener respuestas no sólo variadas y originales, sino incluso inesperadas, pudiendo presentarse en diferentes lugares de la red (MONTERO, 2006, p.4).

Em todos os grupos aconteceram estas mesclas. Pessoas foram se associando num misto entre interesses pessoais e necessidades emergentes dos objetivos estabelecidos. Assim como eu pude ser mediador-estatístico-pedagogo-fotógrafo-escritor-avaliador-etc., outros profissionais também puderam trabalhar na rede a partir das suas potencialidades pessoais e não somente da sua formação acadêmica ou contrato de trabalho.

Considerando a afirmação de Critelli de que a identidade dos indivíduos é inexoravelmente amalgamada com a teia de relações humanas da qual se é membro e do mundo que as permeia e constitui, a possibilidade de muitas pessoas ocuparem muitos papéis simultaneamente permitiu-nos, nesta fase da rede, estabelecer identidades complexas. Aparecíamos à rede e agíamos a partir de múltiplas dimensões que nos constituíam singularmente. **Trabalhar na rede des-formáva-nos, convocando-nos para ser, no trabalho, de modo mais integral do que o ser especialista que muitas vezes nos é exigido em um contexto profissional.**

A rede des-formou também a tecnologia na qual se implementava a formação. Até o segundo modo de ser rede, mantínhamos o uso das tecnologias segundo o que suas funções pré-estabelecidas nos permitiam – nós também, em certa medida, nos mantínhamos nas nossas funções pré-estabelecidas na rede. A formação até então desenvolvida era fragmentada e

sequencial assim como o é a arquitetura de informação⁵⁵ do *Moodle*. Entretanto, o processo formativo aflorado na rede não cabia nesta arquitetura.

Retomando Levy (1999), **as tecnologias são constituídas nos jogos entre os homens em sociedade e quebrar as últimas paredes que nos isolavam no campo relacional decorreu na quebra das paredes limitantes nas TIC empregadas por nós**. Deste modo, o grupo trans-polo de desenho instrucional assumiu a responsabilidade e produziu novos recursos tecnológicos que nos permitiram inserir todos os monitores em uma única sala de curso, dar centralidade às produções dos projetos comunitários dos monitores e disponibilizar os conteúdos como ferramentas utilizáveis no momento mesmo em que atendessem às necessidades dos projetos e dos monitores.

A organização do *Moodle* passou a ser de um ambiente de contato entre monitores no qual estes registravam e publicizavam o ser-monitor nas comunidades, para testemunho de toda a rede Telecentros.BR (que passava então a ser composta por integrantes dos polos, tutores e monitores). Neste caminho eles contavam com a presença constante dos tutores que, por sua vez, tinham o papel de indaga-los sobre as ações relatadas, convidá-los a estarem constantemente na formação e mostrar outras possibilidades, tanto nos materiais publicados por outros monitores como no conteúdo da formação.

Comparar esta formação com a que nos foi oferecida no Seminário Nacional do Telecentros.BR ajuda-nos a marcar sua radical diferença. No caso da formação oferecida, sua aposta formativa está calcada na alta reprodutibilidade de materiais que as tecnologias permitem. Uma vez que estes materiais estão dispostos com um encadeamento lógico suficiente para a suposta compreensão autônoma de alguém, eles podem ser acessados milhares de vezes, bastando para isto que as pessoas tenham uma conexão e um *login*. Neste tipo de curso, a instituição responsável tem como foco de trabalho entrar em contato com as pessoas para que estas tenham sua senha de acesso e também insistir para que o cursista acesse os conteúdos básicos e preencha as atividades determinadas. Na versão final da formação à distância da Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital, as aprendizagens aconteciam essencialmente nos contatos entre as pessoas e os questionamentos que o estar-no-mundo-com-os-outros nos provoca, na trama da rede Telecentros.BR.

O *Moodle* tornou-se um grande espaço de encontro, permitindo trocas de materiais diversos entre seus usuários, a partir de um viés provocador para que estes materiais fossem

⁵⁵ Arquitetura da informação aqui tem o sentido restrito de design de ambientes informacionais (WIKIPÉDIA).

reveladores de quem eram seus remetentes. As provocações encontradas no curso não pediam para que fosse dissertado sobre cultura digital e, ao invés disso, elas os convocavam a falar de seus gostos e interesses, seu encontros com as pessoas no dia-a-dia, suas apostas como monitor, suas alegrias e decepções, seus conhecimentos técnicos. Dando um passo além da formação dos tutores, **a formação dos monitores conseguiu configurar o Moodle também para a convivência e o enlace afetivo, marcas da consistência desta formação em rede do Telecentros.BR.**

Deste modo, o seu valor não estava na capacidade de replicar, mas sim na sua potência de ser habitado. Esta era a sua força e ao mesmo tempo sua fragilidade, pois caso a rede Telecentros.BR perdesse seu poder (no sentido de Arendt), poucas seriam suas trocas e o seu potencial formativo. Agregava-se a isto o fato de que a rede se tornava uma estrutura constantemente dispendiosa financeiramente, pois dependia da coexistência de muitas pessoas ligadas e atuantes no programa – o que pode ser um risco de sustentabilidade de uma política pública.

Ao dar visibilidade para as trocas realizadas entre os monitores no GT de mineração de dados, foi surpreendente notar que quanto mais canais de contatos criados e habitados entre os tutores e os monitores, mais estes buscavam a convivência dentro da plataforma por meio da sua ferramenta de mensagem instantânea. Quanto mais proximidade era oportunizada, mais variados e intensos pareciam ser os laços da rede, pelo menos no que dizia respeito à troca de informação que foi a medida utilizada para a mensuração dos dados.

Os dados deste GT também nos mostraram que, por mais que houvesse uma prioritária organização de tutoria e de relação entre monitores do mesmo polo, já que um tutor era responsável pela formação de 30 monitores, os jovens de todos os polos buscavam relações no Brasil todo. Estas relações não eram exigidas pelo curso, mas possibilitadas tanto pelos caminhos criados na tecnologia quanto pela cultura de rede constituída na Rede de Formação e estendida para a rede Telecentros.BR, a partir da entrada dos monitores.

Se a estatística nos permitiu essa visão macro e técnica das relações estabelecidas por meio da troca de informação registrada no banco de dados do Moodle, a segunda visita aos telecentros do Pará revelou o acontecimento disto na vida dos monitores. Ambos tinham como prática cotidiana a busca de conexões com monitores de outras regiões do Brasil, pelo Moodle ou redes sociais virtuais. Para saber as mudanças destas novas referências na vida destes jovens seria necessário uma investigação mais aprofundada. Mas o que este fenômeno revela deste

processo formativo em rede?

Sendo o mundo um complexo que interliga múltiplas interpretações, sendo que estas interpretações dão ambiente para os atos e as palavras e limites aos seus significados (CRITELLI, 2012), o processo formativo ampliou o mundo destes monitores e também as possibilidades de compreensão sobre as suas ações e as suas própria existência. Por não apresentar somente conteúdos fechados e acabados, mas a necessária composição de produções de todos que o habitavam, cativou os cursistas à ampliarem suas relações significativas diárias. Um movimento que, no caso de João, estendeu-se inclusive para trama do seu próprio território. De algum modo, a aposta de que o trabalho é fortalecido a partir do estreitamento dos laços entre os pares se fez presente em seus processos e produtos, deu sentido a toda a sua trama e chegou até este jovem e no corpo social no qual estava inserido no interior do Pará.

5. POLÍTICA NO PÚBLICO

O importante não é a casa onde moramos.
Mas onde, em nós, a casa mora.
Mia Couto

Explicitados os modos de ser rede da Rede de Formação, é hora de retomar nossa questão orientadora: qual a relevância da experiência Rede Nacional de Formação para Inclusão Digital para processos de articulação de rede entre pessoas e instituições? Vejo que esta relevância se dá em três âmbitos: político, formativo e ético.

Considerando que política é, acima de tudo, uma aposta na participação política, isto é, na disposição para interferir no rumo dos eventos (ZILIO, BARCELLOS, *et al.*, 2012), o primeiro âmbito diz das possibilidades de participação das pessoas no rumo da rede, nos diferentes modos de ser aqui expostos. O fio condutor das transformações entre estes diferentes modos de ser da Rede de Formação foi a aposta na convivência entre as pessoas envolvidas neste projeto. Convivência essa realizada tanto nos encontros presenciais, investindo no aumento da quantidade destes, quanto à distância, habitando intensamente diferentes ferramentas de comunicação via internet – desde e-mails até redes sociais.

Foi na convivência que os atores da rede passaram a comunicar⁵⁶ suas experiências, valores, afetos e angústias, revelando-se para além da troca de informações – tão valorizada na contemporaneidade, a ponto de ocupar quase todas as formas de comunicação humana (BENJAMIN, 1994). A convivência gerou o mundo da rede, no qual os participantes apareciam e tinham suas ações testemunhadas por todos. Nesta coexistência, foram-se reduzindo abismos entre realidades e discursos, entre dualidades radicais como teóricos X práticos, especialistas X não-especialistas, humanas X exatas, e viabilizando o estar *com* os outros. Nesta “comparticipação⁵⁷ de palavras e atos” (ARENDT, 2009), foi se constituindo o espaço público da rede, no qual a participação política de cada um foi se ampliando cada vez mais.

Dessa forma, o vir-a-ser da rede deixou de ser determinado pela administração burocrática e passou da “mão invisível” (ARENDT, 2009) para a mão de todos. Isto fica claro nas diferentes origens dos objetivos da rede que, em princípio, advinham dos documentos e no Polo Nacional, e por fim, vieram à tona a partir dos atores da rede e ressignificaram todas as

⁵⁶ Aqui entendido a partir de sua etimologia de “pôr em comum” (HOUAISS, 2009).

⁵⁷ Neologismo presente na tradução da 10ª edição da obra *A Condição Humana* de Hannah Arendt (2009).

relações nela estabelecidas.

Assim, transformou sua organização, colocando os saberes e conhecimentos relevantes à frente da divisão por instituições – sua configuração primeira. Isto alterou também o local de origem e cuidados sobre seus processos, que inicialmente se dava pela relevância dentro da hierarquia e passou a ser compartilhado de acordo com as potencialidades de cada grupo. E, a partir do momento em que há uma convivência na qual os valores entre as pessoas passam a ser compartilhados e mesclados, a avaliação destes novos modos estabelecido de trabalho bem como as produções realizadas passaram a se dar no fórum comum, pois deixa de fazer sentido um valor atribuído sem co-participação.

Em seu processo, a Rede de Formação foi assumindo muitas das características que a literatura atribui a uma rede social. Montero, por exemplo, faz uma abrangente pesquisa bibliográfica sobre redes sociais e colheu na literatura os seguintes aspectos destas redes: a) são sistemas abertos, “heterárquicas”, ou seja, não respondem a uma autoridade superior; b) qualquer membro pode exercer liderança em sua área de competência; c) há uma certa comunidade de crenças e valores, que constituem o elemento aglutinador; d) são muito flexíveis em seu comportamento social, dinâmicas, mudando constantemente e carecendo de estruturas rígidas; e) podem ser consideradas uma estratégia de ação social, uma “metodologia para ação” que permite manter, ampliar ou criar alternativas para os membros; f) desenvolvem formas de consistência interna ao mesmo tempo em que atuam; g) as redes têm fins próprios que transcendem os de quem as integram; h) baseiam-se em informação e conhecimento compartilhado; j) são âmbitos de participação, tanto a promovendo e quanto a canalizando (MONTERO, 2006).

No entanto, a relevância da Rede de Formação não está somente no fato dela ter se transformado em uma relação reticular a partir de relações hierárquicas e burocráticas. A relevância aqui encontrada para o campo da articulação de rede entre pessoas e instituições está no fato deste processo político da Rede Nacional de Formação para Inclusão digital ter acontecido como gestão de uma política pública.

O que aconteceu na Rede de Formação não foi um processo isolado, descontextualizado. Sua ocorrência encontra ressonâncias em movimentos sociais atuais. Fleury destaca que há na América Latina um processo de democratização que vem alterando o tecido social, levando à proliferação de inúmeras organizações sociais e ao desenvolvimento de uma nova consciência cidadã, que reivindica maior participação nos processos de gestão das políticas públicas. Neste

sentido, estão em curso transformações no papel do Estado e em suas relações com a sociedade, que carecem de novos modelos de gestão que comportem as interações de estruturas descentralizadas e modalidades inovadoras de parcerias entre entes estatais e organizações empresariais ou sociais (FLEURY, 2002). Novas possibilidades de parcerias complexificam os processos administrativos e o meio ambiente adquire uma dinâmica que impossibilita qualquer ator isolado de controlar os processos e a velocidade das mudanças. Como base para isto está o desenvolvimento tecnológico das comunicações que permitem interações virtuais em tempo real (FLEURY, 2002).

Para a autora, todos estes fatores têm confluído para gerar a proliferação de redes gestoras de políticas públicas, especialmente no campo das políticas sociais, no qual incidem fortemente. Nestes contextos, as redes têm sido vistas como solução adequada para administrar políticas e projetos onde os recursos são escassos, os problemas são complexos, há múltiplos atores envolvidos, interagem agentes públicos e privados, centrais e locais, e uma crescente demanda por benefícios e por participação cidadã (FLEURY, 2002).

No entanto, longe de ser algo simples, Fleury aponta que a gestão de redes tem implicado, muitas vezes, no fracasso de programas e projetos sociais, apesar das boas intenções dos atores envolvidos. Isto ocorre, principalmente, por conta dos desafios administrativos vinculados aos processos de negociação e geração de consensos, estabelecimento de regras de atuação, distribuição de recursos e interação, construção de mecanismos e processos coletivos de decisão, estabelecimento de prioridades e acompanhamento (FLEURY, 2002).

Assim, a Rede de Formação fundou em seu espaço público a possibilidade de condução política da política pública que era. **Neste sentido, o seu processo revela-se como uma possibilidade que problematiza o campo das políticas públicas, oferecendo elementos de reflexão sobre os processos de decisão, planejamento e avaliação destas num modo de governança reticular.**

O segundo âmbito de relevância da Rede de Formação para o campo das redes é o formativo. Seu objetivo como rede, expresso em seu nome, era a “formação para inclusão digital”. Como foi a formação constituída e qual inclusão digital foi pretendida? O formar da Rede de Formação foi uma ação que amadureceu de um processo coletivo. Neste sentido, ele caminhou de um objetivo inicial de apresentar conceitos e ferramentas úteis à prática nos telecentros para uma preparação do projetar-se⁵⁸ como monitor, inserindo-os em uma

⁵⁸ Projetar aqui entendido em seu sentido etimológico “de ação de lançar para frente” (HOUAISS, 2009).

comunidade de pessoas com práticas e questões similares.

Os materiais criados como amparo a este processo foram feitos, refeitos, ressignificados e transformados, sempre no diálogo entre diferentes atores – conhecedores ou não da temática. Neste sentido, eles não almejavam a pureza conceitual do conhecimento científico, mas sim a realidade que, como diz Arendt, é sempre cheia de falhas, ângulos distorcidos e contradições. (CRITELLI, 2012). Tornavam-se mais consistentes conforme a convivência e a comunicação entre os atores da Rede de Formação se tornavam mais densas e intensas e o sentido que emergia se tornava mais claro.

O cerne de sua metodologia era instigar os monitores para o registro, no Moodle, de seu contexto e visão de mundo e fomentar interações que clareassem a eles a realidade expressa em seus materiais, além de articular conhecimentos e saberes para ampliar suas possibilidades de ação. Tomando compreender por entender o sentido de algo ou de uma situação para que possamos lidar com eles (CRITELLI, 2012), a formação constituída nesta rede buscou favorecer a compreensão de ser monitor em um telecentro de uma comunidade brasileira.

Ainda segundo Critelli, tudo o que o homem em particular percebe e compreende exige compartilhamento. As novidades, as novas verdades precisam encontrar lugar num mundo comum para conquistar alguma plausabilidade (CRITELLI, 2012). E o lugar por excelência para este compartilhamento desta rede Telecentros.BR foram os caminhos comunicativos das TIC. A formação e as estratégias adotadas pelos tutores buscavam abordar os monitores em diferentes vias de contato por meio das TIC. Quando a metodologia se efetivou na trama de significações da rede, esta criou caminhos para se apropriar da plataforma online na qual o curso era desenvolvido (*Moodle*) e remodelar as possibilidades que sua arquitetura permitia, favorecendo o registro, o compartilhamento e a navegação livre pelos conteúdos.

Por fim, considerando o campo da articulação de redes, é relevante refletir sobre dimensão ética do percurso da Rede de Formação. Estas implicações decorrem das diferenças entre as éticas implícitas nos seus modos de ser rede e as influências do processo vivido neste âmbito. E para isto, é fundamental seguirmos um pouco mais no pensamento de Figueiredo sobre ética.

Se tomarmos ética como um substantivo, esta pode ser entendida como um padrão implícito e consuetudinário de moralidade ou também como um código explícito de prescrições e/ou proibições. Desta maneira, encontra-se em cada cultura uma ética diferente que se torna

perceptível no modo de se relacionar entre seus membros e destes com indivíduos de outras culturas. As variações que encontramos são tanto dos aspectos da conduta (ou mesmo das intenções) a serem considerados e colocados sob controle quanto das formas de impor, exigir obediência e punir eventuais transgressões. Ou seja, variam também os modos de sujeição dos indivíduos aos ditames morais e, conseqüentemente, a forma e a intensidade dos esforços de autotransformação dos indivíduos no rumo eticamente exigido (FIGUEIREDO, 2009). A ética, portanto, diz de como nos constituímos como sujeitos no contexto no qual estamos inseridos. Quando colocamos os modos de ser rede sob a perspectiva da ética surge a seguinte questão: será que há também transformações éticas entre os diferentes modos de ser rede da Rede de Formação?

Nos primeiros meses de trabalho, a preocupação fundamental e o modo como era compreendida a Rede de Formação radicavam-se principalmente numa compreensão burocrática de governo sobre as ações e, conseqüentemente, na gestão administrativa que estabelece objetivos prévios e cumprimento destes a partir processos claros, bem desenhados e impostos a todos. Fazendo um paralelo com a epígrafe deste capítulo, era mais importante a casa onde morávamos, pois era a sua arquitetura que balizava os valores implicados em nossos acordos bem como o nosso modo de nos submeter ao acordado – uma obediência rígida. Permeava-nos a ética da eficácia (FIGUEIREDO, 2009), pois cada ação era avaliada pelos seus efeitos, marcada por uma necessidade de controle sobre os processos, sendo que a direção imposta a todos era de constante progresso nas produções para que fossem cumpridos os prazos. Ainda que houvesse indícios nas primeiras ações do Polo Nacional de busca de compartilhamento da gestão da construção da formação, percebo, após a análise deste trabalho, que se tratava de um compartilhamento na qual as pessoas deveriam compreender seu papel e cumprir sua tarefa. Apesar do espaço criado para que as pessoas pudessem se colocar, houve até no seminário de Salvador uma ilusão de determinação por parte do Polo Nacional e do Ministério do Planejamento sobre o processo.

A ética da eficácia apresenta-se fundamental para a nossa vida em sociedade. Retomando Arendt, a sociedade permite um certo tipo de comportamento, impõe inúmeras e variadas regras para “normalização” dos seus membros, o que extingue a ação espontânea ou a reação inusitada (ARENDT, 2009). Na ausência de um corpo político forte que constitua seus próprios valores e padrões de conduta, as pessoas acabam delegando as decisões sobre si à obediência de um poder superior.

Outra dimensão importante das éticas da eficácia é que os conhecimentos e saberes de cada um estão subjugados aos conhecimentos “comprovados” pelas disciplinas científicas (FIGUEIREDO, 2009). Quando a rede institui uma frente de trabalho para construir as diretrizes pedagógicas, a partir da qual todas as pessoas vão trabalhar, ou quando o professor universitário nomeia como pedagogia de projetos os novos rumos da formação, estamos dizendo que a nossa possibilidade de transmitir conhecimentos aos outros para poderem aprender deve acontecer sempre sob os preceitos da ciência pedagógica. Mas e o que acontecia antes da pedagogia ser constituída? As pessoas sempre aprenderam e sempre aprenderão; no entanto, no mundo em que vivemos, esperamos cada vez mais pelo manual referendado por algum especialista que nos dirá como fazer.

Todavia, no segundo modo de ser rede foram instituídos tempos de convivência entre os membros da Rede de Formação. Cada vez mais uns com os outros, ampliava-se aquilo que era posto em comum entre nós e pudemos aprender significativamente o funcionamento reticular que estávamos criando. Este adensamento da teia entre as pessoas choca-se com o nosso modo de viver em sociedade, na qual, segundo Arendt, “o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las” (ARENDT, 2009, p. 62). Na mesma linha, Figueiredo, aponta que o esforço por estabelecer consensos entre os seres humanos sobre os efeitos e consequências desejáveis para cada um ou para toda a coletividade implicada como um problema a esta ética da eficácia: trata-se justamente daquilo que resiste à sua vigência (FIGUEIREDO, 2009, p. 82, grifos do autor). Assim, o aumento do poder da rede e a possibilidade de participação cada vez mais política na sustentação do seu sentido e suas ações efetivaram, aos poucos, mudanças éticas na Rede de Formação.

A alternativa à ética da eficácia que encontramos foi a de tomar nas mãos a possibilidade de autoria da nossa destinação histórica (CRITELLI, 2002). Fomos construindo um espaço de incertezas, de abertura ao inaudito, ao resultado desejado sempre em aberto. Experimentamos sermos tomados por um objetivo comum e, na abertura ao diálogo, construirmos nossos próprios códigos e padrões de conduta, exigências de obediência. Quebraram-se as paredes da casa que habitávamos e o que sobrou? “A-normalizados”, pudemos nos encontrar com a nossa condição plural. E quando a pluralidade humana (ARENDT, 2009) é condição em nossas relações é a casa que mora em nós que se evidencia. Retomo aqui o sentido de ética como morada (FIGUEIREDO, 2009), pois é a partir da sua morada que o homem age e discursa no espaço político a que pertence. É a partir das diferentes casas em nós, e das aberturas que estas

concedem ao mundo que nos cerca, que agimos, discursamos e, ao mesmo tempo em que mudamos irremediavelmente o mundo a nossa volta, também nos diferenciamos.

Se para a visão administrativa as redes têm sido vistas como solução adequada para administrar políticas e projetos com recursos escassos, problemas complexos e múltiplos atores envolvidos (FLEURY, 2002), na perspectiva ética, o trabalho em rede pode retomar a condição plural de um coletivo de pessoas, proporcionar aos seus atores a aparição ao mundo a partir da sua própria morada para, agindo, ser coautor do mundo à sua volta e do próprio destino.

Retomando o interesse em estudar as marcas geradas em mim do trabalho na Rede de Formação, o movimento de nascimento da metodologia desta pesquisa e os modos de ser rede que se descortinaram para mim e para os grupos com os quais discuti esta pesquisa, é neste aspecto ético que encontro o fio condutor deste trabalho, seu principal sentido. O processo de concepção desta pesquisa, narrado na metodologia, implica uma busca por uma a-normalização, por estabelecer no mundo científico uma alternativa de pertencimento e de co-construção que não se renda à uma rigidez metodológica e ocultamento do pesquisador. Encontrei nesta experiência do Telecentros.BR esta possibilidade, pois nela pude justamente experimentar transformações éticas no sentido que buscava expressar. Deste modo, vejo agora que este projeto de pesquisa da experiência do Telecentros.BR se constituiu em mim a partir da busca de compreensão de outras possibilidades éticas que podemos viver e se concretizou a partir da fenomenologia existencial por esta me possibilitar partilhar do mundo científico a partir da minha morada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, H. **A condição humana**. 10a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENJAMIN, W. O narrador. In: BENJAMIN, W. **O Narrador**: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p. 197-221.

CAUTELLA JUNIOR, W. **Do inominável à pro-dução de sentido**: o plantão psicológico em hospital geral como utensílio para a metaforização da crise pelo trágico. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 272. 2012.

CHAQUIME, L. P.; FIGUEIREDO, A. P. S. **O papel do designer instrucional na elaboração de cursos de educação à distância**: Exercitando conhecimentos e relatando experiência. Anais do X Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESUD). Rio Grande do Sul-RS: UniRede. 11 a 13 de junho de 2013.

CHOHFI, L. M. S. **Por entre fios e buracos**: uma experiência para construção de uma rede de atenção a saúde no IPUSP. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 92. 2013.

CRITELLI, D. M. Martin Heidegger e a essência da técnica. **Margem**, São Paulo, n. 16, p. 83-89, dezembro 2002.

CRITELLI, D. M. **Analítica do sentido**: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica. 2nd. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CRITELLI, D. M. **História pessoal e sentido da vida**: historiobiografia. 1a. ed. São Paulo: EDUC, 2012.

FERREIRA, A. B. D. H. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3a. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Revisitando as psicologias**: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

FLEURY, S. **O desafio da gestão das redes de políticas**. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Lisboa, Portugal: [s.n.]. 2002.

FLEURY, S. Redes de políticas: novos desafios para a gestão pública. **Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 7, p. 77-89, 2005. ISSN 2178-0080.

HEIDEGGER, M. Ciência e Pensamento do Sentido. In: HEIDEGGER, M. **Ensaio e Conferências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1954/2001.

HEIDEGGER, M. A questão da técnica. In: HEIDEGGER, M. **Ensaio e Conferências**. Petrópolis: Vozes, 2002.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. versão 3.0. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 2a. ed. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MATHEUS, R. F.; SILVA, A. B. D. O. Análise de redes sociais como método para a Ciência da Informação. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 7, p. artigo 3, jun. 2006. ISSN 1517-3801.

MONTERO, M. Las redes comunitarias. In: MONTERO, M. **Teoría y práctica de la psicología comunitaria: La tensión entre comunidad y sociedad**. Bueno Aires: Paidós, 2006. p. 201.

MORATO, H. T. P. Aconselhamento Psicológico: uma passagem para a transdisciplinariedade. In: MORATO, H. T. P. **Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa: Novos Desafios**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 443.

MORATO, H. T. P. Atenção Psicológica e Aprendizagem Significativa. In: MORATO, H. T. P.; BARRETO, C. L. B. T.; NUNES, A. P. **Aconselhamento Psicológico numa perspectiva fenomenológica existencial**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. Cap. 2, p. 406.

MORATO, H. T. P.; SCHMIDT, M. Aprendizagem significativa e experiência: um grupo de encontro em instituição acadêmica. In: MORATO, H. T. P. (). **Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa: Novos Desafios**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. p. 443.

PORTUGAL, S. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. **Oficina do CES**, Portugal, v. 271, 2007.

SCHMIDT, M. L. S. Pesquisa participante e formação ética do pesquisador na área da saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, abril 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 9 novembro 2013.

WIKIPÉDIA, C. D. Mineração de dados. **Wikipédia, a enciclopédia livre.**, 2015. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Minera%C3%A7%C3%A3o_de_dados&oldid=41133437>. Acesso em: 31 jan. 2015.

WIKIPÉDIA, C. D. Arquitetura de informação. **Wikipédia, a enciclopédia livre**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Arquitetura_de_informa%C3%A7%C3%A3o&oldid=40514579>. Acesso em: 20 jan. 2015.

WIKIPÉDIA, CONTRIBUIDORES DA. MOODLE. **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Moodle&oldid=41017374>>.

Acesso em: 9 novembro 2013.

WIKIPÉDIA, CONTRIBUIDORES DA. Wiki. **Wikipédia, a enciclopédia livre**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Wiki&oldid=41166977>>. Acesso em: 9 novembro 2013.

ZILIO, L. B. et al. Organizações contra-hegemônicas e a possibilidade de redescoberta da política na modernidade: uma contribuição a partir do pensamento de Hannah Arendt. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 789–803, dezembro 2012.